

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

KAROLYNA MARIN HERRERA

DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO: UMA ANÁLISE
DO PAPEL DA MULHER RURAL A PARTIR DA PERSPECTIVA
DA MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA

FLORIANÓPOLIS
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

KAROLYNA MARIN HERRERA

DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO: UMA ANÁLISE
DO PAPEL DA MULHER RURAL A PARTIR DA PERSPECTIVA
DA MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em
Sociologia Política, apresentada ao Programa
de Pós-graduação em Sociologia Política, do
Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da
Universidade Federal de Santa Catarina.

Linha de Investigação: Meio Ambiente e
Desenvolvimento Rural e Urbano

Orientadora: Prof. Dr^a. Maria Ignez Silveira
Paulilo

FLORIANÓPOLIS
2015

KAROLYNA MARIN HERRERA

DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO: UMA ANÁLISE
DO PAPEL DA MULHER RURAL A PARTIR DA PERSPECTIVA
DA MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em
Sociologia Política, apresentada ao Programa
de Pós-graduação em Sociologia Política, do
Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da
Universidade Federal de Santa Catarina.
Aprovado em 26 de fevereiro de 2015.

ORIENTADORA:

Prof. Dr^a. Maria Ignez Silveira Paulilo
Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis/SC

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr^a. Elizabeth Farias da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis/SC

Prof. Dr^a. Márcia da Silva Mazon
Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis/SC

Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas
Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis/SC

SUPLENTE:

Prof. Dr^a. Márcia Grisotti
Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis/SC

DEDICATÓRIA

Para Renê, com amor.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram de perto ou de longe a construção desta dissertação, e a todas elas gostaria de manifestar meu agradecimento. Agradeço:

À minha família: mãe, Sonia, irmãos, Rafa e Mari, Gabi, vó Dedé, tia Ivani, Mada, Hélio, Carol, Giulia e Renê que sempre me apoiaram e me deram muito carinho mesmo sem muitas vezes entender minhas escolhas de vida.

Agradeço especialmente à Renê, meu companheiro de todas as horas e que me ajudou em todos os momentos dessa dissertação: escutou minhas descobertas, compartilhou leituras, leu e releu todos meus escritos, torceu por mim e aguentou meu chororô. Com paciência e amor. Sem você definitivamente não teria sido possível finalizar este trabalho.

À memória de meu pai, Paquito.

À minha orientadora, Maria Ignez Silveira Paulilo, pela paciência, incentivo, generosidade, alegria e descontração. Tenho muito respeito e admiração por sua trajetória.

À Vilenia, que me abriu os caminhos do rural em um momento de muitas incertezas.

À Justina Cima por ter possibilitado que o trabalho de campo acontecesse.

À Zenaide Collet e sua família que me receberam em sua casa em Quilombo com carinho e acolhimento, e que gentilmente me auxiliaram em tudo que precisei para realizar as entrevistas.

Às participantes do MMC entrevistadas por me receberem em suas casas sempre com muita atenção e hospitalidade. Levarei suas histórias de vida e aprendizados por toda minha vida.

Aos meus companheiros do NAF: Flavia, Fábio e Hélio.

Em especial à Flavia, pelas discussões, trocas de experiências, leituras e, principalmente, pela amizade.

À Valdete, pelas aventuras de campo e por ter me recebido em Chapecó durante meu trabalho de campo.

Aos meus amigos do mestrado, especialmente à Aline, Marina, Hélio, Karina e Lia pelo companheirismo e amizade.

Aos amigos da vida: de São Paulo, Barcelona, Floripa e Gamboa, sou grata pelo apoio, incentivo e amizade.

Às professoras Carmen Gelinski e Elizabeth Farias da Silva pelas contribuições na qualificação desta dissertação.

Aos professores Elizabeth Farias da Silva, Márcia da Silva Mazon e Valmir Luiz Stropasolas pelas contribuições na banca de defesa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC pelo aprendizado.

Agradeço à Albertina e Fátima, secretárias do PPGSP, pela ajuda prestada.

À Capes pelo incentivo financeiro durante estes dois anos de mestrado.

Enfim, a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para realização desta dissertação.

RESUMO

Esta dissertação pretende problematizar a situação de invisibilidade e falta de reconhecimento da mulher no meio rural, através da reflexão das possibilidades de superação de sua condição aos olhos da sociedade e da própria família rural. Para tanto, foi proposta a adoção de uma nova perspectiva analítica dentro do âmbito da sociologia rural que pudesse priorizar os aspectos multifuncionais da agricultura, com o objetivo de ir além das abordagens de orientação meramente produtivista, oriundas da visão econômica dominante. Os efeitos diretamente percebidos da invisibilidade das mulheres estão relacionados com a caracterização das agricultoras como “ajudantes” na produção agrícola. Assim, também, pela absoluta falta de reconhecimento das tarefas realizadas no âmbito privado, relacionadas aos trabalhos doméstico e de *care* e de suas atuações na produção para autoconsumo - que englobam os trabalhos com as casas, hortas, pomares e quintais - que apesar de serem essenciais para a manutenção da vida, para a reprodução biológica e social e para o bem-estar, são consideradas atividades inerentes do “ser mulher” e, por este motivo, não são passíveis de reconhecimento. Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados no campo empírico realizei entrevistas semi-estruturadas com 18 agricultoras integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), residentes no município de Quilombo na região oeste de Santa Catarina. Por meio dos resultados obtidos em campo, pude verificar que as agricultoras têm papel fundamental no que concerne à manutenção e reprodução social da agricultura familiar, uma vez que as suas atividades cotidianas estão relacionadas integralmente às suas famílias e a seus estabelecimentos agrícolas. Nesta perspectiva, a lente da multifuncionalidade funciona como uma poderosa ferramenta que possibilita visibilizar o papel da mulher no campo, principalmente porque contribui para evidenciar as atividades agrícolas de cunho não produtivo. Neste movimento, encontramos novas possibilidades de reinterpretação e ação para as mulheres no meio rural.

Palavras-chave: Mulher rural. Multifuncionalidade Agrícola. Gênero. Sociologia Rural.

ABSTRACT

This dissertation aims to discuss the situation of invisibility and lack of recognition of women in the rural environment, through the reflection of the possibilities of overcoming their condition to the eyes of society and to the rural family itself. Therefore, it was proposed the adoption of a new analytical perspective within the context of rural sociology that could prioritize the multifunctional aspects of the agriculture, in order to go beyond the merely production-oriented approaches, arising from the dominant economic vision. The effects directly perceived of the women invisibility are related to the characterization of them as “helpers” in the production of the agriculture. As well as the absolute lack of recognition of the tasks performed in the private sphere, related to the domestic and care works and their performances in the production for self-consumption, which includes work at the house, in the vegetable gardens, orchards and the garden itself, that although their essentiality for the maintenance of life, to the biological and social reproduction and the well-being, this activities are considered inherent of “being a woman” and ,as so, they are not eligible of recognition. Regarding the methodological procedures used in the empirical field I had made semi-structured interviews with 18 women farmers members of the Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), residents in the municipality of Quilombo in the western of Santa Catarina state. By the results obtained in the empiric field, I could perceive that women farmers play a fundamental role regarding the maintenance and social reproduction of family farming, since their daily activities are integrally related to their families and to their farms. In this perspective, the analytical lens of the multifuncionalidade of the agriculture acts as a powerful tool that enable to visualize the role of women in the rural environment, mainly because it helps to highlight the non-productive nature of the agricultural activities. In this movement, we find new opportunities for reinterpretation and action for women in the rural environment.

Key-word: Rural Woman. Multifuncionalidade of the Agriculture. Gender. Rural Sociology.

LISTAS DE SIGLAS

ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CMA - Cúpula Mundial de Alimentação

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

LOA - Lei de Orientação Agrícola

MAB - Movimento dos Atingidos pelas Barragens

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA - Movimento de Mulheres Agricultoras

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAF - Núcleo de Agricultura Familiar da UFSC

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PJR - Pastoral da Juventude Rural

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

SAIC - Indústria e Comércio Chapecó

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SC- Santa Catarina

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

Figura 1- Localização geográfica de Quilombo no estado de Santa Catarina.....	32
Quadro 1- Perfil demográfico	73
Quadro 2- Fontes de Renda.....	75
Quadro 3- Principais atividades realizadas, subdivididas por período e pelo principal responsável por sua execução.....	82

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1 OBJETIVOS DE PESQUISA	24
1.2 BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	25
1.2.1 Recorte de pesquisa.....	27
2. A AGRICULTURA FAMILIAR E AS NOVAS RURALIDADES	38
2.1 A MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA.....	46
2.1.1 Reprodução Socioeconômica.....	50
2.1.1.1 Trabalhos doméstico e de <i>care</i>	57
2.1.2 Segurança Alimentar e Nutricional.....	64
2.1.2.1 O autoconsumo e a manutenção da biodiversidade.....	68
3. AS MULHERES E AS MULTIPLAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	72
3.1 AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS MULHERES ENTREVISTADAS E DE SUAS FAMÍLIAS.....	73
3.2 REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	75
3.2.1 Fontes geradoras de renda.....	75
3.2.2 Trabalhos doméstico e de <i>care</i>.....	81
3.2.3 Sociabilidade.....	92
3.2.4 Condição de permanência no campo.....	95
3.2.5 Condição de instalação dos jovens e questões relativas à sucessão.....	98
3.3 SEGURANÇA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS E DA SOCIEDADE.....	101
3.3.1 A segurança alimentar das próprias famílias.....	101
3.3.2 A segurança alimentar da sociedade.....	107
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	120
ANEXO I- QUESTIONÁRIO.....	129

1. INTRODUÇÃO

Na literatura feminista, o termo “gênero” começou a ser mais amplamente utilizado no final dos anos de 1980 como um conceito capaz de enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo dos indivíduos. Este conceito rejeita o determinismo biológico implícito no uso de termos tais como “sexo” ou “diferença sexual” e enfatiza a construção social que é subjacente à distinção entre homens e mulheres.

Contudo, Scott (1995) afirma que o uso generalizado do conceito nem sempre tem sido frutífero, devido à apropriação do termo por diferentes correntes teóricas, que, segundo ela, apresentam certas limitações (GROSSI et al., 1998). Dentre as diferentes interpretações, a autora destaca, em seu clássico texto sobre o conceito de “gênero”, quatro vertentes: (i) a que trata o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais (conforme o contexto e suas representações simbólicas), sendo este o primeiro modo que dá significado às relações de poder; (ii) a dos conceitos normativos, que afirmam de maneira categórica o sentido do feminino e do masculino, legitimando e dando sentido a essa oposição binária, que resulta em uma posição masculina dominante; (iii) perspectivas que reduzem o conceito de gênero à relação de parentesco; (iv) o gênero como parte da identidade subjetiva, sendo esta uma contribuição da psicanálise para a interpretação da reprodução de gênero (SCOTT, 1995).

Para a autora, o conceito de gênero deve ser analisado através da inter-relação das quatro vertentes apontadas anteriormente, ressaltando que seu conceito parte do pressuposto que “o gênero é a forma primária de dar significado às relações de poder”. (SCOTT, 1995, p.88).

Em se tratando da mulher rural, a perspectiva proposta por Scott nos permite analisar o papel que ela representa em seu meio. A situação de opressão e subordinação da mulher no campo passa pela naturalização do papel do homem e da mulher, que está ligada à relação hierárquica dentro das famílias rurais, cuja base material se ancora na divisão sexual do trabalho. Esta diferenciação é condicionada socialmente através de vivências, símbolos e representações, e se reproduz no cotidiano da dinâmica familiar.

Devido à divisão sexual das atividades, usualmente cabe ao homem a responsabilidade do trabalho produtivo da agricultura e à

mulher, o trabalho relativo aos cuidados domésticos e de *care*¹. No entanto, diversos estudos apontam (NEVES; MEDEIROS, 2013) que as atividades da mulher rural não estão apenas circunscritas aos trabalhos doméstico e de *care*, pois elas também realizam atividades na lavouras e na produção de alimentos, que não são reconhecidas como parte produtiva da agricultura. Inclusive, na maioria das vezes, as mulheres rurais nem sequer são consideradas agricultoras, sendo mais bem conhecidas como mulher ou filha de determinado agricultor.

Paralelamente, nos últimos anos, verifica-se um aumento da inserção da mulher rural no mercado de trabalho, seja através de empregos no próprio meio rural, como o trabalho em agroindústrias ou em empresas que se instalam nos municípios rurais, seja através da migração para as cidades em busca de emprego², o que tem se mostrado uma realidade para muitas mulheres, principalmente para as mais jovens (STROPASOLAS, 2006).

Dentro desse contexto, podemos afirmar que a realidade das mulheres no âmbito rural é marcada por muito trabalho e pouco reconhecimento. As agricultoras, apesar de se dedicarem integralmente às atividades produtivas e reprodutivas, ou seja, aos trabalhos doméstico e de cuidado (*care*), em seu cotidiano sofrem ainda hoje de invisibilidade social e de falta de reconhecimento como trabalhadoras e cidadãs (NEVES; MOTTA-MAUÉS, 2013; FARIA, 2009).

Geralmente o trabalho realizado pelas agricultoras no âmbito produtivo é visto como “ajuda” ao marido ou à família, mesmo quando as agricultoras trabalham tanto quanto seus maridos ou executam as mesmas atividades que eles. As atividades agrícolas exercidas por elas são vistas como uma extensão intrínseca às suas atribuições de mãe e esposa e, muitas vezes, recebem pouca ou mesmo nenhuma remuneração (BRUMER, 2004).

Por sua vez, as atividades realizadas na esfera privada, de cunho reprodutivo (trabalhos doméstico e de *care*), são, geralmente, reconhecidas pela sociedade como atividades naturais do ser mulher, ligadas ao afeto e ao carinho que a ela destina à sua família, e, por este motivo, têm a sua importância obscurecida (BORIS, 2014). Os saberes e experiências das mulheres, transmitidas de geração em geração, também são usualmente menosprezados, sendo julgados, muitas vezes, como

¹Segundo Hirata (2010, p.43), “o termo *care* é dificilmente traduzível, porque polissêmico. Cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento a suas necessidades, todos esses diferentes significados estão presentes na definição do *care*”. Na revisão teórica desta pesquisa, esclareço as definições do conceito de *care*.

²Fenômeno este que não trataremos nesta dissertação por não ser foco desta pesquisa.

conhecimentos do passado, que pouco contribuem para a atividade agrícola; ou são, simplesmente, desqualificados por meio da expressão “coisa de mulher”, como se tais práticas fossem inatas da mulher e, como tal, não merecessem a atenção que deveria merecer. Em um caso ou noutro tem-se a naturalização do papel da mulher, que resulta na invisibilização de seu trabalho e, como consequência, na falta de seu reconhecimento.

Para agravar ainda mais essa situação, as mulheres se encontram, quase sempre, excluídas do direito de herança da terra, na medida em que as famílias priorizam os filhos homens no momento da partilha das terras (CARNEIRO, 2001; BRUMER; ANJOS, 2008; PAULO, 2004). As consequências mais imediatas sobre a falta de herança da terra para as mulheres recaem sobre o não reconhecimento social de seus papéis como trabalhadoras rurais. A alternativa historicamente cristalizada em nossa sociedade é materializada pela via do matrimônio. Ou seja, as mulheres têm acesso à terra apenas com o casamento.

Esta situação de invisibilidade social³ da mulher contribui para reforçar a desigualdade de gênero no campo. No meio rural está presente um rígido e severo controle familiar e comunitário, principalmente em relação às mulheres, relacionados com a moral sexual e familiar. A desigualdade, portanto, está ancorada na relação hierárquica dentro das famílias rurais, cuja base material está associada à divisão sexual do trabalho (FARIA, 2009).

Devido à divisão sexual das atividades, usualmente cabe ao homem a responsabilidade do trabalho produtivo da agricultura e a representação da família na esfera pública; e à mulher, o trabalho relativo aos cuidados domésticos e de *care*, circunscritos à esfera privada. A divisão sexual do trabalho está, também, relacionada com a representação social do ser mulher e do ser homem na nossa sociedade. Em última instância o valor social do trabalho é dado a partir de quem o executa e não pela natureza do trabalho em si (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A denominação de trabalho “pesado” e “leve”, abordados por Paulo (1987), corrobora esta afirmativa, uma vez que tal diferenciação é imprecisa e possui marcantes culturais, pois o que é considerado “leve” ou “pesado” depende da perspectiva social analisada.

³Cabe ressaltar que a invisibilidade do trabalhador e a desvalorização do trabalho afeta tanto homens quanto mulheres e não está relacionada apenas às atividades agrícolas, porém neste trabalho optei por enfatizar a situação de invisibilidade das mulheres rurais.

Dentro das atividades cotidianas, homens e mulheres realizam trabalhos pesados, tais como cortar lenha, lidar com a roça, carregar filhos pequenos e transportar água que encontra-se longe do domicílio. No entanto, o que se pode constatar é que quanto mais proeminente o trabalho executado, mais a mulher encontra-se excluída dele. Ou seja, “o trabalho é leve (e a remuneração é baixa), não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (PAULILO, 1987).

Uma análise do trabalho da mulher no meio rural através de perspectivas que evidenciam a visão produtivista da agricultura familiar impossibilita a visibilidade de seu trabalho. Primeiro, porque o reconhecimento do papel desempenhado pelas mulheres nos trabalhos doméstico e de *care* já são, por si mesmo, um velho entrave, haja vista a dificuldade enfrentada pelas feministas em evidenciar a importância econômica dos trabalhos doméstico e de *care*⁴. Segundo, quando os estudos a respeito dos trabalhos doméstico e de *care* recaem sobre o espaço rural, as análises tornam-se ainda mais intrincadas, porque, segundo Paulilo (2013), “as [próprias] mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades [que realizam] como trabalho doméstico”.

Com o intuito de dar reconhecimento às diversas atividades realizadas pela mulher no campo, alguns esforços por parte de acadêmicas/os e órgãos oficiais, tais como, o Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA e Organização das Nações Unidas-ONU, foram realizados. Determinadas abordagens⁵ acreditam que a mudança da condição da mulher no meio rural se daria a partir de sua independência financeira, portanto, tratam de evidenciar a importância do acesso à renda e da igualdade de remuneração entre homens e mulheres em atividades produtivas.

Dentre as tentativas de reconhecimento do papel das mulheres no meio rural destaca o trabalho realizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2011). A principal

⁴Segundo Borderías, Carrasco e Torns (2011, p.9), “desde quase quarenta anos, o pensamento feminista mostrou que as tarefas de atenção e cuidado da vida das pessoas são um trabalho imprescindível para a reprodução social e o bem-estar cotidiano das pessoas. Um trabalho que, longe de afetar apenas as mulheres, resulta de vital importância para toda a sociedade. Sendo assim desde que o mundo existe, apesar de que nas sociedades contemporâneas, os interesses de mercado e a lógica do benefício mascaram esta realidade”. (*tradução nossa*).

⁵Como por exemplo, o relatório da Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher-UNIFEM sobre o empoderamento das mulheres publicado em 2010. Disponível em: <http://www.UNIFEM.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>

problemática desse trabalho refere-se à diferença de oportunidade da mulher em relação ao homem no que diz respeito ao acesso à terra, à tecnologia, à produção e à comercialização agrícola. Segundo esse relatório, se as mulheres tivessem as mesmas oportunidades que os homens em termos produtivos, a fome no mundo poderia ser reduzida entre 12% a 17%. Além disso, o relatório coloca em destaque a seguinte hipótese: se as mulheres tivessem as mesmas oportunidades que os homens no meio rural, o trabalho realizado por elas resultaria em um importante crescimento econômico, principalmente em países em desenvolvimento, onde se encontra a maior força de trabalho rural feminina⁶. Esta abordagem além de tratar a agricultura mundial como sendo homogênea, sem levar em consideração as particularidades socioeconômicas das realidades analisadas, não problematiza o modelo de desenvolvimento implícito nas sugestões propostas e principalmente, tem como base de cálculo a agricultura de caráter produtivista⁷.

Nessa mesma direção, destaca-se a iniciativa do Governo Federal para o processo de empoderamento das mulheres rurais. Em 2001, o Ministério Desenvolvimento Agrário (MDA) determinou, através da Medida Provisória n.º 121⁸, que 30% dos recursos relativos à linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) fossem destinados às mulheres, reforçando a importância da ampliação de instrumentos de acesso às políticas públicas que se orientam para a agricultura familiar.

Estes esforços são de extrema importância para o avanço da diminuição da desigualdade de gênero no meio rural, contudo, chamo a atenção para a excessiva ênfase no caráter produtivista da agricultura. Se este motivo por si já não resultasse em potenciais distorções para a problemática de gênero na agricultura familiar, qual seja, ao ter como foco o caráter produtivista, todos os esforços não reconhecidos dentro da categoria de trabalho produtivo encontram-se fora da análise; outras consequências têm a capacidade de agravar esta questão. Ao colocar em destaque a problemática do acesso das mulheres aos recursos agrícolas orientados para a produção, estas abordagens tomam como referência a

⁶As mulheres representam 43% do total da força de trabalho agrícola, segundo FAO (2011).

⁷Para uma discussão crítica com respeito ao trabalho publicado pela FAO, ver Paulilo (2013).

⁸Vale destacar que a constituição de 1988 propiciou à mulher rural o estatuto de produtoras rurais, possibilitando o acesso delas aos direitos trabalhistas. Isto acabou por influenciar o aumento de associação das mulheres aos sindicatos rurais. Importante mencionar também a importância econômica e simbólica da possibilidade das agricultoras incluírem seu nome como titulares do bloco do produtor rural, pois isso permite a aposentadoria e o reconhecimento para as agricultoras.

produtividade agrícola masculina, sem questionamentos a respeito de tais intercorrências. Minimizando, desta forma, os fatores históricos e simbólicos que levam à exclusão das mulheres da categoria aceita como trabalho produtivo.

A preocupação em evidenciar a participação das mulheres em determinados setores econômicos passa também pelo debate a respeito da utilização de dados estatísticos. A partir da década de 1990, a ONU passou a incentivar a desagregação de índices socioeconômicos⁹ por gênero a fim de compreender as especificidades distintivas entre homens e mulheres. Essa demanda surgiu por parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que pretendia, a partir daquele momento, aprofundar uma discussão da situação socioeconômica das mulheres. Nesse sentido, foram desenvolvidos, então, os “indicadores de gênero” (índices desagregados por sexo), que procuravam representar a situação de homens e mulheres em determinadas áreas, tais como a saúde, a educação, a moradia e o acesso ao mercado de trabalho.

Apesar de ser considerado um avanço dentro do âmbito da discussão de desigualdade de gênero, Carrasco (2012)¹⁰ alerta que a construção dos “indicadores de gênero” continua a reproduzir sem questionamentos o marco analítico subjacente, oriundo da teoria econômica hegemônica. Nessa concepção, a situação das mulheres é tratada recorrentemente a partir da perspectiva construída pela experiência masculina. Isso significa dizer que em uma sociedade cujo modelo está baseado na opressão e submissão das mulheres, os ‘indicadores de gênero’ expressam a participação das mulheres dentro de um espaço predominantemente masculino.

Com relação às estatísticas do meio rural, o problema é ainda maior. As estatísticas subestimam a contribuição da mão de obra feminina ao trabalho produtivo, uma vez que, conforme mencionei anteriormente, o trabalho realizado pelas mulheres nas lavouras não é visível, e quando constatado geralmente é visto como uma ‘ajuda’ ao marido ou como parte das atividades domésticas. Segundo Paulilo (2004, p.232), “a desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas

⁹A importância da desagregação de índices socioeconômicos se deve ao fato de estes índices, em geral, serem calculados seguindo-se o marco analítico da teoria econômica neoliberal, que utiliza como categoria de análise o indivíduo (o *homo economicus*) como sendo um ser homogêneo, sem distinção de sexo, raça, religião e classe social. O que esses indicadores procuram expressar é a realidade socioeconômica de um determinado grupo social, sem fazer distinção entre as particularidades dos indivíduos analisados.

¹⁰Carrasco (2012) propõe uma nova abordagem de indicadores de gênero, baseados em um marco analítico diferente do referencial dominante, tomando como ponto de partida a experiência das mulheres.

estatísticas oficiais – daí a expressão ‘trabalho invisível’ – é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família”.

Contudo, as mulheres exercem um papel fundamental como agentes nas estratégias de manutenção e reprodução da agricultura familiar, apesar de sua situação de desigualdade frente aos homens. As atividades realizadas pelas agricultoras em seus cotidianos são essenciais para a subsistência biológica e socioeconômica das famílias, para o bem-estar, para a segurança alimentar e preservação do meio ambiente.

No que se refere às tarefas domésticas e de *care*, elas são centrais para a manutenção da força de trabalho, para o cuidado e desenvolvimento das crianças, doentes, deficientes físicos e mentais, e pessoas mais velhas, além de serem essenciais para a subsistência biológica e o bem-estar das famílias (BORDERÍAS; CARRASCO; TORNIS, 2011). Por sua vez, nas atividades produtivas, as mulheres do campo realizam funções em todos os âmbitos de trabalho (agrícolas e não-agrícolas) necessários para a reprodução socioeconômica e o bem-estar de suas famílias.

As mulheres também são as principais agentes no que concerne à segurança alimentar de suas famílias. Como lhes são atribuídas as funções de cuidado e preparo da alimentação, elas são responsáveis por produzir e preparar a maioria dos alimentos consumidos por suas famílias. Esta preocupação com a alimentação saudável está relacionada ao cuidado com a saúde e a manutenção biológica dos membros da família, que, por sua vez, está diretamente vinculada ao modo como os alimentos são produzidos, refletindo na produção sem o uso de agrotóxico.

Dada a relevância da contribuição da mulher para a reprodução social de suas famílias e da própria agricultura familiar, é imperativo compreender detalhadamente as atividades exercidas por ela através de uma lente analítica que evidencie o seu papel como trabalhadora rural tanto no aspecto produtivo como no não produtivo da agricultura, permitindo, desta forma, que o trabalho exercido pelas mulheres rurais se torne visível à sociedade em sua integridade.

Dentro da perspectiva da sociologia rural, abordagens contemporâneas (WANDERLEY, 2003; CAZELLA et. al., 2009; CARNEIRO; MALUF, 2003) propõem o conceito de multifuncionalidade agrícola, que pretende compreender e analisar os fenômenos particulares da agricultura familiar a partir de uma perspectiva multidimensional, para além do aspecto produtivista da

agricultura. Tais aspectos abrangem as dimensões: social, econômica, cultural e ambiental.

Esta perspectiva propõe um quadro analítico baseado em quatro funções da agricultura familiar: (i) Reprodução socioeconômica das famílias; (ii) Promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; (iii) Manutenção do tecido social e cultural e (iv) Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Este quadro analítico tem como objetivo evidenciar as dimensões socioeconômica, cultural e ambiental da agricultura familiar e procura compreender como estas dimensões são responsáveis pela manutenção e reprodução desta modalidade de agricultura.

Com este estudo proponho evidenciar o papel da mulher rural na manutenção e reprodução social da agricultura familiar, partindo da análise de suas atividades cotidianas. Minha intenção é, principalmente, contribuir para o processo de visibilização das atividades não produtivas, ou seja, atividades que não geram renda, através de uma perspectiva que priorize os aspectos não econômicos da agricultura, através da lente analítica da multifuncionalidade agrícola¹¹.

Nesta perspectiva, esta investigação expressa a sua problemática de pesquisa por meio das seguintes indagações: a) Como visibilizar o trabalho realizado pelas mulheres no âmbito da agricultura familiar, tendo em vista as atuais assimetrias de gênero? b) Como as atividades realizadas pelas mulheres no meio rural possibilitam que a agricultura familiar se mantenha e se reproduza, tendo em vista a perspectiva da multifuncionalidade agrícola?

1.1. OBJETIVOS DE PESQUISA

Estabeleci como objetivo geral de minha pesquisa analisar como o trabalho das mulheres exercido no meio rural possibilita a manutenção e reprodução social da agricultura familiar, considerando o quadro analítico proposto pela multifuncionalidade agrícola.

A construção das etapas desta pesquisa foi amparada, também, pelos seguintes objetivos específicos: identificar as diversas e diferentes atividades que compõem os trabalhos produtivo, doméstico e de *care* das mulheres no campo; analisar a contribuição dessas atividades para a

¹¹Paulilo (2004) alerta para o fato de que “é difícil falar em reconhecimento sem estabelecer uma ligação com qualquer forma de suporte financeiro”. Neste sentido, considero de extrema relevância a inserção feminina em atividades que geram renda. Por este motivo optei por incluir em minha análise a perspectiva da reprodução socioeconômica das famílias rurais. Entretanto, nesta investigação intenciono evidenciar, principalmente, as atividades invisibilizadas, muitas vezes esquecidas, por não serem valorizadas e já terem sido incorporadas ao cotidiano.

manutenção e reprodução social da agricultura familiar, a partir das perspectivas da multifuncionalidade agrícola, centrando a análise principalmente, em duas de suas funções, quais sejam: (i) a reprodução socioeconômica das famílias; e (ii) a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais.

1.2. BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A fim de alcançar os objetivos propostos, primeiramente realizei uma análise documental por meio de revisão da literatura dos principais autores e autoras que tratam sobre os temas abordados nesta dissertação. Esta revisão permitiu a delimitação dos conceitos e definições abordados neste trabalho com o intuito de construir um referencial teórico que serviu como embasamento conceitual para a análise do campo empírico. Entendo que a formulação e resolução de problemas de pesquisa não devem prescindir de um bom conhecimento das teorias científicas da área de interesse.

A segunda etapa de pesquisa foi constituída por investigações no campo empírico, cujo principal instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semi-estruturada, complementada com notas de campo, observações e reflexões do contexto estudado realizadas através da técnica de observação não-participante. Foram entrevistadas 18 agricultoras¹² integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), residentes no município de Quilombo na região oeste de Santa Catarina¹³.

As entrevistadas foram selecionadas previamente por uma liderança do MMC, que gentilmente aceitou a minha solicitação de contatar agricultoras interessadas em participar desta pesquisa. As entrevistadas, apesar de terem sido escolhidas de forma intencional, não receberam nenhum direcionamento preliminar a respeito do roteiro da entrevista e, nem mesmo, foram orientadas previamente pela liderança sobre como proceder durante a entrevista.

Procurei realizar as entrevistas em um local no qual somente as mulheres pudessem estar presentes, sem a presença dos demais membros da família. Porém, em alguns casos, os seus maridos também estavam presentes. Nestes casos, as mulheres se mostravam tímidas no início da conversa, mas, pouco a pouco, se sentiam mais à vontade conforme a entrevista foi se desenvolvendo. Considero que apesar da

¹²No capítulo de análises do campo empírico, me dedico a descrever as principais características das entrevistadas.

¹³Para a realização das entrevistas visitei oito comunidades desse município, são elas: Santa Lúcia, São João, Salto da Saudade, São Ricardo, Vila Gaúcha, Fortaleza, Manuel Mayer e São José.

eventual inibição causada pela presença de alguns maridos, isso não afetou a qualidade do material coletado nas entrevistas.

As entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado com perguntas voltadas às atividades cotidianas nos âmbitos produtivos (gerador de renda) e em relação aos trabalhos doméstico e de *care*. As perguntas objetivaram, principalmente, obter relatos descritivos das atividades presentes em cada uma destas dimensões, assim como, relatos do tempo despendido para a realização de cada atividade.

Para o registro dos relatos do uso do tempo, as perguntas foram direcionadas para as atividades realizadas no dia anterior ao da entrevista, pois parti da premissa de que as atividades recém-realizadas podem ser lembradas mais facilmente pelas entrevistadas, sem incorrer em esquecimentos. O tempo dedicado às atividades foi quantificado por período, fazendo uso de uma tabela subdividida entre os períodos da manhã, tarde e noite, na qual foi possível inserir as atividades realizadas.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Os dados coletados permitiram uma análise detalhada do trabalho realizado pelas mulheres rurais em cada uma das dimensões, além de se prestarem a uma análise da utilização do tempo das mulheres entrevistadas em termos qualitativos, principalmente em relação ao tempo destinado às atividades domésticas e de *care*, que muitas vezes são “esquecidas” no momento do relato das atividades. A informação obtida foi relacionada e examinada à luz das duas dimensões da multifuncionalidade agrícola, selecionadas para análise: a) a reprodução socioeconômica das famílias; b) a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais.

A unidade de análise utilizada neste trabalho, que se constituiu em um *locus* de observação sociológica, foi a família rural. Esta é entendida como um grupo social que compartilha de um espaço comum (estabelecimento rural) e que se constitui por meio de laços consanguíneos de parentesco ou pela convivência cotidiana, neste mesmo espaço, de membros não consanguíneos. A unidade de análise escolhida nesta pesquisa privilegiou a família pelo fato de a mulher rural estar estreitamente vinculada a ela.

Para operacionalizar a família como unidade analítica e evidenciar a contribuição do papel da mulher na agricultura familiar, utilizei duas funções da multifuncionalidade agrícola, conforme já havia descrito anteriormente. Essas funções atuaram como um recurso metodológico que contribuiu para a obtenção de um adequado diagnóstico do trabalho realizado pelas mulheres no campo,

evidenciando, assim, o seu importante papel na manutenção e reprodução social da agricultura familiar.

1.2.1. Recorte de pesquisa

Para as entrevistas foram selecionadas mulheres integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) residentes no município de Quilombo/SC. A escolha por integrantes deste movimento se fundamenta na hipótese de que o MMC, através de seu discurso e prática, contribui para a consciência das mulheres de sua condição de agricultora. Ademais, acredito que a reivindicação por parte deste movimento pela produção de alimentos saudáveis via construção de um projeto agroecológico de agricultura, bem como pelo esforço por evidenciar a importância da mulher nas atividades agropecuárias, influencia positivamente na prática destas agricultoras e contribui para a produção de alimentos saudáveis e para a visibilidade das contribuições sociais, culturais e ambientais da agricultura.

O Oeste Catarinense

A história de povoamento do oeste de Santa Catarina remonta-se ao século XIX e, segundo Poli (2006), pode ser subdividida em três fases de ocupação. A primeira delas se refere à ocupação indígena, pois até meados do século XIX, com exceção de algumas excursões exploratórias portuguesas, a região era povoada de forma predominante por índios da etnia Kaingang; a segunda fase corresponde à ocupação cabocla (miscigenação entre indígenas e luso-brasileiros); e a terceira fase se iniciou nas primeiras décadas do século XX com a colonização de imigrantes europeus de origem italiana ou alemã e/ou descendentes de alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul.

Até a década de 20 do século XX¹⁴ a região oeste era pouco povoada, os grupos indígenas e caboclos que habitavam o local tinham como produção o cultivo de milho e feijão e a coleta de erva-mate. Os europeus e descendentes de europeus que imigraram, inicialmente se

¹⁴O oeste catarinense foi palco da Revolta do Contestado, guerra que durou de 1912 a 1916 e que, segundo Piazza (1982), ocorreu por diversos fatores. Segundo este autor, “interesses econômicos (na época, dada a conotação da erva-mate a região contestada era detentora das maiores reservas nativas desta planta, e era, também, área de criadouro), sociais (com problemas de posses de terra, questionadas em face a construção da estrada de ferro de São Paulo-Rio Grande do Sul e de seus direitos territoriais daí advindos; além de um processo de formação de segmentos sociais marginalizados, devido à estrutura da sociedade pastoril, da própria construção da estrada de ferro); religiosos-culturais (a formação e desenvolvimento de uma cultura religiosa, propiciada pela aceitação de líderes messiânicos) e políticos (a colocação antagônica de líderes regionais- coronéis- perdendo para a facção de cada um dos citados litigantes” (PIAZZA, 1982, p.251). Ao término da guerra muitos remanescentes se espalharam pela região.

dedicaram à produção de subsistência e à exploração dos recursos da floresta.

Para promover a imigração, empresas colonizadoras, conhecedoras da saturação das colônias de imigrantes do sul do país, se instalaram na região, promovendo um intenso fluxo migratório. As terras da região eram consideradas devolutas e o único meio de posse das terras do oeste catarinense passou a ser a compra. As empresas colonizadoras, fortemente apoiadas pelo Estado, vendiam as terras aos imigrantes e descendentes de europeus sem considerar os posseiros da região, expulsando de suas terras a população cabocla e indígena.

Segundo Paulilo (1996, p.111),

A colonização do Oeste se fez rápida e exponencialmente. De 1920 a 1940, temos 10.340 imigrantes. Nos dez anos seguintes, 1940-1950, 22.801. As décadas de 50 e 60 são as que mais atraíram gente para lá. De 1950 a 1960, temos 48.664 imigrantes. Na década seguinte, 61.730. Em 1980, quase a metade da população regional não era natural do município onde residia, o que dá uma ideia da intensidade da migração.

A colonização ocorrida de 1917 a 1960 foi mais que um marco migratório, ela demarcou importantes configurações que condicionaram a continuidade histórica da região (ROVER, 2009). A expulsão de indígenas e caboclos e a superpopulação de imigrantes europeus são marcos importantes que irão redefinir a história do oeste catarinense a partir deste período.

A partir da década de 1960, o território começou a ser afetado pelo processo de modernização da agricultura. Principalmente na década de 1970, empréstimos e créditos subsidiados, incentivo ao uso de máquinas e utilização de outros insumos industrializados, tais como, adubos químicos e agrotóxicos ocorreu em todos os Estados brasileiros. Neste período ocorreu também o fechamento da fronteira agrícola no oeste catarinense e a “revolução verde¹⁵” começou a mudar o caráter da pequena produção.

O processo de modernização foi também um processo de seleção, conforme aponta Paulilo (1996). Ao mesmo tempo em que o pacote da “revolução verde” beneficiou alguns grupos de agricultores, também gerou, em contrapartida, excedentes da força de trabalho e um intenso

¹⁵A revolução verde foi baseada no desenvolvimento de novas tecnologias produtivas em países industrializados, orientadas para a produção de alimentos em larga escala, visando mitigar a fome no pós-guerra.

processo de migração da população, que não acompanhou esta mudança. A população não beneficiada com estes estímulos e que permaneceu no meio rural teve sua condição social e econômica agravada.

Desta década até meados da década de 1980, a mecanização dos processos agrícolas culminou na chamada agroindustrialização verticalizada¹⁶, marcada pela expansão dos frigoríficos. Segundo Campos (2013, p.21):

A verticalização das relações entre os grandes frigoríficos e seus fornecedores de matéria-prima por meio de contratos de integração constitui um arranjo institucional totalmente novo, sob o qual os mecanismos de coordenação do mercado são parcial ou totalmente substituídos por relações contratuais entre entidades jurídicas e empresas.

A produção se concentrou na suinocultura, pois, a cultura de criação de pequenos animais e o plantio de milho para a sua alimentação foi a base para a integração dos agricultores à agroindústria. Segundo Campos (2013, p.18), “tão logo chegavam, os novos colonos passaram a se dedicar à suinocultura”.

Na década de 1980, a crise econômica se fez sentir na economia do oeste catarinense. Conforme Testa et al. (1996 apud Rover, 2009), os fatores conjunturais que motivaram a crise foram expressos pela concentração expressiva na suinocultura, pela diminuição dos recursos de crédito, elevação da taxa de juros, diminuição da área cultivada de milho e de soja e diminuição da rentabilidade dos produtos tradicionalmente produzidos. Somadas a fatores estruturais, tais como, escassez de terras, esgotamento da fronteira agrícola, estrutura fundiária desigual, numerosa população rural, dentre outros. A crise econômica afetou sobremaneira a vida dos agricultores.

Altmann (2003) menciona que em 1985 havia na localidade cerca de 60 mil suinocultores que produziram aproximadamente 242.000 toneladas de suínos neste ano, contudo, em 2003, o número de suinocultores¹⁷ foi reduzido para cerca de 15 mil, com uma produção de 668.000 toneladas de suínos. Ou seja, apesar da drástica redução de produtores, o a produção de suínos aumentou quase três vezes quando comparada a 1985. Este processo se deu principalmente pela exigência

¹⁶A agroindustrialização verticalizada consiste num modelo de interação entre agroindústrias e agricultores. Os agricultores são parceiros exclusivos das agroindústrias e possuem garantia de venda dos produtos mediante cumprimento de regras, normas e procedimentos determinados pelas empresas.

¹⁷A avicultura também foi sendo desenvolvida na região, principalmente a partir de 1973. Contudo, este tipo de produção não apresentou crises tão fortes quanto à suinocultura.

das agroindústrias, que concentraram a produção em poucos produtores e deixaram marginalizados um contingente expressivo agricultores.

Os pequenos agricultores passaram a ter dificuldades para competir no mercado em decorrência da diminuição dos ganhos sobre os produtos produzidos e também não conseguiram arcar com os prejuízos das dívidas. Estes fatos, conjugados com a histórica exclusão de uma expressiva população de caboclos e indígenas e a crescente concentração de terras nas mãos de poucos agricultores, tornaram o ambiente propício para o surgimento de grupos sociais organizados como forma de resistência.

Desta forma, a partir dos problemas e crises ocorridos na produção dos pequenos agricultores surgiram os movimentos sociais rurais. Entre eles cito o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o movimento pela renovação dos sindicatos rurais e a constituição de um sindicalismo de caráter reivindicativo no campo, o Movimento das Mulheres Agricultoras (que em 2004 é renomeado para Movimento das Mulheres Camponesas), o Movimento de Retomada das Terras pelos Índios e o Movimento dos Atingidos por Barragens¹⁸.

O município de Quilombo

A região de Chapecó, onde está localizado o município que escolhi para esta investigação, foi palco do dinamismo econômico provocado pela instalação de agroindústrias e também pela exploração de madeiras de lei e extração de erva-mate. Esse dinamismo econômico, aliado à política de colonização, resultou em um expressivo crescimento populacional, tornando Chapecó a maior cidade do oeste catarinense, com uma população estimada de 202.009 habitantes em 2014¹⁹, sendo que atualmente é considerada um polo econômico e político da região oeste.

As agroindústrias em Chapecó representam o carro chefe do desenvolvimento econômico do município e de boa parte da região. Elas formaram um sistema hegemônico regional no processamento de produtos animais, em especial de suínos e aves. O dinamismo econômico das agroindústrias acabou por influenciar sobremaneira a estrutura urbana e, principalmente, o meio rural, que se adaptaram para atender as demandas criadas por estas grandes indústrias. A primeira delas - a Indústria e Comércio Chapecó (SAIC) - foi instalada na região em 1952, marcando a implantação da indústria moderna e a “semente”

¹⁸Alguns autores, como Paim (2006), chamam a região do oeste catarinense de “Celeiro de Movimentos Sociais”.

¹⁹Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 15/01/2015.

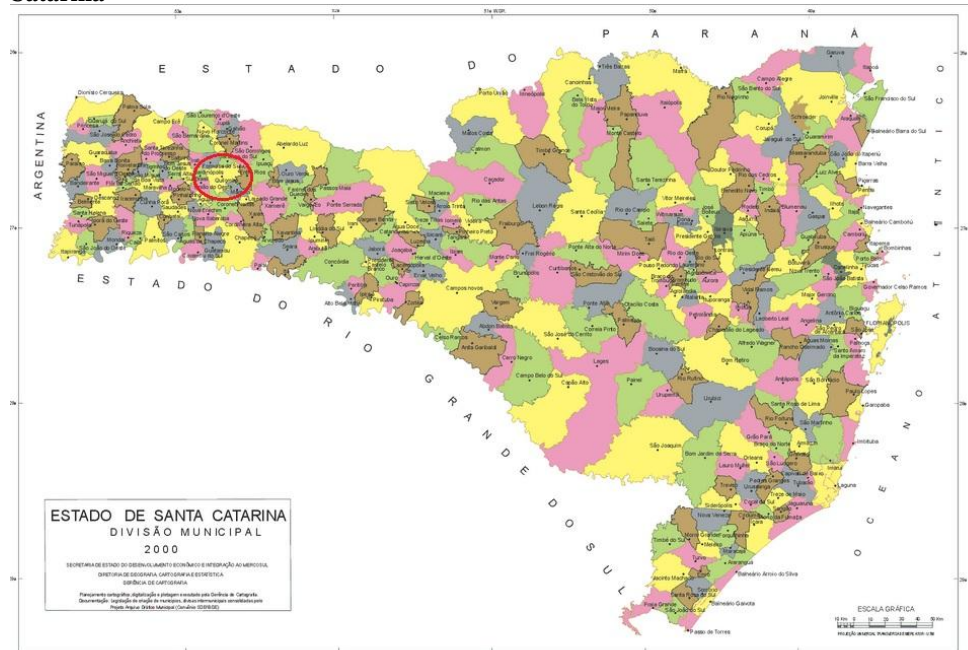
da agroindústria do município. Em 1973 foi criada a Sadia Avícola, expandindo a produção para os derivados de aves, assim como foram criadas outras agroindústrias, tais como a Aurora Alimentos.

O território estudado, o município de Quilombo, está situado neste contexto. Apresentando características muito semelhantes as da maioria dos pequenos municípios da região, a estrutura fundiária de Quilombo é baseada em pequenas propriedades agrícolas, sustentadas pelo trabalho familiar. Este município, com uma área de aproximadamente 283,2 Km² de extensão²⁰, era inicialmente um distrito de Chapecó.

A ocupação de seu espaço territorial se deu por volta da década de 1930 com colonos gaúchos provenientes da região de Erechim no Rio Grande do Sul, principalmente imigrantes italianos e alemães e seus descendentes. Na década de 60 emancipa-se de Chapecó (mais precisamente, em 06 de outubro de 1961), sendo que a emancipação ocorreu pela elevada taxa de crescimento populacional da região de Chapecó. Na figura a seguir destaco a localização deste município no estado de Santa Catarina.

²⁰ Disponível em: <http://www.quilombo.sc.gov.br/>. Consultado em 15/01/2015.

Figura 1 - Localização geográfica de Quilombo no estado de Santa Catarina



Fonte: IBGE, 2010²¹.

Segundo informações do site da prefeitura do município²², este nome se originou quando, em 1957, um grupo de caboclos, sob a liderança de um fanático religioso, acreditava que o mundo iria acabar e que somente os habitantes daquele local sobreviveriam. Quando o governo estadual enviou um destacamento policial para o local, foi feita uma comparação com as organizações históricas dos escravizados no Brasil, denominando a região como Quilombo.

Segundo Bittencourt e Bianchini (1996), devido ao isolamento inicial em relação à vila ou ao município sede, os colonos de Quilombo tinham na madeira os recursos iniciais para as benfeitorias e buscavam a sua manutenção familiar na diversificação, através da integração entre a agricultura, a criação de animais (aves, suínos e gado misto) e a indústria doméstica de transformação. Atualmente, a base econômica do município encontra-se no setor primário, tendo na suinocultura e na avicultura suas atividades mais expressivas.

²¹Disponível em <http://mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo>. Acesso em 15/01/2015.

²²Disponível em: <http://www.quilombo.sc.gov.br/>. Acesso em 15/01/2015.

No ano de 1997, a Cooperativa Central Oeste Catarinense - Aurora, filial no setor de aves da matriz de Chapecó, instalou-se na região, provocando um dinamismo econômico com a criação de novos empregos e abertura de novos estabelecimentos comerciais para atender às necessidades desta agroindústria. A agroindústria Aurora de Quilombo, além de gerar emprego no município, absorve mão-de-obra dos municípios vizinhos, sendo eles: Marema, Irati, Jardinópolis, Formosa do Sul, Santiago do Sul e União do Oeste, o que acabou por provocar um acréscimo populacional significativo. Também, muitos estabelecimentos modificaram sua produção para atender às demandas desta agroindústria.

Segundo dados fornecidos pelo secretário da agricultura do município, além da agroindústria Aurora Alimentos, o município conta com um número significativo de agroindústrias familiares, sendo que temos uma produtora de salame; uma produtora de queijo, com certificação para produção municipal e estadual; uma de comercialização de ovos com certificado municipal; uma beneficiadora de derivados da mandioca; uma de doces e conservas; quatro de massas e panificados. Segundo o secretário, as atividades agrícolas correspondem a 48% do movimento econômico do município (incluindo o recurso movimentado pelas agroindústrias), os outros 52% correspondem a atividades de comércio e serviços.

Além destas agroindústrias, o município conta com uma cooperativa de agroindústrias, a Cooperaqui e uma associação de vinicultores apoiada por investimentos do governo estadual para o processamento de uvas. Destas agroindústrias, cinco são chefiadas por mulheres: três de panificados; uma de produção e fornecimento de queijo; e uma de produção e fornecimento de doces. Existem também dois produtores agroecológicos de hortaliças, que têm como principais pontos de venda as feiras municipais de Quilombo e Chapecó.

Ainda segundo o secretário, as áreas de cultivo de milho e soja têm diminuído, dando lugar ao aumento da área de pastagem para criação de gado de leite. Segundo os dados da Safra de 2013 fornecidos por ele, a área de plantação de soja equivale 4.700 ha; 6.300 ha de trigo; 5.300 ha de milho para grão; 2.000 ha de milho para silagem; 470 ha de feijão; e 10 ha de arroz.

As principais dificuldades apontadas pela Secretaria da Agricultura são a comercialização dos produtos, legalização da produção e o excesso da carga tributária. Apesar das dificuldades de comercialização, o secretário da agricultura menciona a melhoria na comercialização desde a criação dos programas do governo federal

PAA²³ (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE²⁴ (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Menciona também a relevância da venda “de casa em casa” que, apesar do avanço das agroindústrias, permaneceu estável ao longo dos anos.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

O MMC surgiu em 1983 com o nome de Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Conforme mencionamos anteriormente, a formação inicial do MMA foi composta por trabalhadoras rurais catarinenses em meio a um cenário desfavorável ao desenvolvimento e manutenção da agricultura familiar na região oeste de Santa Catarina.

A organização inicial do movimento recebeu a influência marcante da Igreja Católica, que no contexto da década de 1980 estava engajada em projetos de transformação social através das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), inspiradas nos ideários da Teologia da Libertação. Naquele momento, as CEBs organizavam a mobilização dos movimentos sociais e funcionavam como um espaço de ação política para os movimentos sociais no campo.

Nesses primeiros anos, a reivindicação do MMA constituiu-se a partir de uma agenda acentuadamente classista e trabalhista, além de pautar o direito à participação nos sindicatos, que naquele momento eram compostos exclusivamente por homens.

[Éramos] motivadas pela bandeira do reconhecimento e valorização das trabalhadoras rurais, desencadeamos lutas como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria, etc.), participação política, entre outras (MOVIMENTO MULHERES CAMPONESAS, 2013).

A primeira pauta de luta do movimento orientou-se para o fortalecimento da imagem da mulher para fora do ambiente doméstico, contribuindo para evidenciar o seu papel no espaço público, o que lhe permitia empreender lutas que contribuíssem para a sua identificação como sujeito ativo de suas próprias ações. Apesar de, nesta etapa, a

²³O PAA é um programa de política pública que propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos adquiridos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistências que atendem famílias em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2003).

²⁴O PNAE é voltado para o fornecimento de alimentos para a merenda escolar dos ensinos básico, fundamental e médio. Deste junho de 2009, a Lei nº 11.947 determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal devem ser utilizados na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar (FNDE, 2009).

discussão sobre gênero não integrar as primeiras reivindicações, podemos afirmar que o eixo central dessa ação política estava vinculado ao questionamento das mulheres rurais acerca de seus direitos como mulher.

A partir da década de 1990, o MMA aproxima-se de outros movimentos sociais rurais organizados por mulheres, conforme aponta Boni (2012). Assim, em 1995 foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), reunindo as mulheres dos Movimentos Autônomos, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Pastoral da Juventude Rural (PJR), do Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), de sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Este processo de articulação, segundo o próprio movimento, foi marcado por uma extensa agenda de reivindicações e ações, tais como:

Mobilizações, através de acampamentos estaduais e nacional; celebração de datas históricas e significativas (...); parceria na luta, por meio da reivindicação pela continuidade e ampliação dos direitos previdenciários, pelo direito à saúde pública, por um novo projeto popular de agricultura, pela reforma agrária, e pela campanha de documentação; formação política e ideológica; e elaboração de instrumentos de trabalho para a base e para as lutas (como cartilhas e panfletos). (MOVIMENTO MULHERES CAMPONESAS, 2013)

Esta articulação influenciou o MMA a incorporar as questões de gênero em sua pauta. “Toda esta bagagem trazida pelos movimentos autônomos de mulheres, associada aos demais movimentos, reafirmou a luta das mulheres em dois eixos: gênero e classe” (MOVIMENTO MULHERES CAMPONESAS, 2013). A incorporação de questões de gênero na pauta política do movimento acabou por afastar o movimento da Igreja Católica, uma vez que a Igreja considerava polêmico reivindicar a participação da mulher no espaço público, o que acabaria por distanciá-la de sua função no espaço doméstico.

Adicionalmente, o debate sobre gênero evidenciou as reflexões em torno do tema do patriarcalismo, muito presente no meio rural; além de “questionar a participação das mulheres na sociedade” e colocar foco nas relações desiguais para o acesso ao crédito e na ação política, naturalizadas historicamente na imagem do “chefe da família” (BONI,

2012). A incorporação desta “nova” agenda não exclui a continuidade da luta de classe, além da reivindicação por direitos trabalhistas.

A partir de então, o movimento segue em estreita colaboração com a ANMTR. Depois de várias atividades nos grupos de base, nos municípios e estados, o MMA procurou ultrapassar as fronteiras estaduais, promovendo, assim, a realização de seu primeiro congresso nacional em 2003, com a participação de vários movimentos autônomos de mulheres existentes no Brasil.

Em 2004, o movimento é renomeado como Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). A mudança do nome está vinculada à necessidade de afirmar a identidade camponesa, que, segundo as integrantes do movimento, permite englobar as diferentes identidades de trabalhadoras no meio rural.

Fizemos debates sobre a categoria camponês que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Neste sentido, mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. (MOVIMENTO MULHERES CAMPONESAS, 2013)

Segundo Boni (2012), existe a hipótese da mudança de nome ter sido motivada pela articulação do MMA com a Via Campesina, por ocasião da IV Conferência da Via Campesina que ocorreu em junho de 2004 no Brasil. Esta organização, criada em 1993, tem como objetivo desenvolver a solidariedade e unidade entre organizações camponesas, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa.

Paulilo (2010) acrescenta que a articulação com Via Campesina não interferiria somente na renomeação do movimento, mas incluiria também uma nova agenda política, constituída pela reivindicação de um novo projeto de agricultura agroecológica, tendo em vista a preservação

de sementes crioulas e o resgate da sabedoria popular (camponesa), buscando a preservação da biodiversidade. Ainda segundo a autora, “a preocupação das agricultoras com a agroecologia faz com que o movimento a que pertencem possa ser considerado uma corrente dos movimentos ecofeministas, mesmo que este não seja um termo usualmente utilizado pelas militantes”²⁵. (PAULILO, 2010)

A partir da articulação com a Via Campesina e outros movimentos sociais, o MMC sente a necessidade de se reunir a estes movimentos. Desta forma, no ano de 2013 o MMC promoveu o I Encontro Nacional em Brasília. Este evento teve como objetivo unir as mulheres integrantes do MMC e de outros movimentos articulados em busca da discussão de uma pauta comum. Conforme indica a fala de uma das integrantes do movimento, apesar do MMC e de outros movimentos serem compostos por diferentes mulheres com diferentes identidades, os problemas que elas enfrentam em geral são os mesmos e as reivindicações por melhores condições são comuns (fonte: vídeo do I Encontro Nacional). Este encontro teve como lema o combate à violência contra a mulher, assumindo que a violência é um problema de todas as mulheres, pois é fruto de uma sociedade capitalista, patriarcal e machista. Além da temática da violência, o movimento reafirmou seu discurso sobre a soberania alimentar, respaldado pelo cultivo de sementes crioulas e pela produção agroecológica.

Neste mesmo ano, o MMC celebrou seus trinta anos em evento realizado na cidade de Xanxerê, no oeste Catarinense²⁶. Esta comemoração teve como objetivo lembrar a trajetória do movimento, além de celebrar as conquistas obtidas e reforçar a agenda política voltada para as reivindicações de classe e gênero. Neste evento, o MMC passou a se considerar assumidamente um movimento feminista (contra o patriarcado e o machismo), socialista (contra o capitalismo) e agroecológico, identidade esta que veio assumindo nos últimos anos.

²⁵Em trabalhos posteriores, a autora mostra a aceitação da palavra “feminismo” pelas agricultoras do MMC a partir de 2010. Porém afirma que a utilização do termo “ecofeminismo” ainda sofre restrições (PAULILO; BONI, 2014).

²⁶Tive a oportunidade de estar presente nos últimos eventos do MMC, tanto nos já citados I Encontro Nacional em Brasília e na celebração dos 30 anos do movimento, como também participei da celebração dos 31 anos do movimento em Dionísio Cerqueira (SC), evento que ocorreu quando estive em trabalho de campo. Nesta última ocasião as integrantes do MMC reforçaram novamente a agenda feminista e agroecológica.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR E AS NOVAS RURALIDADES

A configuração dos modelos de agricultura que se observam na sociedade brasileira é fruto de uma longa trajetória histórica, que remonta ao período colonial. As razões pelas quais tal trajetória cristalizou-se em uma determinada formação da agricultura brasileira, e não em outra, transcende em muito os objetivos desta dissertação. Diversos autores²⁷ já se dedicaram extensivamente a reconstituir as razões, as motivações e os interesses que subjazem a este processo. Assim sendo, parto da premissa de que as raízes históricas que conformaram tal trajetória já foram suficientemente consolidadas em uma literatura e uma historiografia, hoje clássica, que perpassa vários campos do conhecimento. Neste sentido, a minha intenção neste capítulo restringe-se a: discorrer tão somente sobre a configuração da agricultura atual, fortemente influenciada pelo processo de modernização agrícola; entender as consequências da modernização para os pequenos agricultores e agricultoras; e refletir sobre a influência deste processo nos estudos sociológicos do meio rural, ressaltando as novas concepções do rural que surgiram a partir da crítica ao modelo modernizante.

A modernização da agricultura a qual nos referimos é fruto do modelo de desenvolvimento que foi protagonizado por sociedades industriais. Esse modelo está atrelado ao processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista e difundido de forma hegemônica nas sociedades consideradas não avançadas, tendo como consequência um processo crescente de urbanização e industrialização (WANDERLEY, 2011).

Inserido neste quadro geral de mudanças socioeconômicas das sociedades modernas, o Brasil intensificou o seu processo de urbanização e industrialização a partir da década de 1930. Mas foi, fundamentalmente, a partir do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, na segunda metade dos anos 1950, que este processo toma corpo. Inerente ao ideal de progresso fundado nas representações sociais hegemônicas no país, o processo de modernização acabou culminando em um projeto de desenvolvimento baseado no crescimento econômico com foco na industrialização, como instrumento fundamental para a

²⁷Dentre os autores mais consagrados neste campo, encontram-se: Raymundo Faoro (1977), Gilberto Freyre (2003), Sérgio Buarque de Holanda (1999), Caio Prado Jr. (1961, 1963), e mais recentemente, Graziano Silva (1996), Maria Nazareth Wanderley (2009) e Paulilo (1996).

eliminação da considerável defasagem que separava o Brasil das economias capitalistas industrializadas (DELGADO, 2009).

Este modelo de desenvolvimento, que até os dias de hoje conta com adeptos e críticos, influenciou sobremaneira a conformação do modelo de agricultura brasileira, que gradativamente foi sofrendo modificações. Segundo Wanderley (2011), o próprio Estado se modificou criando ou redefinindo instituições aptas a prestar assistência aos “empresários” rurais convidados a se modernizarem. O Estatuto da Terra, promulgado em 1964, traz as normas que deveriam orientar a política agrícola, determinando principalmente os meios que serão mobilizados para o desenvolvimento rural, são eles:

Assistência técnica; produção e distribuição de sementes e mudas; criação, venda e distribuição de reprodutores e uso de inseminação artificial; mecanização agrícola; cooperativismo; assistência financeira e creditícia; assistência à comercialização; industrialização e beneficiamento de produtos; eletrificação rural e obras de infraestrutura; seguro agrícola; educação, através de estabelecimentos agrícolas de orientação profissional; garantia de preços mínimos à produção agrícola. (WANDERLEY, 2011, p.29)

Tais alterações foram pautadas, principalmente, pela modernização dos meios de produção a partir da adoção de novas tecnologias de origem industrial, assim como pela divisão do trabalho entre o campo e a cidade. A modernização produz, desta forma, um padrão de viabilidade econômica que passa a ser referência a todos os produtores rurais, tanto pelos beneficiados pela modernização ou mesmo pelos excluídos do processo modernizante.

Sendo assim, construiu-se um relativo consenso, não só político, mas também teórico, no qual o mundo rural era percebido como um espaço onde predominavam as forças tradicionais, politicamente atrasadas, fundado em “propriedades latifundiárias e em relações sociais não-capitalistas”. Neste sentido, o desenvolvimento da sociedade moderna foi visto como urgente, para eliminar o “mundo atrasado” e favorecer as forças progressistas sediadas nas cidades (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 31).

O impulso da modernização da agricultura²⁸ se intensificou principalmente nas décadas de 1960 e 1970, conforme apontam os estudos de Graziano Silva (1982; 1996). Este processo, que também ficou conhecido como “revolução verde”, teve como base o incentivo à mecanização da agricultura, à utilização de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) e de sementes melhoradas, visando um aumento na escala produtiva e a eficiência na utilização dos insumos.

Segundo Delgado (2009, p.10), o modelo de modernização brasileira apresenta algumas características centrais, tais como:

(1) o crédito agrícola subsidiado concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste, acentuando os desequilíbrios regionais existentes; (2) privilegiou principalmente os grandes produtores e alguns médios, aumentando a concentração fundiária [...]; (3) favoreceu basicamente os produtos agrícolas destinados à exportação [...], piorando a distribuição de renda no meio rural; (4) a modernização da agricultura esteve intimamente associada a uma onda de internalização [...] com liderança das empresas multinacionais, [...]; (5) é impensável sem a conjuntura internacional extremamente favorável, tanto do ponto de vista da demanda por exportações de produtos agrícolas, como pela disponibilidade de crédito no sistema financeiro mundial; e (6) promoveu um violento processo de expulsão de mão-de-obra do campo, especialmente nas regiões onde a modernização foi mais intensa.

Com a modernização da agricultura foi possível a elevação extraordinária da produtividade do trabalho e o crescimento global da produção de alimentos, contudo, a modernização não chegou a transformar a realidade de um importante contingente populacional de agricultores e trabalhadores rurais. Pelo contrário, o êxito do modelo da revolução verde acabou gerando uma falsa impressão de que o projeto de modernização da agricultura era mais importante do que qualquer

²⁸O processo de modernização da agricultura ficou conhecido por alguns autores como “modernização conservadora”, pois ainda que tenha transformado a forma de produzir e as relações de produção, este processo não modificou a estrutura fundiária brasileira. Pelo contrário, o processo de modernização beneficiou os grandes proprietários de terra e contribuiu para a intensificação da concentração fundiária, uma vez que a tecnologia da modernização agrícola estava concentrada nas grandes fazendas que ficavam com a maior parte do crédito subsidiado pelo Estado brasileiro no período.

projeto do Estado que se voltasse para a mitigação dos problemas históricos da agricultura brasileira.

Este processo modernizante acirrou a subordinação da agricultura às dinâmicas econômicas e sociais dos espaços urbanos, seja em função da dependência tecnológica em relação aos insumos agrícolas entre o campo e a cidade, seja pelos vínculos em relação ao modo de vida urbano. Como resultado deste processo emergiram consequências perversas para a população rural, evidenciadas pelos elevados fluxos migratórios²⁹ em direção à cidade, expressos na busca pelo emprego. Cabe destacar que o projeto desenvolvimentista iniciado com Kubitschek acelerou, simultaneamente, o processo de industrialização das cidades. A abertura de novas fábricas gerou uma demanda crescente por mão de obra de baixa qualificação, para ocupar os novos postos de trabalho. Esses novos trabalhadores saídos do campo foram atraídos por ofertas de posições de emprego precárias, visando ocupar o denominado “chão de fábrica” desses novos empreendimentos industriais, sobretudo pela indústria automobilística.

Como resultado, quase que imediato, verificou-se o crescimento de bolsões urbanos de pobreza, formados, em grande parte, por esta população migrante. Neste sentido, a vida no campo se precariza, na medida em a vida na cidade torna-se um polo de atração em relação ao emprego: “viver no campo significa, muito frequentemente, conviver com restrições profundas, no que se refere ao acesso a bens, serviços e oportunidades de trabalho” (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p.40).

Além do que, este modelo propunha uma modernização uniformizante, o que acabou desencadeando o ofuscamento das expressões e originalidades construídas por características singulares de cada povo e cultura presentes no meio rural. Neste sentido, as consequências da modernização da agricultura rebatem nos camponeses e agricultores familiares, que se veem obrigados a buscar novas formas de reprodução.

Dentro deste contexto socioeconômico, os estudos do meio rural do período foram influenciados pelas consequências do processo de modernização e principalmente, sendo a sociologia uma ciência da

²⁹Segundo Wanderley (2011, p.45), “o êxodo rural visto em seu conjunto é, sabidamente, um antigo processo de mobilidade geográfica, porém a dimensão e a intensidade que alcançou no período representam, sem dúvida, um fato novo, resultado dos processos de expropriação e marginalização dos trabalhadores e pequenos agricultores camponeses, em consequência das formas adotadas da modernização da agricultura”.

modernidade, os estudos no campo da sociologia rural³⁰ acabaram por reduzir o rural ao agrícola, produzindo uma sociologia da atividade agrícola, ou mesmo, uma sociologia do desenvolvimento da agricultura (CARNEIRO, 2008). Pois, os autores que se dedicaram ao estudo desta temática, ao longo do século XX, apontavam para um quadro de crescente incorporação do meio rural às cidades e, conseqüente, o esvaziamento do campo, destacando uma sociologia baseada na imagem de como o rural deveria ser, ao invés da análise do modo de ser e de fazer das populações rurais. (MARTINS, 2000; CARNEIRO, 2008)

Nesta perspectiva normativa do meio rural, as categorias “rural” e “urbano” perderiam suas capacidades explicativas de diferenciações sociais e espaciais, ou seja, “tudo tenderia a ser, de alguma forma, urbano, ou estar submetido à influência econômica e cultural oriunda das grandes cidades” (WANDERLEY, FAVARETO, 2013, p.33); e a agricultura se tornaria um mero campo de aplicação do capital, à semelhança de qualquer outro setor passível de investimento no qual o agricultor se assemelharia ao trabalhador da cidade, como um cidadão que possui uma profissão específica (WANDERLEY, 2000).

Contudo, a partir dos anos 1980, o modelo da modernização agrícola entra em crise em função: da superprodução concentrada de alimentos (principalmente nos países desenvolvidos); da redução da necessidade de força de trabalho nas atividades agrícolas (por causa dos índices de produtividade atingidos); e das distorções ambientais (em função do uso intensivo de insumos químicos de origem industrial e do esgotamento de áreas produtivas).

Neste período, revitalizaram-se os movimentos sindicais e surgiram os novos movimentos sociais no campo³¹. As reivindicações destes agentes sociais passaram a ser elaboradas a partir de uma crítica incisiva ao modelo de modernização agrícola adotado no país, com a convicção de que não bastava lutar pela democratização da revolução verde, mais sim pensar um novo modelo de agricultura, cujas características fossem benéficas a toda população rural (DELGADO, 2009).

Como fruto das reivindicações destes agentes sociais, temos a emergência de novas categorias, tais como, “sem-terra”, “assentado” e

³⁰O ramo da sociologia dedicado ao rural foi apoiado pela dicotomia criada por Tönnies em 1887, comunidade-sociedade (*Gemeinschaft-Gessellschaft*), na qual o primeiro termo se refere a “tudo que é confiante, íntimo, vivendo exclusivamente junto” e o segundo, “é o que é público; é o mundo” (PAULILO, 2004).

³¹Sobre isso ver: SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo (Org.) *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

“agricultor familiar”. Os dois primeiros termos representam categorias sociais que se forjaram mais diretamente pela reivindicação da reforma agrária, através do protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Já, por sua vez, a categoria social “agricultor familiar” procurou substituir o que antes se denominavam como “pequenos produtores” (DELGADO, 2009).

Segundo Wanderley (2011), com a adoção da categoria social “agricultura familiar”, o conteúdo sócio-político que a palavra camponês inspirava perde seu protagonismo³². Contudo, esta categoria foi capaz de ressaltar, pela primeira vez, o reconhecimento da condição de produtor agrícola e uma valorização positiva de suas particularidades. É por meio desta categoria que se procura reconhecer uma forma social de produção que ocupa um lugar específico e expressivo na agricultura e no meio rural brasileiro. Ela, principalmente, se distingue da forma patronal, predominante nas grandes empresas agropecuárias (grande propriedade), pelo trabalho (não separação entre o capital e trabalho) e pela tecnologia (modelo menos produtivista) (VEIGA, 1995 apud WANDERLEY, 2011).

Contudo, atualmente as categorias camponês e campesinato estão voltando à cena³³, principalmente dentro do escopo dos movimentos sociais. Estas categorias são associadas à valorização das práticas agroecológicas em meio a uma profunda crítica aos processos da modernização produtiva. Na verdade, o objetivo principal da revalorização destas categorias é mais que ressaltar um modelo tecnológico distinto (baseado em uma produção agroecológica), mas sim, segundo Wanderley (2011), afirmar a autonomia dos agricultores familiares, portadores de uma experiência própria e de sua capacidade de assumir, sob outros padrões, o processo da agricultura e do meio rural brasileiro:

Todas as críticas [ao modelo modernizante] portam em si uma ideia central e dominante que é a de preservar uma certa categoria social e produtiva da agricultura: o camponês [...] e o agricultor familiar; e, por conseguinte, a necessidade de reorientar os sistemas produtivos e as tecnologias empregadas na direção de um

³²Os estudos do campesinato marcaram a tradição da sociologia rural brasileira. Uma referência neste tema é o trabalho de Queiroz (1973). Não me concentrarei nessa dissertação em discutir a evolução do conceito do campesinato, nem tampouco me centrarei nas discussões em torno do conceito de agricultura familiar. Meu objetivo aqui é pontuar como o surgimento desta última categoria influenciou os estudos da sociologia rural.

³³Sobre isso ver Van Der Ploeg (2006).

reforço na capacidade econômica e de autonomia dessa categoria (ALMEIDA, 1999 apud WANDERLEY, 2011, p.98).

A agricultura familiar toma protagonismo durante a década de 1990, fazendo frente ao projeto de desenvolvimento agrícola pautado no agronegócio³⁴ (agricultura patronal). Embora seja indiscutível a força política do agronegócio, a agricultura familiar ganha espaço no debate político, representado pelo reconhecimento por parte do Estado através da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/06)³⁵, a implementação do sistema de Previdência Rural em 1992 e da criação de políticas públicas voltadas para este segmento da agricultura, tais como o PRONAF concebido em 1996.

As críticas ao modelo de agricultura pautado na modernização agrícola voltaram-se não apenas à redefinição dos conceitos que melhor representam os habitantes do meio rural, nem somente aos processos produtivos agrícolas, mas também se voltaram à necessidade de repensar o meio rural como uma categoria social, uma vez que a dinâmica do mundo rural, com sua complexa rede de agentes sociais, não poderia mais ser pensada através de um paradigma voltado para a homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade: “a dinâmica do mundo rural não caberia mais na afirmação da tendência de seu esvaziamento social, econômico e cultural” (CARNEIRO 2008, p.11).

Esta nova forma de análise do rural não pressupõe a afirmação de que sua diversidade seja um fenômeno novo³⁶, mas, pelo contrário, significa desvinculá-lo da visão homegeneizadora imposta pela abordagem dominante de modernização agrícola. Neste processo, de certa forma, de desocultamento do rural, trata-se de reconhecê-lo como uma dimensão inerente ao processo geral de desenvolvimento da sociedade, evidenciando suas particularidades, através de uma

³⁴Segundo Delgado (2009, p.27), “[...]o agronegócio no Brasil é [...] um bloco econômico e de poder bastante amplo e internacionalizado, ligado às atividades agrícolas e agrárias domésticas, e que inclui empresários capitalistas, latifundiários, e setores industriais e financeiros nacionais e estrangeiros”.

³⁵Esta lei estabelece no art. 3º como agricultor familiar o produtor que: 1) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; 2) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; 3) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; 4) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a sua família.

³⁶Existem novas configurações do rural que se deram a partir das influências da modernidade, configurações estas que foram analisadas principalmente por teóricos franceses, tais como Mendras (1984), Kayser (1990), Jollivet (1997), Rémy (1993), dentre outros. Derivam destes estudos os conceitos “renascimento do rural”, “neo-rural” e “*continuum* rural-urbano”.

perspectiva que não se reduz à superação do rural, mas, pelo contrário, que reitera as qualidades e potencialidades decorrentes das particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas do campo, fundadas em um novo quadro de análise.

Segundo Ferreira e Zanoni:

Isso significa repensar o rural como espaço de outras agriculturas e também como espaço de vida, de trabalho e de lazer, não necessariamente restrito aos agricultores. Significa também repensar a relação desse rural de pluriatividades, mas ainda basicamente agrícola, com as pequenas cidades, ou seja, com o conjunto das dinâmicas do território rural. (1998, p.21)

Observamos, nesse contexto, uma revalorização do rural como uma rica fonte de bens materiais e simbólicos que passam a contribuir para outra dinâmica econômica, ambiental e social. Neste sentido, o rural não se restringe por sua oposição às cidades, mas sim e também por meio das relações e vínculos que mantém com estas últimas (ABRAMOVAY, 2009).

A renovação deste quadro analítico filia-se à perspectiva da *nova ruralidade*, que delimita sua unidade de análise em função do conceito de “território rural” e o associa a três dimensões fundamentais: a proximidade com a natureza; a ligação com as cidades; e as relações interpessoais derivadas da baixa densidade populacional e do tamanho reduzido de suas populações (ABRAMOVAY, 2009).

Dentro deste contexto, conforme demonstra Wanderley (2000, p.88), o meio rural é entendido como:

- espaço físico, fazendo referência à ocupação do território e aos seus símbolos;
- lugar onde se vive, referindo-se às particularidades do modo de vida e a referência identitária; e
- lugar de onde se vê e se vive o mundo, fazendo alusão à cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade.

Segundo Bonnal et al. (2008), no que diz respeito à agricultura e ao meio rural, o território aparece cada vez mais como uma entrada programática, inovadora e privilegiada para renovar a percepção sobre o meio rural. O território representa mais que um simples espaço onde ocorrem as relações entre indivíduos, grupos e organizações, possuindo um tecido social, uma organização complexa feita por laços muito mais além de relações comerciais ou mercantis, um território representa uma

trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel importante na agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1998). O território é visto como um espaço de “partilha de vida” (BRANDÃO, 1995 apud WANDERLEY, 2011).

Não se resumindo ao lugar onde se produz os alimentos, o território rural é visto como um espaço de preservação ambiental, de manutenção do patrimônio cultural, promotor de soberania alimentar, ou seja, um lugar de reprodução social. A *nova ruralidade* não limita suas análises aos aspectos produtivos e econômicos da agricultura, mas, pelo contrário, enfatiza a reconstrução dos significados do território e da própria agricultura.

Neste sentido, estas novas abordagens procuram ressignificar o conceito de ruralidade para além das atividades produtivas, sem abandonar as premissas e condicionantes para que ela possa ocorrer, tais como: o acesso aos meios de produção e, em especial, à terra; a ampliação dos níveis de renda dos agricultores por meio do acesso às políticas públicas e ao mercado; a agregação de valor, expressa na qualidade dos produtos; a manutenção do tecido social; e a conservação dos recursos naturais e das paisagens, dentre outros aspectos.

Trazer a primeiro plano dos estudos rurais as questões que dizem respeito diretamente às especificidades do campo e aos seus sujeitos, para além da dimensão econômica de suas atividades e das estruturas de mercado que formam o setor agropecuário, significa valorizar a contingente significativo de brasileiros que vivem no campo, independente do peso relativo que esta população representa frente à população urbana.

2.1. A MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA

A noção de multifuncionalidade agrícola está inserida dentro deste contexto, pois está estreitamente vinculada à expectativa de valorização da agricultura, uma vez que articula as múltiplas funções da agricultura familiar, valorizando as suas contribuições não-produtivas para o território onde a família rural está situada.

A multifuncionalidade é um conceito elaborado formalmente na União Européia, mais especificamente na França. Surgido inicialmente no meio acadêmico, o objetivo da formulação da noção da multifuncionalidade agrícola era chamar a atenção para o reconhecimento das atribuições não visíveis da agricultura ao conjunto da sociedade, uma vez que apenas a capacidade produtiva da agricultura era reconhecida.

O debate sobre este conceito e suas implicações acabou influenciando a formulação de políticas públicas francesas voltadas para

o campo, pois somente as funções econômicas da agricultura, relacionadas à produção de alimentos e geração de renda, eram visíveis como objetivo de incentivo estatal por meio de políticas públicas. As funções ambientais, sociais e culturais eram invisíveis aos olhos da sociedade e desprovidas de incentivos públicos. Concretamente, o modelo produtivista da agricultura francesa foi responsável pela garantia da segurança alimentar interna e pela melhora da posição agrícola no mercado internacional, no entanto, este modelo provocou “efeitos nefastos aos níveis econômicos (a superprodução), social (a redução dos efetivos agrícolas necessários à consecução das metas produtivas e a expansão dos espaços socialmente vazios ou esvaziados) e ambiental (profundo desgaste dos recursos naturais)” (WANDERLEY, 2003, p.12).

Mediante esta constatação, o estado francês foi influenciado não só pelo meio acadêmico, mas também por pressão de diferentes segmentos sociais, tanto rurais quanto urbanos, a redefinir sua orientação junto aos agentes sociais do meio rural, incorporando, assim, ações e projetos de valorização territorial e da multifuncionalidade da agricultura no espaço rural. Desta maneira, essa temática foi lançada para o debate internacional em 1999, com a introdução desta noção na Lei de Orientação Agrícola (LOA) da França. A partir daí o tema difundiu-se entre os demais países da União Européia e, posteriormente, em outras regiões do mundo³⁷ (CAZELLA; MATTEI, 2003).

No Brasil, a incorporação da noção de agricultura multifuncional no meio acadêmico e político ainda é incipiente e vem sendo realizada a partir dos referenciais franceses. Contudo, de acordo com Wanderley (2003), o tema merece uma atenção especial, principalmente porque a agricultura familiar, em especial por influência do PRONAF, também é vista muitas vezes como um setor apenas econômico (equivalente conceitualmente à agricultura patronal). Embora o conceito de agricultura familiar englobe todos aqueles que associam a família à propriedade, ao trabalho e à gestão direta do empreendimento, só são considerados efetivamente agricultores familiares (e, portanto, passíveis de serem beneficiários do PRONAF) aqueles que comprovem viabilidade econômica.

O modelo de agricultor forjado pelo conceito de agricultura familiar do PRONAF é representado pela capacidade de se inserir no mercado competitivo através da utilização de tecnologias modernas,

³⁷Com respeito ao estado da arte dos estudos sobre a multifuncionalidade em âmbito internacional, ver o trabalho organizado por Huylebroeck et al. (2007).

pelo nível de renda auferida advinda da atividade agropecuária e pelo nível de produção. Sugere-se usualmente, desta forma, que o agricultor ideal é o agricultor monoativo (WANDERLEY, 2003).

Contudo, sabemos que a atuação dos agricultores não se resume às atividades agrícolas e que este modelo de agricultura familiar preconizado pelo PRONAF não abarca a variedade de agricultores familiares brasileiros³⁸. Por este motivo, analisar a agricultura familiar através de uma perspectiva multifuncional é de extrema importância, pois, segundo Maluf (2003), esta análise possibilita que se reatualize a importância dos espaços rurais e da agricultura, de forma especial a familiar.

A noção de multifuncionalidade da agricultura familiar representa uma tentativa de reconhecer que os estabelecimentos agrícolas e, portanto, os agricultores e agricultoras que neles vivem e trabalham, estabelecem suas estratégias de manutenção e reprodução social desempenhando outras funções que não exclusivamente produtivas e mercantis. Neste sentido, esta noção procura romper com o enfoque economicista da agricultura.

Ao promover o rompimento com a visão hegemônica da função econômica da agricultura, o enfoque multifuncional permite que o olhar seja lançado sobre os sujeitos rurais, sobre o território onde eles estão situados, para a sociedade e também para as políticas públicas do campo. Neste sentido, “mais que focalizar a atividade agrícola, entendida pura e simplesmente como um setor econômico, o que se privilegia é a própria família de agricultores, em suas complexas relações com a natureza e a sociedade que moldam as formas particulares de produção e de vida social” (WANDERLEY, 2003, p. 9).

Sendo assim, a ênfase nas famílias rurais e na agricultura tendo como eixo as funções exercidas, permite que se coloque em cena várias facetas e potencialidades do rural brasileiro, tais como: as referências ocupacionais do território; as particularidades do modo de vida desta população; a dinâmica da relação campo-cidade; a conservação da paisagem rural e preservação do meio ambiente; a manutenção do tecido social e cultural; a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar; e as oportunidades de geração de renda através de atividades agrícolas e não-agrícolas. Estas são algumas das amplas e possíveis

³⁸Sobre este assunto ver Gazolla e Schneider (2013); e Schneider e Cassol (2014). Esta política pública também vem sendo revista nos últimos anos na tentativa de mitigar algumas barreiras de acesso.

contribuições dos agricultores e agricultoras ao fazer dos territórios rurais um lugar de vida e trabalho.

Levando em consideração o modo de vida das famílias rurais, a noção de multifuncionalidade agrícola está associada a quatro funções do exercício da atividade agrícola, definidas por Cazella et al. (2009):

a) Reprodução socioeconômica das famílias: aborda a fonte de recursos para os membros das famílias rurais (geração de trabalho e renda), as práticas de sociabilidade, a condição de permanência no campo, as condições de instalação dos jovens e as questões relativas à sucessão do responsável pela unidade produtiva. Dentro desta função, torna-se central a análise da pluriatividade da atividade agrícola e das atividades não reconhecidas em torno do conceito de trabalho produtivo, tais como as atividades domésticas e de *care*;

b) Promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais: abrange a produção para autoconsumo das famílias e a produção mercantil dos alimentos, considerando, também, o acesso aos alimentos por parte das famílias e da sociedade e a qualidade dos mesmos. Esta função multifuncional também leva em consideração as opções técnico-produtivas dos agricultores e os canais principais de comercialização da produção;

c) Manutenção do tecido social e cultural: além da importância da reprodução socioeconômica já citada anteriormente, esta função refere-se à preservação e ao melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, levando em conta os processos de elaboração e legitimação de identidades sociais e de promoção da sociabilidade das famílias e das comunidades rurais;

d) Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural: essa dimensão tem como referência o uso sustentável dos recursos naturais por parte da agricultura familiar, as relações entre as atividades econômicas e a paisagem, e a preservação da biodiversidade.

Sendo assim, “a noção de multifuncionalidade da agricultura teria que ser capaz de unificar as diferentes demandas e preocupações em relação ao mundo rural e às unidades familiares que o compõem, numa espécie de nova síntese em substituição ao paradigma que esteve na base da ‘modernização da agricultura’” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p.21).

O conceito de multifuncionalidade agrícola rompe com o enfoque economicista de produção e enfatiza as funções sociais da agricultura. Atuando, assim, como um “instrumento de análise de processos sociais agrários que permite enxergar dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos” (CAZELLA, et al. 2009, p.49).

O reconhecimento da agricultura familiar desde uma perspectiva integradora permite que emergja a consciência da sociedade (e das próprias famílias rurais) sobre a importância do papel da agricultura familiar. Contudo, para que seja possível evidenciar o papel das agricultoras através desta perspectiva analítica, faz-se necessário levar em conta as dinâmicas internas da unidade familiar para que seja possível apreender sua participação na formulação de estratégias reprodutivas e na articulação com os condicionantes externos e internos. Essas dinâmicas estão associadas ao bem-estar das famílias, à educação dos filhos, à produção para o autoconsumo, à sociabilidade para o trabalho e lazer; ao cuidado com a terra, dentre outros.

Como foi dito anteriormente, nesta dissertação me dedicarei a analisar duas funções da multifuncionalidade agrícola, a reprodução socioeconômica e a segurança alimentar. Contudo, antes de avançar nas análises, nos tópicos seguintes me concentrarei em realizar uma breve revisão teórica em torno destas dimensões, com vistas a contribuir para a compreensão dos dados coletados no campo empírico.

2.1.1. Reprodução Socioeconômica

A compreensão do meio rural, segundo Wanderley (2009), decorre da percepção deste espaço como suporte de relações sociais específicas, ou seja, como um espaço de vida singular, cujas relações não só dependem da dinâmica social interna, mas também das formas de inserção da vida social externa a este meio. A dinâmica interna se caracteriza por relações sociais fundadas em laços de parentesco e de vizinhança, e a “vida social externa” é constituída através da integração com os espaços sociais mais amplos, sobretudo nas complexas relações com o mercado e com a vida urbana. Assim, a vida social dos habitantes do campo é o resultado do entrelaçamento das relações sociais que atravessam o espaço rural.

Dentro deste contexto, as análises da reprodução social dos habitantes do meio rural estão vinculadas às condições de existência social destes agentes. Isto porque a agricultura familiar enquanto atividade social apresenta uma estreita relação entre posição social, profissional e familiar dos agricultores e agricultoras (BRUMER; DOS ANJOS, 2008). Ou seja, conforme menciona Bourdieu (2002), as estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias rurais passam pela posição que elas ocupam no espaço social, a partir de uma socialização que engendra determinadas disposições, influenciadas pelas relações com a vida social externa ao espaço rural, mas não sendo ditadas por essas regras externas.

Neste mesmo sentido, Carneiro (2008, p.260) aponta que:

A unidade familiar, entendida como entidade plástica e mutante, tem a capacidade de elaborar estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais. No entanto, cabe enfatizar que esses rearranjos que não raro, dialogam com a tradição³⁹ rejeitando-a ou revalorizando-a³⁹ não se limitam ao plano das relações observáveis empiricamente, como também [...] não são frutos de uma deliberação individual ou necessariamente consciente. Novos valores podem ser formulados ou antigos valores serem resgatados [...] na busca de resposta a crises familiares. Em outras palavras, fatores de ordem cultural, e até mesmo subjetiva, interferem diretamente na trajetória econômica dessas unidades produtivas [familiares]. [...] Nesses termos, o caráter familiar da exploração familiar não residiria apenas no tipo de relações de trabalho acionadas na produção (e no seu peso quantitativo), mas na interação desse fator com um conjunto de variáveis (não quantificáveis) de ordem cultural e social que tornam uma dada unidade produtiva específica.

As estratégias de reprodução social da agricultura familiar, portanto, constituem um sistema e compreendem o conjunto das práticas pelas quais cada membro da família ou a família rural como um todo tende, consciente ou inconscientemente, a manter ou melhorar sua posição na estrutura social. Estas estratégias não tem por princípio uma intenção consciente e racional, mas sim são as disposições do *habitus*³⁹ que tendem espontaneamente a reproduzir as condições de sua própria produção.

Ao tratar dessas práticas, recorro novamente à contribuição teórica de Bourdieu (2002). Este autor destaca que os projetos de reprodução social podem ser realizados por cada membro da família, pela família como um todo e para a manutenção do patrimônio familiar. O autor ainda menciona que as intenções de reprodução social têm pesos diferentes nas sociedades, variando segundo a natureza do capital que será transmitido e o estado do mecanismo de reprodução disponível e contemplam domínios referentes à reprodução biológica, estratégias testamentárias, educativas, econômicas e simbólicas. Estes domínios

³⁹Para Bourdieu (1996) o *habitus* é um sistema aberto de disposições, ações e percepções que os sujeitos adquirem com o tempo em suas experiências sociais, tanto na dimensão material, corpórea, quanto simbólica, cultural, entre outras.

estão sistematicamente relacionados, cronologicamente articulados e se produzem a partir da unidade familiar.

As estratégias de reprodução biológica estão vinculadas às estratégias de fecundidade e à “profilaxia”. A primeira tem como objetivo controlar a fecundidade da família, através do aumento ou redução do número de filhos, são estratégias de longo prazo que comprometem o futuro da descendência das famílias e do patrimônio (sucessão). Também está englobado nesta estratégia o número de pretendentes potenciais ao patrimônio material e simbólico. Segundo os meios possíveis, esta estratégia pode tomar caminhos diretos como as técnicas de controle de natalidade, ou indiretas como o casamento tardio ou o celibato. Por sua vez, a estratégia “profilática” está destinada a manter o patrimônio biológico assegurando os cuidados contínuos e descontínuos destinados a manter a saúde, prevenir as enfermidades e assegurar a gestão razoável do capital corporal.

As estratégias testamentárias buscam assegurar a transmissão do patrimônio material entre as gerações das famílias dentro dos limites das possibilidades oferecidas pelos costumes e direitos. Estas estratégias, vinculadas geralmente à sucessão da propriedade, se especificam segundo a espécie de capital que se deseja transmitir segundo a composição do patrimônio.

Já as estratégias educativas, assim como as estratégias biológicas, são estratégias de longo prazo e estão vinculadas a dimensão econômica, representada pelos investimentos financeiros na educação, contudo, não se reduzem apenas a isso, estas estratégias tendem, antes de tudo, a produzir agentes sociais dignos e capazes de receber a herança cultural de seu grupo.

Por sua vez, as estratégias econômicas estão orientadas à perpetuação ou ao aumento das diferentes espécies de capital através de uma atividade geradora de renda ou através de emprego. Estão também incorporadas nestas estratégias as de investimento social, ou seja, orientadas para a instauração ou a manutenção das relações sociais diretamente benéficas para as estratégias econômicas a curto ou longo prazo, que possam ser convertidas em capital social e em capital simbólico e por um trabalho específico de manutenção de relações. Dentro desta perspectiva, estão as estratégias matrimoniais, que são contraídas para assegurar não só a reprodução biológica do grupo como também para manter ou aumentar o patrimônio deste.

Por último, as estratégias simbólicas são todas as ações que têm por objetivo conservar ou aumentar o capital do reconhecimento (nos diferentes sentidos do termo), privilegiando a reprodução dos esquemas

de percepção e de apreciação mais favoráveis aos detentores do reconhecimento e produzindo ações suscetíveis de serem reconhecidas favoravelmente.

Assim sendo, as diferentes estratégias de reprodução podem ser definidas em relação aos mecanismos de reprodução institucionalizados e não institucionalizados. O sistema de reprodução social de uma unidade familiar depende das vantagens diferenciais que ela pode esperar dos diferentes domínios de reprodução, em função do poder efetivo sobre os mecanismos institucionalizados como, por exemplo, em relação ao mercado econômico e educacional, que asseguram o volume e a estrutura do capital para a unidade familiar (BOURDIEU, 2002).

A abordagem de Bourdieu (2002) nos ajuda a compreender as possibilidades e diversidades das estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias e indivíduos. No que concerne aos agricultores familiares, estes geralmente consideram nas suas estratégias de reprodução as questões relativas ao bem-estar de sua família (e, em certa medida, de sua comunidade), as questões relativas à sucessão da propriedade e herança familiar, as condições de permanência no campo, as práticas de sociabilidade, e as estratégias relacionadas às fontes de recursos para os membros das famílias (atividades econômicas realizadas na propriedade familiar e as possibilidades de emprego e de obtenção de renda fora da propriedade rural). Estratégias estas que podem ser contempladas pelas mencionadas pelo autor.

Contudo, Carneiro alerta para a necessidade de se levar em conta a diversidade de interesses em jogo decorrente das diferentes posições ocupadas por seus membros na hierarquia familiar. Segundo a autora,

Para a compreensão da dinâmica de reprodução social das unidades familiares, sejam elas exclusivamente agrícolas ou não, torna-se necessário levar em conta a diversidade de interesses em jogo decorrente das diferentes posições ocupadas por seus membros na hierarquia familiar (filhos, esposa, pai) e da atribuição de gênero, nas diferentes esferas das relações sociais. (2008, p.260)

Por este motivo este trabalho volta sua análise sobre a contribuição das mulheres para a reprodução social. Pretendo compreender o seus papéis no contexto da agricultura familiar⁴⁰, considerando a divisão sexual advinda da hierarquização do trabalho na

⁴⁰Importante destacar que embora algumas estratégias adotadas pelas famílias serem benéficas para seus integrantes, elas muitas vezes não representam a reprodução social da agricultura familiar. O caso das migrações de alguns integrantes da família para a cidade é um exemplo, pois esta pode ser uma estratégia de reprodução para a família, mas não está vinculada à estratégia de reprodução da agricultura familiar.

esfera familiar. As mulheres são reconhecidas, conforme já mencionado anteriormente, por diversas autoras, como Paulilo (2004) e Brumer e Dos Anjos (2008), como agentes centrais na manutenção e reprodução social de suas famílias, o que pretendo evidenciar nesta dissertação é sua importante contribuição para a agricultura familiar enquanto categoria social.

O interesse em analisar as estratégias de reprodução social da agricultura familiar decorre, por um lado, dos elevados índices migratórios do meio rural em direção às cidades, com destaque para os jovens e mulheres, o que implica no crescente processo de envelhecimento da população e masculinização do campo. Por outro lado, pelo aumento dos problemas ligados à sucessão geracional nos estabelecimentos familiares, que acabam por colocar em risco a manutenção e reprodução social da agricultura familiar enquanto categoria social. E, principalmente, pela falta de reconhecimento do trabalho desempenhado pelas mulheres rurais no âmbito da agricultura familiar.

Pluriatividade

Dentro do contexto das mudanças em curso no sistema produtivo agrícola e nas relações sociais de produção, umas das estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias rurais referem-se à flexibilização e informalização do trabalho rural, além do aumento no número de agricultores e familiares ocupados em atividades não-agrícolas.

Esta forma de reprodução social não constitui uma novidade para agricultores familiares, porém, se em outras épocas era comum os agricultores prestarem serviços para outras propriedades ou executarem esporadicamente trabalhos não-agrícolas, como fonte complementar à renda, Schneider (2009) afirma que, atualmente o fenômeno é permanente e representa mais do que simplesmente uma forma de renda suplementar. Ou seja, este fenômeno se constitui propriamente numa estratégia de manutenção e reprodução social.

Tais estratégias de reprodução têm sido cada vez mais frequentes entre os agricultores, em função das consequências do modelo produtivo modernizado e mecanizado, predominante na agricultura, assim como da aproximação entre o campo e as cidades e da falta de infraestrutura e investimentos estatais no meio rural brasileiro.

Adicionalmente, Schneider (2009) apresenta outros fatores que ajudam a explicar as mudanças nas formas de diversificação da renda entre os agricultores: as políticas de estímulo às atividades rurais não agrícolas e de contenção dos fluxos migratórios, como, por exemplo, o

turismo rural e as agroindústrias familiares; as mudanças nos mercados de trabalho, pelo efeito simultâneo da oferta de emprego para pessoas do meio rural, como pela instalação de indústrias no meio rural; e pelo reconhecimento de uma crescente legitimidade política e econômica da agricultura familiar.

Através desta estratégia de diversificação, o agricultor visa ampliar as suas fontes de rendas, multiplicando suas atividades e, muitas vezes, as jornadas de trabalho. Esta prática costuma ser uma estratégia individual, de um dos membros da família, ou uma estratégia coletiva, que leva em consideração os objetivos da família como um todo. Em um caso ou noutro, os agricultores que combinam diferentes atividades (agrícolas e não-agrícolas), são conhecidos como agricultores pluriativos.

A pluriatividade⁴¹ da agricultura consiste na combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção familiar (SCHNEIDER, 2007). Através da pluriatividade, as famílias rurais podem estabelecer iniciativas de diversificação de suas ocupações interna e externamente à unidade de produção, bem como aumentar as fontes e as formas de acesso à renda.

Para Schneider (2009), a pluriatividade pode ser definida das seguintes formas:

a) intersectorial: decorre do processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia, principalmente a indústria e o comércio;

b) de base agrária: fruto da demanda crescente por serviços e atividades não-agrícolas geradas pelo processo de modernização da agricultura. Esta forma é verificada quando algum membro da família realiza a prestação de serviços como subcontratado (como os trabalhos de plantio, de colheita, etc.), ou quando realiza atividades ou funções geradas pela dinâmica do setor agroindustrial, tais como as atividades de tratoristas, motoristas, a realização de procedimentos de inseminação artificial, etc.. Dentro desta forma de pluriatividade também se destacam as atividades com caráter sazonal ou informal, verificada quando algum membro da família realiza ações esporádicas, tais como o artesanato, serviços especializados (realizados por algum profissional liberal),

⁴¹Segundo Da Cruz (2012), o conceito de pluriatividade surgiu na França nos anos 1980, fruto de um redirecionamento da política agrícola em função da superprodução de alimentos ocorrida após o auge da modernização agrícola na década de 1970. A pluriatividade emergiu como uma alternativa para os agricultores com baixos índices de produtividade, incentivando-os a se dedicassem às atividades não-agrícolas, tais como o turismo, o artesanato ou demais atividades que os mantivessem no campo.

sazonais (plantio, poda, colheita, etc.) e as atividades tradicionais ou camponesas, que ocorrem dentro da propriedade visando à produção e fabricação de utensílios para o uso próprio.

c) para-agrícola: ocorre quando algum membro da família exerce atividade ou ocupação relacionados à transformação, beneficiamento ou processamento da produção agrícola destinada à comercialização, tal como aquelas ocorridas nas agroindústrias familiares.

Em síntese, a noção de pluriatividade da agricultura permite que o campo seja caracterizado para além da produção agropecuária, se constituindo em uma das formas para promover estratégias de reprodução social e diversificação dos modos de vida das famílias rurais.

O conceito de pluriatividade é muitas vezes confundido com a noção de multifuncionalidade dada a proximidade dos termos, contudo, a ideia de multifuncionalidade engloba a temática da pluriatividade, mas não se limita a ela. Conforme apontam Lacerda e Moruzzi Marques (2008 apud Gavioli e Costa 2011, p.454),

pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura são duas ideias que configuram diferentes perspectivas tanto de intervenção em termos de políticas públicas, quanto de análise interpretativa, implicando abordagens a partir de ângulos distintos sobre a agricultura e o mundo rural.

A noção de multifuncionalidade almeja promover as demais funções da agricultura para além da produção agrícola, funções estas que podem se traduzir em atividades não-agrícolas, mas não estão somente vinculadas a estas. Já o conceito de pluriatividade pretende analisar as novas configurações de trabalho no meio rural, com o propósito de compreender o fenômeno de integração das atividades agrícolas com as não-agrícolas no contexto de um estabelecimento agrícola.

Apesar de configurar uma importante estratégia de reprodução social das famílias rurais, o conceito de pluriatividade agrícola possibilita verificar apenas as diferentes formas de geração de renda para estas famílias, não comportando as formas de reprodução que não são reconhecidas formalmente em torno do conceito de trabalho por não gerarem renda. Na seguinte seção discuto a importância do trabalho e *care* como estratégia de reprodução social da agricultura familiar.

2.1.1.1. Trabalhos doméstico e de *care*

Os trabalhos doméstico e de *care* consistem em uma estratégia de reprodução social que incorpora, em certa medida, as estratégias profiláticas definidas por Bourdieu (2002), e estão voltadas para a reprodução biológica, de bem-estar e de manutenção das famílias urbanas e rurais. Realizado quase que exclusivamente por mulheres, os trabalhos doméstico e de *care* foram historicamente invisibilizados⁴² em nossa sociedade e, por este motivo, as tarefas voltadas a este fim não são reconhecidas como estratégias centrais para a manutenção e reprodução social.

O debate em torno da invisibilidade do trabalho da mulher foi inaugurado na década de 1970 na França por diversos seguimentos feministas, principalmente entre as feministas de inspiração marxista, e foi introduzido no Brasil por Heleieth Safiotti (1976) e Eva Blay (1978). Segundo Melo e Castilho (2009), este é um dos temas mais antigos discutidos pelo feminismo no campo das ciências sociais, tendo sido pautado, principalmente, pela tentativa de reinterpretar os conceitos de trabalho doméstico, trabalho produtivo e improdutivo.

Naquele momento, a discussão sobre o trabalho doméstico estava estreitamente vinculada às práticas características do modo de produção capitalista. Dentro dessa perspectiva, a crítica fundamenta-se no fato de o trabalho doméstico ser considerado improdutivo, tendo em vista que o produto resultante desse esforço laborioso não constituir-se em valor de troca, ou seja, em mercadoria. No entanto e ao contrário, o único trabalho passível de ser considerado produtivo é aquele que está vinculado à produção de bens e mercadorias (valor de troca) que, não por acaso, é realizado, majoritariamente, por homens.

As análises decorrentes dessas interpretações marxistas procuravam centrar-se, principalmente, nos aspectos produtivos resultantes do trabalho, sem se preocuparem, inicialmente, com o lugar ocupado pela mulher na sociedade (BRUSCHINI, 2006). Logo, as discussões passaram a considerar o lugar da mulher na sociedade e incorporaram o debate em torno do seu papel na reprodução da força de trabalho.

Segundo Bilac,

Em grandes linhas, a questão costumava ser equacionada nos seguintes termos: como pode um

⁴²Segundo Gelinski e Pereira (2005), as teorias econômicas convencionais e as estatísticas nacionais, utilizadas para definir as políticas macroeconômicas, não consideram e nem contabilizam o universo do trabalho doméstico e de *care* devido ao fato de que estes não estão orientados para o mercado.

trabalho realizado fora do circuito da mercadoria ser responsável pela produção da mercadoria da força de trabalho e, portanto, contribuir para seu valor? Tratava-se de definir se aquela atividade - a de produção de valores de uso e de prestação de cuidado - poderia ser considerada realmente um trabalho sob a ótica de produção capitalista. (2014, p. 129)

Ao longo dos anos, muito tem sido discutido em torno dessa temática. A imprecisão conceitual relativas ao trabalho produtivo e improdutivo e a caracterização do trabalho doméstico se tornaram um impasse teórico nunca resolvido. Com o passar dos anos a discussão a respeito da pertinência ou não de se considerar o trabalho doméstico produtivo ou improdutivo arrefeceu⁴³.

Apesar do impasse teórico em torno destes conceitos era inegável a existência do trabalho doméstico⁴⁴, assim como a persistente hierarquização entre as diferentes tipologias de trabalho, que continuava rebaixando e subjugando a importância desta forma de trabalho sem limite de jornada, executado na esfera privada e sem remuneração. Neste sentido, algumas correntes feministas das gerações seguintes continuaram a criticar a invisibilidade do trabalho feminino e passaram então a articular a discussão em torno do espaço produtivo e reprodutivo, uma vez que, para as mulheres, a vivência do trabalho implica sempre na combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento, seja por sua superposição (BRUSCHINI, 2006).

O enfoque que procura articular estas duas esferas do trabalho da mulher (produtivo e reprodutivo) evidencia, segundo Melo e Castilho (2009), que a plena participação das mulheres pode ser visualizada através da eliminação das limitações que as marginalizam ou as tornam invisíveis, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas. Esses estudos, portanto, procuram explicitar a desigualdade existente na relação entre o trabalho produtivo realizado por homens e o trabalho reprodutivo, que condena a mulher à casa atribuindo à ela o termo “dona de casa”⁴⁵. Dentro deste contexto, a produção acadêmica,

⁴³Gelinski e Pereira (2010) alertam que a discussão sobre a contribuição do trabalho doméstico para a reprodução da força de trabalho no nível cotidiano também continua em aberto.

⁴⁴Realizado por mulheres em nome da natureza, do amor e do dever materno para o benefício de outrem (KERGOAT e HIRATA, 2007).

⁴⁵Melo e Castilho (2009) salientam que os estudos de Hirata (1988 e 1998) e Kergoat (1998) contribuíram para desfazer o mito que recai sobre a expressão “dona de casa”, afirmando que esta não pode ser sinônimo de *esposa* e *mãe*, como usualmente é tratada em nossa sociedade, mas, sim, de trabalho doméstico não remunerado.

segundo Bruschini (2006), foi pouco a pouco mostrando maior sensibilidade, tanto para fatores culturais e simbólicos, que também explicam a subordinação feminina, quanto para a inserção das mulheres no espaço da reprodução familiar.

Foi somente a partir da década de 1980 que o feminismo acadêmico incorporou a categoria de gênero para analisar o trabalho doméstico, por meio do estudo da divisão sexual do trabalho. A utilização do conceito de gênero está fundada na afirmação de que as relações sociais constituem-se em relações antagônicas e conflitivas, evidenciada nas diferenças entre os papéis econômico e social das mulheres e dos homens. Esta articulação entre os conceitos de gênero e de trabalho presta-se a reconhecer o tipo de especificidade e de colaboração existente entre os papéis desempenhados por homens e mulheres. Nesse sentido, o conceito de gênero contribui para resgatar o conjunto diversificado dos papéis desempenhados pelas mulheres, considerando-as como agentes, ao contrário de considerá-las exclusivamente como pessoas integrantes do núcleo familiar (MELO; CONSIDERA; SABATTO, 2007).

Paralelamente a este debate teórico, desenvolveu-se um embate crítico em torno da elaboração de dados estatísticos realizados por organismos institucionais com a finalidade de mensurar a atividade econômica feminina. A economia, ao desconsiderar o trabalho realizado fora da esfera da produção de bens e mercadorias, renega a ampla contribuição da mulher para a nossa sociedade. O debate crítico, relativamente às estatísticas e a quantificação da atividade econômica, contribui para que seja repensada a forma mediante a qual a participação da mulher é mensurada, tendo em vista a sua contribuição devida à realização dos trabalhos produtivos e reprodutivos.

Melo e Castilho (2009) destacam que os trabalhos de Bruschini (1990), Jelin (1995), Duran (2000) e Sorj (2004), por exemplo, analisam a persistência de desigualdades e assimetrias de gênero nas formas de organização de vida familiar em relação à distribuição das tarefas domésticas, ao envolvimento e responsabilidades com os cuidados com os membros da família, levando em consideração o tempo que as mulheres utilizam para a execução de atividades no âmbito da vida familiar e a importância destas atividades para todos os membros das famílias. Estes estudos proporcionam, neste sentido, uma alternativa aos estudos que focam exclusivamente o viés econômico do trabalho.

Paralelamente, no âmbito da economia, o debate crítico teve importante protagonismo das economistas feministas, pois, conforme aponta Nobre (2002, p.13):

Além da crítica ao paradigma dominante, o aporte da economia feminista é tornar visível a contribuição das mulheres à economia. São pesquisas que consideram o trabalho de forma mais ampla, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família, e integram a reprodução como fundamental à nossa existência, incorporando saúde, educação e outros aspectos relacionados como temas legítimos da economia.

A perspectiva das economistas feministas - que varia de acordo a sua filiação teórica - também ressalta que o trabalho doméstico foi invisibilizado pela lógica patronal, capitalista e pelos modelos elaborados a partir da teoria econômica que consideram como trabalho apenas as atividades passíveis de geração de renda, conforme aponta Carrasco et al. (2004, p.240),

En cualquier caso, el problema que se presenta con las categorías laborales nos es sino reflejo de un tema mucho más profundo: la ceguera histórica (masculina) de la economía en el análisis social, que se le ha impedido reconocer como procesos económicos todo aquello que tiene lugar al margen del mercado. De esta manera, sus análisis, sus resultados y – más gran aún – sus propuestas de política económica pueden llegar a ser no sólo parciales, sino incorrectas, ya que excluyen procesos fundamentales ligados a la reproducción de la población.

O debate atual relativa a esta temática concentra-se em problematizar os conceitos de “uso do tempo”, “dupla jornada de trabalho” e “trabalho doméstico remunerado”⁴⁶. Segundo Bruschini (2006), os estudos sobre o uso do tempo não constituem uma novidade. O trabalho pioneiro de Szalai (1972) já é considerado um clássico sobre o tema. No entanto, a ampla difusão das metodologias do uso do tempo ocorreu somente a partir da realização de conferências internacionais promovidas pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), a partir dos anos 2000.

⁴⁶Não me dedicarei a explaná-lo nesta pesquisa, mas vale destacar que o trabalho doméstico remunerado figura como uma importante realidade na vida das mulheres, principalmente para aquelas que se encontram em situação de desigualdade social. Esta discussão contribui, ademais, para a incorporação das questões de classe e raça. Sobre isso ver “Dossiê Trabalho e Gênero: Controvérsias”, organizado por Nadya Araujo Guimarães e Helena Hirata para a Revista Tempo Social, volume 26, nº1, de junho de 2014.

No Brasil, estudos que adotam a metodologia do uso do tempo foram incorporados àqueles sobre o trabalho feminino nos anos 1970, com o intuito de tornar visível e valorizar a atividade doméstica, assim como outras formas de atividade sem remuneração, desempenhadas sobretudo por mulheres⁴⁷ (BRUSCHINI, 2006). Esta metodologia é considerada por alguns autores como a mais adequada para dar visibilidade às diversas atividades realizadas pelas mulheres no meio rural e urbano, uma vez que permite demonstrar através do cômputo de número de horas de trabalho da vida cotidiana, a dedicação das mulheres para as atividades centrais para a manutenção e reprodução da vida. Geralmente este tipo de metodologia também requer que seja computado o uso do tempo dos homens nas atividades produtivas e reprodutivas, para que seja possível tornar mais evidente a desigualdade de gênero existente na dedicação aos trabalhos produtivos e reprodutivos.

Apesar de sua importância para a evidenciação da contribuição global das mulheres para as famílias e para a sociedade, os estudos do uso do tempo pouco avançaram no Brasil até a década de 1990, momento no qual a metodologia foi aplicada para as pesquisas do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Segundo Bruschini (2006), o relativo descrédito deste tipo de abordagem se deve, em parte, a certo ceticismo de algumas pesquisadoras em relação à sua utilidade, assim como, devido às dificuldades metodológicas inerentes a esta forma de levantamento de dados, que requer um estudo detalhado das atividades cotidianas das mulheres e a consequente mensuração do tempo gasto em cada uma das atividades, demandando, assim, uma pesquisa extensiva e custosa.

Atualmente a pesquisa do uso do tempo continua sendo adotada no Brasil por meio do PNAD, porém ainda de maneira não satisfatória quando comparada com a tradição de pesquisa de uso do tempo na

⁴⁷Segundo Ramos (2009, p. 862): “Pesquisas de usos do tempo almejam captar comportamentos não perceptíveis por pesquisas domiciliares tradicionais, as quais não adentram o universo intradomiciliar e, portanto, não desvelam como ocorre a repartição de trabalho e de recursos, entre eles o tempo, na esfera privada – uma preocupação central dos estudos de gênero. O que tais pesquisas fazem é captar empiricamente, utilizando diferentes métodos, as atividades em que as pessoas empregam seu tempo durante um período específico, em geral, um dia. O objetivo é, assim, traçar um perfil dos chamados ‘orçamentos de tempo’ individuais, que compreendem a ‘sequência, o horário e a duração das atividades realizadas pelos indivíduos. Adicionalmente, são caracterizados também outros aspectos contextuais, tais como uma descrição de cada episódio por parte do respondente, onde ocorreu, com quem a atividade foi executada ou que outras pessoas estavam presentes e, em alguns casos, ‘em benefício de quem’ as atividades foram realizadas”.

França e nos Estados Unidos. As deficiências dos dados do PNAD se devem ao fato de: este tipo de pesquisa não ter sido realizada de maneira comparativa, uma vez que nos três momentos em que foi implementada, adotou diferentes metodologias; e por não ter sido possível coletar um número significativo de informações, dado a extensão geográfica do Brasil e o alto custo para realização da pesquisa (PINHEIRO; FONTOURA; GODINHO, 2014).

A análise do tempo dedicado aos diferentes tipos de trabalho possibilita aprofundar a compreensão das estratégias de reprodução social das famílias. Ao estarem envolvidas com atividades produtivas e reprodutivas, cabem às mulheres desenvolverem estratégias de compatibilização entre as atividades direcionadas ao mercado e àquelas que garantem o bem-estar, manutenção e reprodução social de suas famílias. Ao homem cabe, geralmente, apenas dedicar-se ao trabalho remunerado.

Dentro do contexto da compatibilização das tarefas produtivas e reprodutivas está inserida a discussão da dupla jornada de trabalho. Os estudos relacionados a este tema estão vinculados à tentativa de analisar o fato de que nas últimas décadas houve uma transformação no papel das mulheres no que concerne à participação delas no mercado de trabalho. A sua participação em trabalhos remunerados é cada vez mais frequente. Contudo, mesmo quando trabalha fora da residência em um emprego assalariado, a mulher continua assumindo, quase que exclusivamente, a responsabilidade dos afazeres domésticos não remunerados. Pouco se tem observado sobre a participação dos homens em tarefas reprodutivas.

Carrasco (2005, p.53) aponta que,

Com a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a nula resposta social e masculina diante desta mudança de cultura e comportamento das mulheres, estas últimas assumiram a dupla jornada de trabalho e o duplo trabalho deslocando-se continuamente de um espaço a outro, solapando e identificando seus tempos de trabalho. Tempos que vêm determinados, por um lado, pela exigência da produção mercantil, e, por outro, pelos requerimentos naturais da vida humana.

Dentre essas atividades realizadas na esfera privada para fins reprodutivos encontram-se não somente o trabalho doméstico não remunerado como, também, a provisão dos ditos serviços de cuidado.

Segundo Hirata (2010), desde os anos 1980, as teorias sobre o *care* têm se desenvolvido no mundo anglo-saxão, mas a retomada deste debate na França data de meados dos anos 2000. Na América Latina, incluindo o Brasil, e na América Central, a presença é ainda mais recente. O *care* é um componente do trabalho reprodutivo que não equivale ao trabalho doméstico, mas usualmente é realizado em conjunto com as atividades domésticas, “o trabalho de *care* envolve serviços pessoais para outrem: são atividades que se voltam para as necessidades físicas, intelectuais e afetivas e para outras demandas emocionais de cônjuges, filhos e pessoas idosas, doentes ou com deficiências” (BORIS, 2014).

O conceito de *care* possui uma característica comum a outros conceitos, como os de “trabalho” e “gênero”, no que se refere à sua ação multidimensional e transversal. Este conceito foi cunhado por Carol Gilligan em 1982. Esta autora discutiu, em sua obra “Uma Voz Diferente”, a existência de uma moral distinta entre meninos e meninas, relacionando o trabalho de cuidado, ou a ética de *care*, com uma responsabilidade moral inerente às meninas. Contudo, Gilligan não avançou na discussão da construção social da ética de *care*. Quem o fez, pioneiramente, foi Joan Tronto (1993). Tronto revelou que homens e mulheres podem exercer atividades de *care*, porém como estas atividades têm sido atribuídas socialmente às mulheres ao longo da história, elas são consideradas, predominantemente, como femininas. Segundo Guimarães, Hirata e Sugita (2011), o *care* remete à questão de gênero, na medida em que esta atividade está profundamente naturalizada, como se fosse inerente à posição e à disposição femininas (*habitus*).

A literatura sobre o *care* continua a refletir sobre a responsabilidade da mulher pelo cuidado não remunerado para com a sua família, equacionando a relação entre o trabalho doméstico e a opressão das mulheres (BORIS, 2014). O *care* está presente em todas as atividades cotidianas, quer seja atividades de manutenção da casa, da existência pessoal e do carinho e afeto para com outra pessoa. Esse trabalho requer, segundo Tronto (1993): *caring about* (preocupar-se com), que implica o reconhecimento de uma necessidade e a conveniência em atendê-la; supõe uma capacidade ética de atenção, *taking care of* (ocupar-se de, cuidar de), que se refere à responsabilidade (moral) de atender à necessidade identificada, *care-giving* (dispensar cuidados), que compreende a prática do cuidado, implica a mobilização de uma competência, *care-receiving* (receber cuidados), que remete à reação de quem recebe o cuidado, ou seja,

aquele que recebe os cuidados é o único que pode dizer se eles foram eficazes e pertinentes. Esta última situação supõe outra qualidade moral essencial: a *responsiveness* ("receptividade").

Os trabalhos doméstico e de *care* são realizados para o cuidado principalmente de crianças, idosos e pessoas doentes, porém os homens adultos (filhos mais velhos e maridos) são também grandes beneficiários das atividades de *care* exercidas pelas mulheres, pois elas garantem a estabilidade física e emocional dos homens, uma vez que se encarregam de realizar todas as atividades relacionadas ao bem-estar destes. Importante ressaltar que grande parte destas atividades realizadas pelas mulheres não tem substituto no mercado e, mesmo que tivessem, não contemplariam o bem-estar, a qualidade de vida, o afeto, as relações, etc. Algumas destas podem ser substituídas apenas pelo Estado, quando este absorve as atividades ligadas ao bem-estar.

A utilização do trabalho doméstico e de *care* como referencial conceitual para a análise do papel da mulher permite a visualização da disponibilidade de homens e mulheres em diferentes tarefas domésticas e, principalmente, possibilita um enfoque que não só "adiciona" as mulheres nos paradigmas tradicionais, mas que amplia a compreensão desse fenômeno, através da incorporação de novas perspectivas analíticas, relativamente aos diferentes trabalhos que se desenvolvem em nossa sociedade.

Na seção a seguir irei discorrer a respeito de outra função da multifuncionalidade, a segurança alimentar. Início a seção apresentando a evolução do conceito de segurança alimentar e nutricional e finalizo com a discussão sobre a contribuição das mulheres para a segurança alimentar e nutricional das famílias e da sociedade, por meio de práticas de cultivo para o autoconsumo.

2.1.2. Segurança Alimentar e Nutricional

O debate sobre a segurança alimentar e nutricional tem evoluído no decorrer do tempo em virtude dos diferentes contextos econômicos, sociais e políticos que têm afetado a segurança alimentar da população mundial. Segundo Jalil (2009), as primeiras preocupações com a segurança alimentar surgiram no período da I Guerra Mundial, em que o conceito de "segurança alimentar" assumia um significado estritamente ligado à autossuficiência alimentar⁴⁸, em nível nacional, ou seja, "à

⁴⁸A segurança alimentar, muitas vezes, é tratada como sinônimo de soberania alimentar, contudo este segundo conceito, criado pela Via Campesina na Conferência Mundial sobre a Alimentação realizada em 1996, em Roma significa o direito que os povos têm de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares sem *dumping* de outros países e difere substancialmente do conceito de segurança alimentar.

garantia estratégica de produção de alimentos para abastecer a população a fim de evitar crises provocadas por cercos militares ou boicotes políticos” (JALIL, 2009, p.29).

O tema ganha relevância mundial com a criação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), organismo que assume como missão principal aumentar os níveis de nutrição dos povos, assim também com a promulgação em 1948 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, que torna a alimentação um direito universal. A definição que se utiliza atualmente é fruto da revitalização do debate ocorrido nos anos de 1970, motivado pela crise alimentar mundial que ocorreu entre os anos 1972 a 1974.

Naquele momento, devido a uma combinação de fatores, dentre os quais as condições climáticas adversas em vários lugares do mundo, ocorreu uma redução drástica da oferta de grãos em nível mundial, ocasionando uma significativa elevação dos preços dos alimentos, em função de sua alta demanda e baixa oferta. Como consequência desta crise, observou-se um aumento significativo da fome em vários países, principalmente nos países africanos (FAO, 2014). Assim, esta crise internacional contribuiu para agravar a situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar desses países, afetando, principalmente, a população mais pobre, que mais sofre com o aumento dos preços dos alimentos para conseguir manter o padrão de consumo alimentar.

Desta forma, as discussões deste período no que se refere à segurança alimentar se centraram nos mecanismos de produção e armazenamento de alimentos, com o objetivo de conter as flutuações de preços e garantir a oferta. Um marco importante deste tema refere-se à Conferência Mundial sobre a alimentação, celebrada pela ONU em 1974.

A preocupação com a segurança alimentar, segundo a FAO (2014), estava centrada, principalmente, em torno da disponibilidade dos alimentos, ou seja, na preocupação em relação à sua oferta, nas estratégias de sua produção, nos estoques e armazenamento, na dinâmica de sua comercialização e na estabilidade de preços. Esta perspectiva voltada para a capacidade de produção agrícola como forma de assegurar a disponibilidade e acesso de alimentos criou também as bases para o fortalecimento da revolução verde como solução para erradicar a fome através do aumento generalizado da produção de alimentos.

Em decorrência da mecanização dos processos agrícolas e da utilização massiva de fertilizantes e agrotóxicos, houve um aumento da produção de alimentos, elevando os estoques mundiais em determinadas

regiões. No entanto, o que se notou após este período é que apesar do aumento da produção concentrada em alguns países, os problemas da fome e da insegurança alimentar não desapareceram, mas, pelo contrário, agravaram-se em determinadas regiões do mundo, assim como se agravaram, também, os problemas ambientais e sociais decorrentes desse modelo produtivo, como já mencionamos em seção anterior.

Na década de 1980, com a crise de abastecimento mundial, o foco da segurança alimentar começa a se deslocar para o lado da demanda, ou seja, sobre as possibilidades de acesso aos alimentos pelos mais pobres. Nesse período, a FAO e o Banco Mundial exerceram um importante papel no avanço do conceito de “segurança alimentar”. Por meio de diversas publicações, estas instituições colaboraram para que a abordagem da segurança alimentar se baseasse na disponibilidade de alimentos em nível nacional e regional e no acesso estável em nível local (JALIL, 2009).

Após a década de 1970, essa abordagem foi bastante modificada buscando integrar outras dimensões e perspectivas. O foco deslocou-se para além do contexto nacional ou familiar, envolvendo também a questão nutricional do indivíduo. Esta nova perspectiva passou a adotar dois novos eixos: o acesso e a utilização biológica dos alimentos. O primeiro eixo refere-se à forma como a alimentação é distribuída dentro do agregado familiar, evitando o acesso desigual aos alimentos pelos diferentes membros da família. Esta abordagem inclui o acesso via mercado, trocas, associações e redes de apoio. O segundo eixo, por sua vez, leva em consideração a forma como os alimentos são assimilados pelo organismo e transformados em energia necessária para satisfazer as necessidades dietéticas mínimas. Faz parte deste eixo a preocupação com a higiene, o saneamento, a qualidade da água, as práticas de cuidado da saúde e a qualidade dos alimentos (FAO, 2014).

A partir da década de 1990, percebe-se que a composição e variedade da dieta, assim como a qualidade (química, biológica e física) e inocuidade dos alimentos são também considerados como critérios determinantes neste tema. Inicia-se uma discussão que visa problematizar a disponibilidade e o acesso dos alimentos. Pretende-se, com isto, destacar a insuficiência de diversos aspectos necessários para combater a insegurança alimentar. O conceito, portanto, começa a incorporar, a partir dos aportes destas discussões, outras dimensões, tais como os componentes de nutrição, saúde, cultura e qualidade.

Em 1996, a FAO organiza a Cúpula Mundial de Alimentação (CMA), em Roma, agregando uma discussão qualitativa na ampliação

do conceito de “segurança alimentar e nutricional” (SAN). Nessa ocasião, chefes de Estados assumiram o compromisso de erradicar a fome em todos os países, fortalecendo a utilização da definição que engloba os aspectos de disponibilidade, acesso e consumo dos alimentos.

O conceito adotado nessa conferência é o mais comumente utilizado ainda hoje, qual seja: segurança alimentar e nutricional consiste em garantir a todos condições de acesso a alimentos básicos, seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (BRASIL, 1996, p. 4).

Apesar de essa definição incorporar algumas questões importantes, acrescidas posteriormente ao conceito inicial, ela deixa vários flancos abertos, que a enfraquecem, pois se torna demasiadamente heterogênea e polissêmica. Por exemplo, não faz referência de forma explícita à questão da alimentação como um direito fundamental, assim como não define de forma clara as condições de garantia da disponibilidade dos alimentos. Neste sentido, a sua imprecisão oportuniza abordagens neoliberais, que pretendem subordinar a agricultura e a segurança alimentar às leis de mercado (JALIL, 2009).

Outra fragilidade dessa definição refere-se à falta de clareza em relação à forma de produção dos alimentos. Esta outra imprecisão beneficia o desenvolvimento do agronegócio e marginaliza a agricultura de base familiar. O conceito de segurança alimentar dirige a sua ação à compra e ao acesso de alimentos como direito individual à alimentação, sem problematizar alguns importantes fatores, tais como: a produção e manutenção da monocultura, as questões agrárias em relação à permanência de grandes latifúndios, a comercialização e o monopólio da atividade da agricultura patronal, a produção para a exportação, as relações de dependência entre países produtores e consumidores de alimentos, e as relações e condições de reprodução das famílias camponesas, etc.

Contudo, para Maluf (2009), a adoção de uma perspectiva de segurança alimentar e nutricional, que englobe todas as perspectivas que podem vir a abarcar este conceito, não é útil, nem provavelmente possível. Porém, para que este conceito possa dar conta da realidade, devem ser consideradas as seguintes dimensões:

a) dimensão temporal, que se refere à estabilidade em termos de disponibilidade, acesso e consumo dos alimentos;

b) a dimensão de segurança dos alimentos (*food safety*), que garante qualidade (física, química e biológica) e segurança em termos de sanidade e inocuidade, para se evitar potenciais riscos de contaminação pela alimentação;

c) a dimensão cultural, que evidencia as especificidades culturais de cada povo, em termos de costumes, tradições ou credos religiosos, que se manifestam no consumo de alimentos e;

d) a dimensão de sustentabilidade, que se refere, sobretudo, ao processo de produção de alimentos, a fim de se evitar os custos ambientais resultantes do rápido crescimento da produção agrícola, através de métodos nocivos ao ambiente e à biodiversidade.

2.1.2.1. O autoconsumo e a manutenção da biodiversidade

A produção para autoconsumo, conhecida também como produção “pro gasto”, refere-se a toda produção realizada pelas famílias cujos produtos são destinados ao seu próprio consumo, proporcionando desta forma, acesso direto dos alimentos da unidade de produção (lavoura, horta e pomares) para a unidade de consumo (casa).

Este tipo de prática figura como importante estratégia de reprodução social dos agricultores e agricultoras e está vinculada diretamente à alimentação das famílias rurais, resultando daí o seu vínculo com a segurança alimentar e nutricional. Conforme apontam Grisa, Gazolla e Schneider (2010, p.74):

Um último princípio da segurança alimentar que é atendido pelo autoconsumo concerne à diversidade de alimentos que podem ser produzidos e consumidos nas unidades familiares [...] guarda todas as possibilidades de alimentar os membros do grupo doméstico com uma alimentação diversificada e que contenha todos os tipos de “alimentos funcionais”, contemplando os protéicos, os carboidratos, os gordurosos ou lipídicos etc. A segurança alimentar é derivada justamente desta multiplicidade de alimentos que podem ser obtidos nas unidades familiares e que é fornecida ao consumo dos seus membros de modo constante.

Esta atividade produtiva consiste no cultivo de variedades de legumes, grãos, hortaliças e frutas; na produção de carnes de suínos, bovinos e aves; e, também, na confecção de produtos alimentares processados, tais como queijos, salames, geleias e alimentos em

conserva, para consumo próprio das famílias e eventual venda de excedente.

Alguns estudiosos no tema, como Grisa (2007) destaca que, a produção para autoconsumo é de suma relevância para a manutenção e reprodução social das unidades familiares, consistindo em uma atividade corriqueira de quase todas as organizações familiares de produção, sejam elas integradas ou não ao mercado. Segundo a autora,

autores clássicos das ciências sociais, como Chayanov (1974) e Wolf (1976), já destacavam a importância desta prática na organização produtiva e econômica dos camponeses. Similarmente, alguns autores brasileiros também se dedicaram à temática, como Herédia (1979), Brandão (1981), Garcia Jr. (1983; 1989), Woortmann e Woortmann (1997) e Cândido (2001 [1964]). (GRISA, 2007, p.8).

Para os clássicos Chayanov e Eric Wolf, o autoconsumo é uma característica genuína das formas sociais familiares, pois consiste em uma dimensão constitutiva do campesinato que o define e o caracteriza em todas as sociedades. Segundo Gazolla e Schneider (2007), a contribuição de Alexander Chayanov reside no fato de ter concebido a unidade econômica camponesa como uma unidade trabalho e também de consumo familiar. O pressuposto de Chayanov é o de que o camponês executa as tarefas e trabalhos produtivos visando um equilíbrio ótimo entre consumo e trabalho da família, levando em conta, para isso, a composição e o tamanho da família e as necessidades que daí derivam.

Por sua vez a contribuição de Wolf reside no fato de que os camponeses são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante que são os que governam e que utilizam os excedentes camponeses para manterem seu nível de vida. Além dos grupos dominantes os excedentes camponeses sustentariam os demais grupos sociais que por não serem cultivadores teriam que ser alimentados pelo campesinato (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

As propostas destes autores apesar de distintas se assemelham no fato de que ambos entendem o campesinato como sendo uma unidade de consumo e também de trabalho, entretanto, Gazolla e Schneider (2007) ao fazer referências às particularidades do estudo de Wolf afirmam que,

[...] [este autor] define os camponeses como sociedades não primitivas que produzem excedentes que lhes são apropriados pelos grupos que os dominam e que fazem parte da sociedade

mais ampla em que os camponeses estão inseridos. Segundo o autor [Wolf], os camponeses não produzem visando somente o seu consumo e constituem uma forma social que possui relações com outros grupos sociais e entre si (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p.4).

A contribuição aportada por Chayanov e Wolf, discutidas posteriormente por diversos estudos, permite compreender que, além do consumo próprio dos alimentos produzidos, os camponeses também mantêm relações econômicas materializada na venda de parte dos itens cultivados em hortas, pomares e pequenas lavouras (excedente da produção), proporcionando impactos monetários positivos para os camponeses. Outro impacto monetário está relacionado à contenção de gastos daquilo que a família não tem necessidade de comprar no mercado e que faz parte do costume alimentar.

Contudo, os estudos da produção para autoconsumo, em que pese a dedicação de autores estudiosos do campesinato em compreendê-la, permaneceu durante muito tempo marginalizados. Isso se deve ao fato que esta prática era considerada, dentro da perspectiva da modernização agrícola, como sinônimo de produção atrasada, em função de seu caráter pouco expressivo do ponto de vista econômico, ou simplesmente era tida como antieconômica, uma vez que muitas vezes está voltada para suprir principalmente as necessidades de consumo familiares.

Mais recentemente vem ocorrendo uma retomada de investigações sobre o tema, Grisa (2007, p.8) afirma que estas pesquisas contemporâneas destacam “principalmente a contribuição da produção para autoconsumo na segurança alimentar, minimização da pobreza rural, interfaces com a sociabilidade e a identidade social dos agricultores. Os trabalhos de Menasche (2007), Ramos (2007), Leite (2004), Gazolla (2004) e Santos e Ferrante (2003) são alguns exemplos”.

Sendo assim, na contemporaneidade, é quase consenso que a produção para consumo próprio de alimentos marca características das formas sociais de produção camponesas e familiares: representando o suporte da alimentação das famílias, refletindo hábitos alimentares tradicionais e proporcionando uma variedade importante de cultivos relevantes para a alimentação da família.

No que se refere à temática em torno da alimentação, esta envolve diretamente a população feminina em decorrência histórica e cultural da já mencionada divisão sexual do trabalho (SILIPRANDI, 2004), que historicamente reservou a elas os cuidados circunscritos ao

âmbito privado. Em vista disso, percebe-se que a segurança alimentar das famílias rurais correlaciona-se fortemente ao trabalho feminino exercido no espaço doméstico.

Segundo Menasche, Marques e Zanetti (2008), a produção para o autoconsumo é uma atividade preponderantemente feminina, além de serem as mulheres as responsáveis pelas trocas de cultivos e alimentos com vizinhos e conhecidos, o que possibilita diversificar o cardápio da unidade familiar e atualizar os vínculos sociais. A construção dos hábitos alimentares das famílias mais que uma prática corriqueira de manutenção biológica é, para Menasche, Marques e Zanetti (2008), pensada e elaborada pelas mulheres, de forma que os alimentos que vão para a mesa ganham significados para além das suas capacidades de atender a requerimentos de natureza fisiológica⁴⁹. A produção de alimentos para autoconsumo assegura a segurança familiar das famílias, pois garantem a diversidade de alimentos, a qualidade nutricional e disponibilidade durante todo o ano.

Ademais, a produção de alimentos voltada para o consumo interno pressupõe cultivo diversificado de espécies, responsáveis pela manutenção da biodiversidade, e a produção sem a utilização de venenos e insumos de origem industrial. Isso porque, conforme afirmam Paulilo e Boni (2014) sempre foi da tradição dos camponeses praticar a policultura ou cultivar diversas variedades de uma mesma espécie para garantir a produção em situações climáticas adversas, respeitando a forma de produção ecológica.

Uma especificidade da segurança alimentar e nutricional dentro da ótica dos movimentos de mulheres, segundo Siliprandi (2011), refere-se a utilização do conceito de soberania alimentar no sentido de garantir o direito dos agricultores e das agricultoras de definir o quê e como plantar, e, especialmente, de sementes crioulas (o que inclui a luta contra os transgênicos); e de garantir a preservação dos bens ambientais e o seu livre acesso (bosques, fontes de água, energia, etc.).

Dentro desta perspectiva, os efeitos da revolução verde são os que impedem a autonomia dos agricultores e agricultoras em decidir o que plantar e que semente utilizar. Conforme menciona Shiva (2003): a revolução verde não substituiu somente as sementes nos países do

⁴⁹Menasche, Marques e Zanetti (2008, p.147) destacam que “Isso [ocorre] porque, ao mesmo tempo em que se sabe ser condição indispensável à sobrevivência dos seres humanos a satisfação de suas necessidades biológicas, entende-se que os indicadores nutricionais que a auferem são insuficientes quando se deseja apreender os significados da alimentação. Os alimentos não são apenas comidos, mas são também pensados. E, desse modo, o ato alimentar implica em valoração simbólica”.

Terceiro Mundo, mas safras inteiras, usando como justificativa que determinadas variedades, por serem inferiores, produziam muito pouco, sem levar em conta o conhecimento que as camponesas tinham delas e de seu valor nutritivo. Algumas espécies foram simplesmente extintas, dentre outros fatores, também pelo uso dos agrotóxicos.

Voltar o foco analítico para a produção para autoconsumo permite verificar a contribuição feminina para a segurança alimentar por meio da prática de cultivo de diversas variedades de legumes, hortaliças, frutas, grãos, produtos animais e seus derivados. Também é possível vincular as mulheres às práticas de preservação ambiental e de sementes crioulas e à dedicação histórica ao cuidado com alimentação de suas famílias e, em certa medida, alguns pequenos grupos da sociedade.

Passaremos, então, na seção seguinte a discutir os dados empíricos por meio das duas funções da multifuncionalidade descritas anteriormente.

3. AS MULHERES E AS MULTIPLAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA

Neste capítulo me dedico a analisar os dados e informações coletadas no campo empírico e, com isto, responder aos objetivos específicos desta dissertação, quais sejam: identificar as diversas e diferentes atividades que compõem os trabalhos produtivo, doméstico e de *care* das mulheres no campo; analisar a contribuição dessas atividades para a manutenção e reprodução social da agricultura familiar através da lente analítica da multifuncionalidade agrícola. Para isto, constituo, inicialmente, um quadro-síntese contendo as principais características das 18 agricultoras entrevistadas e, posteriormente, discorro sobre as atividades e práticas realizadas por elas em relação às funções de reprodução socioeconômica e segurança alimentar da agricultura familiar.

Conforme mencionado anteriormente, as entrevistadas são integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e residem no município de Quilombo, na região oeste do estado de Santa Catarina. A escolha das entrevistadas foi determinada de forma intencional, por uma liderança do MMC, contatada anteriormente à ida até o campo empírico.

Ao me referir ao papel desempenhado pelas mulheres na agricultura familiar, realizo, muitas vezes, comparações em relação aos papéis realizados pelos maridos dessas agricultoras. Não almejo com isto igualar o papel desempenhado por homens e mulheres no campo, mas sim estabelecer um ponto de referência para evidenciar a

desigualdade de gênero no meio rural, colocando em relevo o relativo obscurecimento do papel das agricultoras.

3.1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS MULHERES ENTREVISTADAS E DE SUAS FAMÍLIAS

Início este tópico com um quadro que ilustra as principais características das 18 entrevistadas.

Quadro 1- Perfil demográfico

Entrevistada	Estado Civil	Idade	Origem étnica	Nº de membros da família	Tempo de residência no local	Nº de pessoas que residem no estabelecimento
1	Casada	50	Italiana	5	32 anos	3
2	Casada	56	Cabocla	7	35 anos	2
3	Casada	46	Italiana	5	25 anos	5
4	Casada	77	Italiana	9	52 anos	2
5	Casada	33	Italiana	5	16 anos	5
6	Casada	54	Italiana	3	35 anos	2
7	Casada	55	Italiana	6	37 anos	3
8	Casada	54	Italiana	6	7 anos	3
9	Casada	40	Italiana	6	23 anos	4
10	Casada	59	Italiana	4	40 anos	3
11	Casada	76	Italiana	9	50 anos	3
12	Casada	61	Italiana	5	41 anos	6
13	Casada	43	Cabocla	3	2 anos	3
14	Casada	52	Italiana	5	24 anos	4
15	Viúva	67	Italiana	3	20 anos	1
16	Casada	63	Cabocla	5	38 anos	3
17	Casada	59	Alemã	9	39 anos	4
18	Casada	51	Italiana	5	29 anos	3

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados empíricos coletados.

A análise da faixa etária revela que as agricultoras têm entre 33 e 76 anos. Com exceção de uma viúva, as demais agricultoras são casadas. Com relação à origem étnica da família, a maioria se declara de origem italiana, sendo que apenas três se declaram caboclas e uma de origem alemã. Todas as entrevistadas exercem atividades agrícolas, apesar de metade delas já estarem aposentadas.

As famílias são nucleares em 100% dos casos. O número de membros consanguíneos em cada família varia de três a nove, porém a média de residentes no estabelecimento é de três pessoas, sendo o casal e geralmente mais um filho ou filha. Os demais membros das famílias das agricultoras são casados e moram na cidade ou em propriedades

próximas às da agricultora; ou, alternativamente, moram na cidade, em função de trabalho e/ou estudo.

Com exceção de duas agricultoras, todas as demais residem há bastante tempo no estabelecimento atual, ou seja, em média 30 anos. O tempo de residência na propriedade coincide com o tempo de casamento das entrevistadas, o que reforça a constatação que as mulheres ao não herdarem terras de suas famílias, se limitam a viverem com os seus maridos nas terras herdadas por eles. Em 100% dos casos a propriedade onde residem é fruto de terras herdadas pelos maridos.

No caso da entrevistada 13, que se mudou para a nova propriedade há dois anos, o fez depois da morte de seus sogros, que concederam a titularidade da terra ao marido. O estabelecimento em que viviam anteriormente também havia sido fruto de herança do marido.

A situação é distinta apenas para uma agricultora, porém os meios pelos quais ela obteve a titularidade da terra não é diferente do observado nos outros casos. Ou seja, a propriedade em que reside a entrevistada 8 pertenciam a seus dois irmãos mais velhos. Somente após a morte do primogênito e de seu outro irmão, e o desinteresse de seus filhos pela terra, a titularidade foi transferida para a agricultora. Antes de receber a herança da propriedade, ela vivia com o seu marido no Rio Grande do Sul, onde exerciam a atividade de caseiros de um sítio.

Quanto aos filhos, a maioria das entrevistadas tem filhos casados, quase todos moram na cidade, sendo que apenas três agricultoras têm filhos casados que moram próximo de suas propriedades. Dentre os filhos solteiros, todos ainda residem com os pais, porém apenas 43% destes trabalham na propriedade; nenhum filho casado trabalha ou reside na mesma propriedade que a agricultora.

Entre as principais motivações para a mudança dos filhos para a cidade foram citadas, além do casamento, o trabalho e o estudo. A maioria dos filhos que migraram para os centros urbanos o fez em função do trabalho, ou pelo fato de estarem realizando seus estudos universitários, sendo que alguns já finalizaram os seus estudos.

O nível educacional das agricultoras quase que unanimemente é baixo, pois a maioria estudou somente até a 4ª série, sendo que apenas três entrevistadas continuam estudando. A entrevistada 9 realiza uma graduação à distância em pedagogia. A entrevistada 8 faz um curso técnico (PRONATEC) em agroecologia e, a entrevistada 15 está cursando o ensino médio por meio do Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

3.2. REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA

A reprodução socioeconômica da agricultura se constitui numa função que diz respeito: às fontes geradoras de ocupação e de renda para os membros das famílias rurais, às condições de permanência no campo, às práticas de sociabilidade, às condições de instalações dos jovens, e às questões relativas à sucessão da propriedade. Em uma perspectiva de gênero, esta função engloba também a análise dos trabalhos doméstico e de *care*.

3.2.1. Fontes geradoras de renda

Neste tópico me dedico a analisar as principais fontes de renda das agricultoras e de suas famílias. Discrimino as principais atividades realizadas no estabelecimento familiar, ressaltando os responsáveis por estas atividades, e menciono, também, como se dá o processo de decisão e comercialização da produção agrícola. Inicio desta forma com o quadro-síntese a seguir, que caracteriza a principal fonte de renda das famílias entrevistadas.

Quadro 2 – Fontes de Renda

Entrevistada	Fonte de renda
1	Grãos (soja e milho)
2	Aposentadoria
3	Trabalho remunerado do marido na cooperativa/Grãos (milho)
4	Aposentadoria
5	Leite
6	Leite
7	Aposentadoria
8	Trabalho remunerado do marido na cooperativa
9	Leite
10	Aposentadoria
11	Aposentadoria
12	Aposentadoria
13	Gado de corte
14	Grãos (soja e milho)
15	Aposentadoria
16	Aposentadoria
17	Aposentadoria
18	Grãos (soja, feijão e milho)

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados empíricos coletados.

A principal fonte de renda declarada das famílias é a aposentadoria, que está presente entre a metade das famílias entrevistadas. A segunda fonte de renda mais frequente entre as famílias refere-se à produção de grãos, retratado nas atividades de 22%; seguida

pela produção de leite, 17%; e pelo trabalho remunerado realizado pelo marido em uma cooperativa, 11%.

Contudo, mesmo quando a fonte de renda principal é a aposentadoria, alguma atividade agropecuária está presente como fonte secundária (realizada por 14 das 18 famílias entrevistadas). Nestes casos, a produção leiteira é a principal delas, praticada por 13 famílias⁵⁰. Isto indica que, ao contrário das conclusões do trabalho de pesquisa organizado por Carneiro e Maluf (2003) em diferentes regiões brasileiras e em algumas regiões francesas, a maioria das famílias por mim pesquisadas tem como ocupação central a atividade agropecuária, ao invés de depender predominantemente de fontes de renda oriundas de trabalhos ou empregos não-agrícolas. Isso não ocorre apenas no caso de quatro entrevistadas que, por serem idosas, arrendam as terras antes utilizadas para a lavoura ou para o pasto para vizinhos ou parentes, e mantêm como prática apenas o cultivo de alimentos e a criação de animais para o autoconsumo.

Foi relatado pelas entrevistadas que a decisão pelo plantio de soja e milho foi tomada pelos seus maridos recentemente, a partir do ano de 2012, aproximadamente, dado a alta elevação dos preços destes produtos no mercado. Algumas entrevistadas relataram que seus maridos têm interesse em plantar grãos (entrevistadas 5 e 16), mas não o fazem pois a área do estabelecimento não comporta estes cultivos e o investimento inicial para a produção é bastante alto.

A venda de bovinos vivos também é praticada por algumas famílias, tendo sido citadas como práticas esporádicas pelas agricultoras. Geralmente são realizadas pelos homens, com o objetivo de “fazer um dinheirinho extra”. No caso de uma das famílias, a principal fonte de renda é a criação de gado para o corte. Segundo a entrevistada 13, o marido alterou recentemente o foco produtivo do estabelecimento. Antes, eles “viviam do leite”, mas o marido entende que o gado de corte representa uma oportunidade mais vantajosa, já que poucos estabelecimentos da região realizam esta atividade produtiva. Segundo a entrevistada, quando questionada sobre a principal fonte de renda da família:

P: Hoje em dia qual é a sua principal fonte de renda? É o leite?

E: É o gado, o que dá mais é o gado, o gado de

⁵⁰Mesmo onde a renda principal é a aposentadoria, as famílias se dedicam a trabalhar a terra. Nestas situações, conforme apontam Delgado e Cardoso Júnior (2000, apud Wanderley, 2011), o recurso previdenciário acaba servindo para o investimento na agricultura, provendo um impacto sobre a atividade agrícola.

corde.

P: E o leite? Vocês chegam a vender?

E: A gente vende pra sustentar a casa, a luz, a água, tudo... (Entrevistada 13)⁵¹

O relato anterior também revela que muitas famílias, apesar de haverem alterado suas atividades produtivas principais, continuam mantendo o leite como fonte de renda complementar. Como na maioria dos casos a produção leiteira está vinculada a contratos de integração mantidos com as agroindústrias, proporcionando uma renda mensal regular, essencial para que as famílias possam assegurar o pagamento de suas despesas mensais. A pesquisa realizada por Paulilo, De Grandi e Silva (2003) corrobora a constatação de que a venda da produção de leite é essencial para assegurar uma renda mensal para suprimento das despesas fixas das famílias.

Duas das famílias entrevistadas orientam suas produções para a agroecologia⁵². Essas agricultoras produzem junto com os seus maridos uma variedade de verduras, legumes e frutas para a comercialização. Uma delas, a entrevistada 17, também produz salames e queijos para a venda.

Nenhuma das famílias das entrevistadas cria suínos e aves para venda para as agroindústrias, ou seja, nenhuma delas mantém contratos com agroindústrias de processamento de carnes, que marcam forte presença na região. Isto não é um fato comum no município estudado. Conforme pudemos observar, muitos estabelecimentos da localidade possuem aviários destinados para a venda de frango para a Aurora Alimentos, agroindústria de grande porte com filial em Quilombo, além de criarem aves e suínos para outras agroindústrias da região.

Quanto à comercialização dos produtos, com exceção da entrevistada 18, os demais produtores de leite mantêm contrato com agroindústrias que se responsabilizam pela coleta do produto na própria localidade, tais como a Tirol e a Piracanjuba. A entrevistada 18 vende o leite para uma pequena agroindústria localizada próxima a seu estabelecimento. Os grãos, por sua vez, são vendidos para a cooperativa CooperAlfa.

⁵¹Serão utilizadas as abreviações “P”, para pesquisadora e “E”, para entrevistada.

⁵² Segundo Altieri (2004, p. 204), a agroecologia “trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo [...] O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismo entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas”.

As produtoras agroecológicas entrevistadas comercializam informalmente os seus produtos, por meio de uma prática caracterizada pela expressão “de porta em porta”. Os compradores, geralmente, são os vizinhos ou pertencem à própria comunidade.

Apenas uma entrevistada se dedica ao artesanato, porém não comercializa os seus produtos de forma regular, restringindo-se apenas aos eventos do MMC ou a alguma feira comemorativa realizada no município.

Nenhuma das entrevistadas afirma realizar atividades que as caracterizam como pluriativas. Contudo, com exceção de duas famílias, com filhas menores de 18 anos, as demais (7 entre 18 famílias), exercem atividades pluriativas. Nestes casos, ao menos um filho reside na propriedade com os pais. A maioria demonstra-se satisfeita com o fato dos membros familiares que trabalham fora da propriedade ter a sua própria renda e não dependerem do resultado do trabalho desempenhado pela família na unidade agrícola.

Das entrevistadas que trabalham com o leite (13 de 18 agricultoras), todas se dedicam ativamente ao conjunto de atividades necessárias para a produção leiteira em seu cotidiano (ordenha, pasto, limpeza, etc.). Contudo, nas famílias em que o leite é a atividade principal (9 entre 13), os homens também participam dessas atividades.

Nesses casos, apesar de haver um aparente equilíbrio na divisão de tarefas realizadas, pôde-se observar, no entanto, que o homem, apesar de participar dessas tarefas cotidianas, não têm participação proporcional. As diferenças principais são evidenciadas pelo desequilíbrio entre as horas dedicadas a essas atividades, assim como pela importância relativa atribuída a essas tarefas. Geralmente, cabe às mulheres o trabalho cotidiano voltado às atividades internas à propriedade, tais como: ordenhar as vacas, limpar a estrebaria, preparar a silagem, alimentar as vacas, etc.; e aos homens recaem as atividades externas à propriedade, tais como: negociar a venda da produção, comprar insumos, contatar técnicos, participar em reuniões e cursos, dentre outros. Quando participam das atividades internas, auxiliam as mulheres com o manejo das vacas, verificam os insumos utilizados, consertam cercas e analisam a qualidade do leite.

Este achado de pesquisa está em linha com outros estudos, como os de Magalhães (2009), Paulilo, De Grandi e Silva (2003) e De Grandi (1999), conforme salienta Magalhães (2009, p.284),

A produção de leite é tradicionalmente uma atividade realizada pelas mulheres e o aprendizado das técnicas de produção são

passadas das mães para as filhas. Porém, a passagem da produção de leite de uma atividade voltada à reprodução familiar para uma atividade destinada ao mercado pode provocar profundas mudanças na divisão sexual do trabalho. A divisão de funções entre os membros das famílias depende do grau de inserção da produção no mercado. Atividades produtivas mais destinadas ao consumo familiar são normalmente desempenhadas por mulheres, enquanto atividades de caráter comercial são normalmente desempenhadas por homens.

Nas lavouras para a produção de grãos as mulheres quase não participam. Segundo os relatos, essas atividades são de responsabilidade dos maridos e filhos que trabalham nas propriedades. As agricultoras afirmam participar esporadicamente do trabalho da lavoura quando são solicitadas. Em geral, esta participação, quando ocorre, é realizada no período de safra. No entanto, elas alegam realizarem “trabalhos menores”, que não estão relacionados com o manejo do maquinário, aplicação de agrotóxicos e com a condução de tratores.

Quando indagada sobre as tarefas na produção de leite, uma entrevistada comenta,

É tudo junto. Mas, quando é tempo de roça, assim, mais sou eu, porque daí eles vão pra roça. Pra dizer a verdade, se precisa ajudar na roça eu ajudo também, mas com máquinas eu não gosto de ajudar. (Entrevistada 1)

No caso da família que trabalha com gado de corte, todo o processo é coordenado pelo marido. À mulher cabe dedicar-se à produção leiteira, que tem importância secundária em relação ao montante total da renda da família.

Com relação às produtoras agroecológicas, uma delas, entrevistada 8, é protagonista de todo o processo produtivo, inclusive da comercialização. O marido a auxilia quando está de folga de seu trabalho realizado numa cooperativa. A outra produtora agroecológica relata que as tarefas diárias são divididas igualmente entre ela e o marido, porém as decisões de comercialização e a própria negociação das vendas é realizada pelo marido.

Assim, o que pude observar foi que as mulheres participam ativamente nas atividades produtivas da agricultura, em maior ou menor escala, como são os casos da produção leiteira e do trabalho na lavoura. Isto ocorre mesmo quando o marido decide mudar o foco produtivo do

estabelecimento, independentemente das escolhas ou preferências de sua esposa. Nestes casos, algumas agricultoras mencionaram não estarem satisfeitas com a decisão de cultivo de grãos, em função do elevado custo dos equipamentos e insumos, e a utilização de adubos químicos e agrotóxicos. Porém, segundo elas, como os homens haviam decidido que aquele cultivo era o de maior rentabilidade, elas acabaram por aceitar a decisão pelo fato de acreditarem que isto poderia resultar em benefícios para a sua família. Apesar de elas nem sempre concordarem com este tipo de decisão, procuram trabalhar nessas atividades sempre que solicitadas.

Em todos os casos, os maridos foram apontados como sendo os responsáveis pelas decisões da atividade produtiva, pelas negociações e comercialização. Algumas agricultoras afirmam serem consultadas quanto às decisões, mas a maioria afirma que o marido decide sem a sua participação direta, embora todas contribuam como força de trabalho nas lavouras e pastagens.

A renda proveniente do trabalho produtivo em todos os casos estudados é destinada à manutenção da família. Em nenhum caso a renda obtida beneficia exclusivamente um dos membros da família. Todas utilizaram da expressão “tudo junto”, quando indagadas sobre a administração financeira do estabelecimento.

É, aqui em casa é assim, eu digo, se tem dinheiro pra um, tem os três. Se não tem pra um, não tem pra ninguém. Porque muitos dizem, “ah, o leite é da mulher, a roça é do homem”. Aqui em casa não existe isso aí. Nós sempre fomos esse sistema, não tem dois montinho de dinheiro. Tem pra todos ou não tem pra ninguém. (Entrevistada 1)

Com exceção de duas agricultoras, as demais mulheres afirmaram possuírem conta-corrente conjunta com os seus maridos e algumas delas, com os seus filhos. Isto ocorre, inclusive, com as mulheres que recebem a aposentadoria, ou seja, com metade das entrevistadas. No entanto, apesar de terem uma conta-corrente em seu nome para receber o benefício, as entrevistadas comentaram que transferem o recurso para uma conta conjunta com os seus maridos ou filhos. Apenas duas agricultoras idosas não tem esse comportamento. Uma delas administra a conta-corrente do casal, pois o marido está doente; e a outra, que por ser viúva, administra além de sua própria aposentadoria, a pensão que recebe de seu falecido marido.

Estes dados evidenciam que, apesar do dinheiro da família ser “tudo junto”, a mulher enfrenta a difícil condição de não decidir sobre

os recursos de sua própria renda. Quando perguntadas se tinham algum recurso que elas podiam usar “sem dar muita explicação”, apenas uma entrevistada afirmou que possuía autonomia com o dinheiro do artesanato, mas explicou que esse “dinheirinho” era usado para comprar o material necessário para a confecção do próprio artesanato.

O que pude verificar ao analisar o espaço produtivo é que este só é compartilhado entre homens e mulheres, ainda que de forma desigual, quando se trata de atividades em torno do trabalho. Quando o assunto recai sobre fatores relacionados à decisão, tais como a escolha da atividade produtiva principal do estabelecimento, das estratégias de comercialização ou, ainda, sobre as decisões de investimentos, o espaço compartilhado com a família torna-se um lugar de ação exclusivamente masculino.

Essa assimetria também está refletida na participação de mulheres em programas de governo que visam o incentivo à agricultura. Onze famílias entrevistadas recebem recursos de crédito originados do PRONAF, destinados a ações de custeio e investimento na agricultura. Em todos estes casos, o contrato de crédito, que é formalizado pela DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), está no nome do marido. Em alguns casos, também é realizado um contrato adicional em nome dos filhos. Nenhum caso foi relatado de participação no PRONAF-Mulher. Apenas uma entrevistada, a entrevistada 8, participa da política pública do governo federal destinada à aquisição de alimentos, o PAA. Neste caso, a agricultora realiza a venda de alimentos agroecológicos para escolas e hospitais. O contrato está em seu próprio nome.

Se o espaço de produção é eminentemente masculino, com a participação feminina, isto já não ocorre quando voltamos o nosso olhar para o espaço privado, onde são realizados os trabalhos doméstico e de *care*. Nesses espaços a mulher é protagonista e os homens têm participação quase inexpressiva.

Na seção seguinte me dedicarei a analisar o papel da mulher no espaço privado, tendo como foco a contribuição das agricultoras a partir dessas atividades para a manutenção e reprodução social da agricultura familiar.

3.2.2. Trabalhos doméstico e de *care*

Para iniciar esta discussão apresento um quadro com um resumo das principais atividades realizadas pelas 18 agricultoras entrevistadas nos períodos da manhã, tarde e noite do dia anterior ao da entrevista. Também apresento quem foi o responsável pela condução da atividade, com o intuito de verificar se suas atribuições eram compartilhadas com outros membros da família.

Quadro 3- Principais atividades realizadas, subdivididas por período e pelo principal responsável por sua execução

Período da Manhã	
Atividade principal	Com quem?
Cuidado pessoal	Sozinha
Preparar o café/chimarrão	Sozinha
Cuidar dos animais (ovelhas, peixes, galinhas, vacas, etc.)	Sozinha
Preparar o queijo, o pão ou a massa	Sozinha
Ordenha das vacas	Marido/Filhos
Limpar a estrebaria	Sozinha
Realizar os preparativos para o almoço	Sozinha
Cuidar da horta	Sozinha
Buscar as saladas e as verduras na horta	Sozinha
Preparar almoço	Sozinha
Almoçar	Marido/Filhos
Limpar a cozinha e cuidar da casa	Sozinha/Filhas
Período da Tarde	
Atividade principal	Com quem?
Descansar (dormir cerca de uma hora)	Marido
Trabalhar na horta	Sozinha
Cuidar do jardim	Sozinha
Cuidar das vacas (alimentação, limpeza, etc.)	Sozinha
Limpar a estrebaria	Sozinha
Cortar a lenha	Sozinha
Recolher os ovos	Sozinha
Cuidar da casa (geralmente cuidar da roupa)	Sozinha
Receber amigos / visitar vizinhos ou parentes	Marido/Filhos
Período da Noite	
Atividade principal	Com quem?
Tomar chimarrão	Marido
Preparar o jantar	Sozinha
Jantar	Marido/Filhos
Assistir televisão	Marido/Filhos
Lavar a louça	Sozinha/Filhas
Preparar a comida para o dia seguinte (escolher o feijão, descongelar a carne, etc.)	Sozinha
Cuidado pessoal	Sozinha
Dormir	Marido

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados empíricos coletados.

O período da manhã se inicia entre 06:00 e 07:00 horas. O horário de levantar é quase sempre o mesmo, podendo variar no fim de semana, período em que a agricultora normalmente “descansa mais uma

horinha”. Em todos os casos analisados, as mulheres levantam antes dos homens, geralmente uma hora antes, para irem “adiantando as coisas”.

É no período da manhã que as mulheres mais trabalham. As entrevistadas mencionaram que aproveitam melhor este horário, pois o sol está mais fraco e não fica tão penoso lidar com a roça. No entanto, a maioria das atividades matutinas estão circunscritas ao cuidado com a casa, com a estrebaria e com o seu entorno. Apenas as produtoras agroecológicas relataram ir à roça no período da manhã.

Ainda segundo os relatos, ao despertar elas se dedicam brevemente ao cuidado pessoal e logo a seguir começam a preparar o café da manhã: acendem o fogo no fogão a lenha, preparam o chimarrão, fazem café e colocam a mesa esperando que o marido e os filhos se levantem. Enquanto estão preparando o café, elas, geralmente, aproveitam para ouvir as notícias no rádio e planejam o que irão preparar para o almoço. Se necessário, já iniciam o preparo do almoço, concentrando-se em algumas atividades, tais como: retirar a carne do congelador, lavar o arroz, colocar o feijão para cozinhar, etc.

Após o café da manhã, elas costumam cuidar dos animais menores que, geralmente, estão próximos da casa: galinhas, animais de estimação, peixes do açude, ovelhas, porcos, dentre outros. É nesse período, também, que elas aproveitam para iniciar o preparo do queijo, do pão, das massas ou dos biscoitos. Estas tarefas não foram mencionadas como sendo rotineiras. A maioria das entrevistadas afirmou realizar o preparo do queijo, do pão e das massas, no máximo, duas vezes por semana, porém cotidianamente elas preparam, pelo menos, um desses alimentos.

Após o cuidado com os animais, as mulheres vão para estrebaria “cuidar do leite”. Algumas entrevistadas, principalmente as que têm no leite a sua principal atividade produtiva, ordenham as vacas logo após o despertar, antecedido pelo chimarrão. Em seguida voltam para casa para preparar e tomar o café e retornam à estrebaria logo após o café. No início da manhã, geralmente, a lida com as vacas se resume às atividades de ordenha e alimentação. O final da manhã e a tarde são destinados para a realização das demais atividades leiteiras. Quase todas as mulheres comentaram receber o auxílio dos maridos no trabalho com o leite.

Além da ordenha, outro serviço realizado no período da manhã é a limpeza da estrebaria. Neste caso, se na ordenha, alimentação e no manejo das vacas elas relataram receber a contribuição do marido, a limpeza da estrebaria é realizada somente por elas. Após a lida com as vacas, iniciam-se os preparativos para o almoço, a limpeza da casa e o

cuidado com a horta. Quando os homens voltam da roça, o almoço é servido. O cuidado com a horta e com os pomares ocorre em meio a outras tarefas: na ida ou na volta da estrebaria, enquanto o almoço é preparado ou a casa é limpa.

Os relatos a seguir exemplificam a rotina matinal das agricultoras:

É, daí ele [marido] tinha dado silagem, eu fui lá, amarrei as vaca na silagem, daí voltei. Daí comecei a organizar as minhas coisa. Lavar roupa, passar sabão, limpar a casa, arrumar a cama, varrer... Daí depois fui largar as vaca no potreiro... daí comecei a organizar o almoço. (Entrevistada 6)

[...] não, o banho é depois do leite (risos). Depois, daí eu ponhei o leite esquentar, que daí eu faço o queijo tudo os dia. Daí fui pra fora, tratei minhas galinha. Que daí as galinha também é separada, eu tenho duas turma e a filha o resto. (risos) (Entrevistada 3)

Eu tirei leite, depois... espera que eu vou pensá no que eu fiz ontem. Eu molhei as verdura... eu preparei um cantero pra plantá tomate, adubei o pedacinho né..depois eu limpei aqui [a casa], limpei a área aqui. Lá com o leite era 8:00, 8:30, daí entrei, daí fui levá as vaca também, levá as vaca no pasto...daí na hora que molho as flor, as verdura era 9:30 mais ou menos, é a rotina do dia. (Entrevistada 14)

As agricultoras aposentadas que não se ocupam com a lida do leite, se dedicam ao cuidado com a casa, com as atividades da horta e dos pomares, conforme expressa a fala de uma das entrevistadas:

O primeiro serviço que eu faço, vou me lavar, depois eu acendo o fogo, que eu tenho fogo a lenha, põe a água [para] esquentar, faço o chimarrão. Daí o marido levanta, toma o chimarrão, daí faço o café. [Ele] toma os remédio. Depois eu vou arrumar as cama, a cozinha, limpo a casa, tudo. Ajunto a roupa, coloco na máquina. Daí vai batendo a roupa e eu vou passando um pano no chão. Mas de rodo, porque eu não posso mais me ajoelhar. Daí eu fui fazer umas cova pra

plantar pepino, plantar... de manhã. E fiz o almoço. (Entrevistada 4)

As agricultoras agroecológicas também ordenham as vacas pelas manhãs, porém com menos frequência, pois não mantêm muitas vacas de leite. Neste caso, o leite é destinado para o autoconsumo e para o queijo. A rotina de cuidado doméstico destas entrevistadas se assemelha a das demais agricultoras, assim como os cultivos com a horta, com a lavoura e os pomares.

No caso das agricultoras que têm filhas residindo na propriedade, entrevistadas 3, 5, 11, 13 e 17, as filhas auxiliam no trabalho doméstico. Contudo, a prioridade das filhas sempre está voltada para as atividades escolares⁵³. Elas contribuem com o cuidado e limpeza da casa, quando não estão na escola ou quando já finalizaram as tarefas escolares. Em nenhum caso as filhas auxiliam as mães com as atividades do leite ou agrícolas.

O período da manhã se encerra em torno das 12:30hs, logo após o almoço; e o período da tarde se inicia entre 13:00hs e 13:30hs, após o descanso. A rotina da tarde se assemelha à da manhã, com exceção das lidas com a casa, que raramente ocorre, pois as mulheres costumam deixar tudo preparado já no início da manhã. À tarde, quando ocorre alguma atividade doméstica, ela, em geral, está relacionada com o cuidado com as roupas.

No período da tarde, elas retornam à estrebria para ordenhar as vacas, limpar o local, levar e buscar as vacas no pasto, dentre outros serviços relacionados. Também voltam a trabalhar na horta, cuidar dos arredores da casa, dos pomares, dos jardins e alguma pequena plantação na lavoura. As mulheres também aproveitam para realizar alguma atividade que não conseguiram finalizar na manhã, tal como recolher ovos, tratar os animais, recolher a lenha, finalizar o queijo ou pão. Neste período, as tarefas são, majoritariamente, externas à casa. Os trechos das entrevistas a seguir ilustram a rotina deste período do dia:

É, isso. Daí voltei de fazer o piquete pras vaca, fui semear cenoura na horta. Que nós temo o jornal [com as explicações do que plantar]. Daí ontem era dia de semear a raiz, fui me plantar a cenoura. Daí depois quando eu plantei a cenoura, subi lá na roça. Daí a máquina ia limpar o pedaço lá aonde que tinha as batata e as mandioca. Daí arranquei as batata, arranquei as mandioca. E daí, depois

⁵³A maioria das filhas está em idade escolar, com exceção da filha da entrevistada 17 que é professora de ensino fundamental da Escola Municipal de Quilombo.

quando acabei de arrancar as batata e as mandioca, vim de volta. Daí comecei, tirei leite de novo, tratei os bicho. (Entrevistada 6)

Depois que ela foi embora [filha saiu para escola] daí eu saí fora.. deixa eu pensá o quê que eu fiz por primeiro... Aí fui plantá uma flor que eu tinha pegado lá da mulher, uma azaléia branca. Aí eu tratei as galinha, depois fui pra estrebaria. Daí eu molhei as verdura de tarde, né? Que tem vez de manhã eu não molho, eu molho só de tarde. E aí, ontem, eu molhei as verdura, tirei as couve flor, tirei os brócolis, tirei umas ervilha... (Entrevistada 5)

As agricultoras agroecológicas costumam colher verduras e legumes assim como se dedicam a carpir o mato. No período da tarde a atividade relacionada à roça não é muito intensa, devido ao sol forte. Uma delas aproveita a tarde para ir vender os seus produtos na cidade, assim como, também, para resolver questões relacionadas ao curso que realiza pelo PRONATEC.

Foram diversos os relatos de visitas no final da tarde (tanto receber visitas quanto ir à casa de conhecidos). Pelos comentários das agricultoras, as visitas não são cotidianas, mas são bastante frequentes, pois existe um laço de sociabilidade estreito nas comunidades em que visitei.

O período da noite se inicia próximo das 18:30hs no inverno, ocasião em que realizei a pesquisa de campo. Este é um período do dia menos intenso em relação ao trabalho produtivo e está voltado às tarefas internas da casa. “Logo após vir pra dentro” elas costumam tomar chimarrão com o companheiro e filhos, ocasião que funciona também como “momento de prosa”, para falar sobre o dia, contar como estão os animais, as plantações, os vizinhos, etc.

Após o chimarrão, elas já começam a realizar os preparativos para o jantar. Todas comentaram preparar algo rápido à noite. Em geral, esquentam a comida do almoço ou comem polenta e pão com café e leite.

Após o jantar, as mulheres limpam a cozinha, realizando ainda algumas atividades adicionais relacionadas ao almoço do dia seguinte: escolhem o feijão, separam a carne ou fazem a polenta. Concomitante a estas tarefas, elas costumam assistir televisão com o marido e os filhos. Eles sentados no sofá e elas trabalhando. Quando todas as atividades da casa foram enfim finalizadas, as agricultoras se dedicam ao cuidado pessoal, indo dormir entre 22:30hs e 23:00hs.

Nos relatos das atividades cotidianas, percebi pouca menção às tarefas dos maridos na lavoura, provavelmente porque no período em que estive em campo, durante o mês de agosto, era o momento de plantio de soja e milho e, nesta época, o trabalho na lavoura é reduzido. As tarefas do marido relatadas estavam mais voltadas ao cuidado com o leite, as visitas à cidade para resolver assuntos relacionados à produção, e com as rotinas agrícolas para a próxima colheita.

Como sugere a descrição das atividades das agricultoras, todas elas se dedicam integralmente aos serviços do estabelecimento, tanto àqueles relacionados às atividades produtivas, quanto às atividades domésticas e de *care*, o que corrobora a tese da dupla jornada de trabalho feminina⁵⁴. Contudo, o trabalho doméstico é o que mais ocupa o tempo das mulheres. Nota-se, nas suas falas, que, principalmente no período da manhã e da noite, elas ficam mais envolvidas com as tarefas da casa. Assim, podemos sugerir que, o que sobrecarrega a mulher, não são as tarefas produtivas ou domésticas e de *care* separadamente, mas sim as tarefas simultâneas (PAULILO, 2003).

Se as mulheres participam de todas as atividades as quais são demandadas, o mesmo não acontece com os homens. Os meus achados de pesquisa indicam que, assim como ocorre na maioria das casas, tanto no meio rural quando no meio urbano, a divisão de tarefas domésticas e de *care* é quase inexistente.

Em alguns casos, as mulheres tendiam a demonstrar em suas falas que o marido era participativo, mencionando que eles só não dedicavam mais tempo às atividades domésticas e de *care*, pois também estavam sobrecarregados com as tarefas deles. Porém, é conhecido, através de dados estatísticos, que os afazeres domésticos ocupam 88% das mulheres de 16 anos ou mais que trabalham. Já o percentual de homens nessas mesmas condições é bem menor, representando 46% do total. A jornada média, entre tarefas da casa e relacionadas ao emprego, é de 56,4 horas por semana entre as mulheres, representando cinco horas a mais em relação aos homens que se ocupam dos dois compromissos⁵⁵.

Esses dados evidenciam a afirmação de Faria (2009), ao considerar as agricultoras como um “recurso inesgotável”, responsável

⁵⁴Segundo Boris (2014), “uma extensa literatura nas ciências sociais mostra que [...] as mulheres alocam muito mais horas do que os homens nas atividades de cuidados pessoais e de reprodução social, de modo que, [...], elas trabalham tanto quanto se tivessem um outro emprego, em tempo parcial”

⁵⁵Síntese de indicadores sociais do IBGE de 2014. Disponível em http://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

pelo cuidado com a casa, com os membros da família, com a produção para autoconsumo, com o trabalho produtivo e com as demais atividades que envolvam o estabelecimento agrícola e suas famílias. Os homens se mostraram mais participativos apenas quando as suas esposas estão fora do estabelecimento. Todavia, a participação deles nas tarefas domésticas está mais voltada para a sua própria manutenção biológica, como no caso do preparo dos alimentos. Em nenhum caso foi observado ou mencionado que os maridos se encarregavam de cuidar da casa, dos quintais, das hortas e dos pomares na ausência eventual das mulheres.

Quando indagadas sobre o responsável pelas atividades domésticas quando elas estavam fora de casa - situação que raramente acontecia - elas mencionaram que os companheiros “sabiam se virar”, ou que as filhas e a sogra os auxiliavam. Porém, em todos os casos estudados, as mulheres já deixavam “tudo encaminhado” quando precisavam se ausentar do lar. Os homens, nesses casos excepcionais, tinham que somente esquentar a comida ou preparar alguma coisa rápida para comer. Quanto à limpeza da casa, esta raramente era necessária, pois elas já deixavam tudo preparado, não requerendo nenhum cuidado adicional até seus retornos.

Uma das entrevistadas, inclusive, não autorizava o marido a usar a cozinha da casa quando ela estava ausente. Neste caso, era utilizada apenas a cozinha de uma edícula. Segundo ela, o marido sabe preparar a própria comida sem a ajuda dela, mas ela não tem coragem de deixar que ele utilize a cozinha da casa, que só ela sabe cuidar. Nestas situações observamos uma clara divisão sexual do trabalho, mas também a valorização de um espaço que é só feminino.

Os trechos das entrevistas a seguir são representativos desta situação:

Eu tive um caso de dois ano atrás, que o meu pai adoeceu, quase morreu. E daí eu saí no sábado e voltei na quinta de manhã. E a filha tinha destroncado o braço, ela caiu e destroncô. Meu Deus, eu tava em desespero pra volta pra casa. Porque a gente brinca, né? que o marido vai na horta ajuda e tal, né? Eles fazem as coisinhas, só que não. É a gente, né?, E daí eu já não gosto.. e as menina ajudam também, só que daquela vez daí a filha tinha quebrado o braço e daí... só que eu tinha a sogra que morava perto, daí ela fazia comida e lavava a roupa. Só que daí é complicado, né?... (Entrevistada 5)

E: Eu deixo tudo organizado, nem sempre, porque eles conseguem se virar já. Eu só digo: “ó, aqui tem bife, aqui tem.. vocês sabem onde é que são as coisas” Aí eles ordenham e tiram o leite, fazem tudo direitinho. Eu saio sem preocupação. P: E a horta?, Eles cuidam também? E: Não. (risos) (Entrevistada 13)

E: Ah, né? Naquele dia daí, os homens se viram pra fazer comida, aí eu deixo alguma coisa organizada, e o marido daí, faz mais o almoço, daí o café. E a janta eu tô em casa.

P: Mas ele cuida da horta?

E: Aí não, aí quando eu volto eu faço. Os dois [filhos] lavam a louça, limpam a pia, isso aí sim... mas, mais, se for lavar a roupa, se for limpar aqui [a casa], eles não limpam.

P: Mas a senhora chegou a ficar alguns dias fora?

E: Fiquei. Uma vez que a mãe se machucou, aí ela caiu na escada e ela ficou... ela ficou até na UTI no final. Passou uma semana quase, internada. Não tinha nem certeza se ela ia voltar ou não... Daí eu fiquei né? Aquelas duas semanas eu fiquei... Um dia eu fui na terça e voltei no domingo. Outra vez eu fui na quarta e voltei na segunda.

P: E aí como ficou aqui a casa?

E: Ah, má daí, quando eu não tô, é mais o marido, os filhos um pouco menos. Eles já são mais de roça, de... mas, se precisa ir tirar leite eles vão. E aqui dentro também. Se aqui eu não faço, eles vão e cuidam. Não fazem como eu faço, mas eles dão um jeito. (Entrevistada 14)

Interessante observar que, com raras exceções, quando as mulheres se ausentam de casa também é em função do *care* para com familiares, geralmente para cuidar de familiares doentes.

Em algumas situações, não muito frequentes, foi possível verificar o “modelo de delegação”, expressão cunhada por Hirata e Kergoat (2007) para se referir à situação na qual uma mulher atribui à outra a realização do trabalho doméstico, por meio da ajuda de filhas, sogras e vizinhas. Contudo, nenhuma das agricultoras contava com empregada doméstica remunerada, ou seja, elas não recorriam ao “modelo de delegação” por meio de pagamento.

Em todas as atividades cotidianas o *care* está presente uma vez que os trabalhos doméstico e de *care* geralmente se sobrepõem, pois o *care* é considerado como um componente do trabalho reprodutivo, que não equivale ao trabalho doméstico, mas é, geralmente, executado junto com as atividades domésticas.

O trabalho cotidiano das agricultoras está voltado, quase sempre, para o cuidado de outrem em prol da reprodução biológica e social, manutenção e bem-estar das famílias. Ademais, além das próprias atividades cotidianas, algumas entrevistadas se encarregavam de realizar cuidados com membros doentes e idosos da família.

Dentre as minhas entrevistadas, sete convivem com um parente enfermo e, nessas situações, cabe a elas o cuidado de “existência pessoal”⁵⁶ desses indivíduos. Ou seja, a dedicação a essas pessoas, além dos cuidados de manutenção com a casa, envolve, também, dar banho, alimentar, acompanhar, transportar, dar atenção e afeto⁵⁷.

Entre os enfermos, duas são filhas com problemas mentais; um cunhado com problema mental; um marido acamado em função de um derrame cerebral; um marido surdo com idade avançada; uma sogra com diabetes e surdez; e um pai com problemas de pressão e depressão. Com esta breve descrição das enfermidades que incidem sobre os membros familiares pretendo destacar que, não importa a relação consanguínea do doente com a agricultora, e nem mesmo a sua faixa etária, pois, ao final, todos, indistintamente, estão sob os cuidados das mulheres.

Contudo, para elas, mais difícil que lidar com os maridos ou filhos doentes é ser responsável pelos cuidados com os parentes do marido, principalmente, sogros e sogras. Os relatos a seguir expressam essa dificuldade:

A sogra é bem querida, mas sabe como é que é morá com sogra, né? Nunca é que nem a gente fazê o que a gente quer, e coisa e tal. (Entrevistada 9)

Ele [o sogro] era bastante racista e... Ele achava que eu não trabalhava⁵⁸. Se eu saía, né? Que eu não ganhava o pão de cada dia. É uma história bem longa e triste. (Entrevistada 13)

⁵⁶Citado por Boris (2014).

⁵⁷Tronto (2007, p.291) chama este tipo de trabalho de “cuidado necessário”.

⁵⁸Segundo Renk (1995), os caboclos e indígenas da região do oeste catarinense são estigmatizados pelos descendentes de italianos e alemães como menos afeitos ao trabalho.

Além dessas situações, outras entrevistadas relataram haver cuidado de parentes doentes, que faleceram recentemente. Foram descritos três casos, sendo o primeiro, um sogro adoentado durante mais de cinco anos e, em outros dois casos, os maridos. As duas entrevistadas relataram haver sofrido violências morais e repressões por parte de seus maridos ao longo da vida, porém quando eles adoeceram, elas se encarregaram dos cuidados, com dedicação e afeto.

[Meu marido] não gostava tanto [que eu sáísse], ele não era tanto de [sair]... Ele gostava mais em casa, que eu ficasse do lado dele. Trabalhá na roça, queria que eu ficasse sempre do lado dele também, né? Mas, pra saí [de casa] ele nunca... Depois que ele morreu comecei a viver. (Entrevistada 15)

Eu assim... eu sofri muito com meu marido. Mas meu Deus do céu. Ele era uma pessoa fechada, ele não aceita as coisa, não é coisa de vê, não é de vê ele assim, eu acho que é tudo fruto da criação. Ele perdeu a mãe com sete ano, só o pai criô, tinha bastante filho. E são daquele ditador, né? E, assim, foi levando. E eu sofri com ele. Pessoa fechada, que não falava. (Entrevistada 10)

Com relação aos filhos, as entrevistadas não têm filhos pequenos, a filha mais nova tem 10 anos. Por este motivo, além do *care*, presente nas atividades cotidianas, elas não necessitam dedicar tempo extra aos “cuidados necessários” dos filhos. Todavia, o *care* sempre está presente quando se trata do relacionamento com os filhos, mesmo que estes já não convivam diariamente com as agricultoras. Nestes casos, sempre existe uma responsabilidade moral de *care* (conforme a expressão usada por Tronto (1993), *taking care of*) para com os seus filhos.

Se as mulheres são responsáveis pelas atividades de *care* dos filhos, maridos, idosos e doentes, ninguém se encarrega dos cuidados com elas. Diversos relatos evidenciaram que as mulheres entrevistadas sofrem de problemas de saúde, tais como dores nas costas, problemas no joelho, artrite e tendinite. Muitas destas doenças estão diretamente relacionadas à lida cotidiana da agricultura. Porém, elas mesmas se encarregam de seus próprios cuidados, realizando tratamento médico ou evitando certos movimentos que lhes prejudiquem a saúde. Tudo isso, sem deixar de dar conta de seu serviço para não prejudicar os demais familiares.

3.2.3. Sociabilidade

Em minha pesquisa constatei que no dia a dia das famílias das entrevistadas estão presentes diversas relações sociais, a maioria delas fundamentais para garantir não só a sua reprodução social, mas também a reprodução da agricultura familiar enquanto categoria social. Segundo Gazolla e Schneider (2007), “a sociabilidade refere-se ao processo pelo qual os indivíduos, as famílias e os grupos sociais se relacionam material e simbolicamente entre si. A sociabilidade encerra razões ‘práticas’ e simbólicas de ser e de agir”.

Todas as agricultoras e seus maridos, além de manterem laços de sociabilidade com vizinhos e parentes, participam de algum tipo de organização social relacionada, principalmente, às questões da agricultura e da igreja católica. Além de integrantes do MMC, as entrevistadas participam de cooperativas de crédito solidário, clube de mães, atividades promovidas pela igreja católica, rádio comunitária, grupos de idosos, bodegas da comunidade, sindicatos, dentre outros.

A sociabilidade entre vizinhos e parentes se constitui, principalmente, por meio de visitas⁵⁹; ajudas mútuas (empréstimo ou aluguel de maquinário; tomar conta, esporadicamente, de um estabelecimento; troca de informações, etc.); solidariedade com pessoas idosas, doentes ou sozinhas; e troca ou doação de sementes e alimentos.

Em todas as comunidades visitadas observei que havia infraestrutura para reuniões e celebrações entre os moradores da localidade. Em quase todas as situações, essa infraestrutura era mantida pela igreja. A sociabilidade gerada através da ação das igrejas é bastante relevante. Todas as entrevistadas frequentam as atividades promovidas pela igreja católica, por meio da participação em eventos e/ou cultos religiosos, tais como missas, festas, almoços, celebrações de datas comemorativas e quermesses.

Na semana em que antecedeu a minha pesquisa de campo ocorreu no município o “tríduo familiar”. Esse evento, realizado pela igreja católica, incentiva as famílias para se reunirem durante três dias na casa de vizinhos (cada dia em uma casa diferente), para a leitura de textos que exaltam a importância da família e da solidariedade. Além desta situação em específico, todas as agricultoras costumam frequentar as missas de domingo com suas famílias e participam na organização e preparação de eventos religiosos.

⁵⁹Muitas entrevistadas mencionaram “fazer serão”, expressão italiana para designar as visitas à noite.

Além disso, a uma quantidade expressiva de mulheres, sete entre 18 entrevistadas, foram atribuídas a função de “ministras da eucaristia”. Como já constatava Candido (1979), a vida “lúdico-religiosa” é um elemento central da sociabilidade vicinal em bairros rurais e pode mesmo definir os limites do bairro, na medida em que os vizinhos participam dos festejos religiosos locais.

A participação em cooperativas de crédito solidário e em sindicatos, geralmente, acontece como extensão das atividades do marido. Constatou-se uma frequência elevada em relação à participação em reuniões nesses espaços, em conjunto com os maridos ou em grupos formado por mulheres de cooperados e sindicalizados. Tais espaços, além de se caracterizarem como lugares de sociabilidade, são espaços, também, de formação política. Contudo, muitas mulheres se queixaram quanto ao fato desses lugares serem destinados, preferencialmente, aos maridos. A elas são reservadas discussões específicas, enquadradas como “coisas de mulher”.

A principal organização social com participação exclusiva de mulheres é o Movimento de Mulheres Camponesas. Todas as mulheres entrevistadas afirmaram participar do movimento desde a sua formação inicial, na década de 1980. O movimento promove reuniões periódicas nas comunidades e na sede do município, reuniões eventuais em Chapecó, em outros municípios de Santa Catarina, como, também, em outros estados. Todas elas afirmaram participar em todas as reuniões que ocorrem no município, alegando sempre “tentar dar um jeito” para ir às reuniões em cidades mais distantes.

Nessas reuniões elas discutem os direitos das agricultoras, a produção agroecológica, a situação da mulher no meio rural, dentre outros temas e assuntos, que expressam os seus interesses e atuação política. Elas, também, aproveitam para trocar experiências e relatar as suas vivências. O MMC foi mencionado por várias entrevistadas como o principal espaço de construção de laços sociais e culturais, de troca de experiências e de engajamento político. Neste caso, o movimento constitui-se como um lugar ainda mais importante que as cooperativas e sindicatos, principalmente por ser um lugar “só delas”.

Sobre este assunto, Paulilo e Boni (2014) comentam:

Outro ponto importante com relação aos movimentos autônomos é a insistência das participantes dos encontros de se reunirem sem a presença de homens ou, pelo menos, com massiva maioria feminina (...) o fato de estarem entre iguais, sem a presença masculina – que, para elas,

é inibidora –, faz com que as mulheres socializem seus problemas e angústias percebendo, com isso, que a origem de seus sofrimentos é mais social que pessoal. Falam sobre medos e vergonhas que nunca contaram a ninguém e começam a vê-los como menos ameaçadores, ao mesmo tempo em que aprendem com outras mulheres como enfrentá-los. (PAULILO; BONI, 2014, p.8)

Muitas entrevistadas também participam do clube de mães das comunidades. No entanto a opinião das agricultoras com relação a esses clubes é um pouco controversa. Algumas afirmam ser mais um espaço para trocas de experiências, que até se confunde com os espaços promovidos pelo MMC, mas outras têm uma visão mais crítica com respeito aos clubes, como expressa a fala da entrevistada a seguir:

O clube de mãe é mais financeiro. E é financeiro pra elas mesmas, né? Não é que nem nós [do MMC], fizemo festa na comunidade, almoço das mãe. Por exemplo, dia das mãe ou dia dos pai, e esse lucro daí a gente divide com a igreja e fica um pouco pra gente pra ir nas reuniões, pra quando precisa sair tem um dinheirinho. Mas o clube de mãe é assim: eles têm [dinheiro], ele é político. Eles têm uns político que vem e eles oferecem dinheiro, sempre em véspera de eleição, né? Fazem um projeto... (Entrevistada 4)

Além desses espaços, algumas entrevistadas mencionaram frequentar as bodegas da comunidade para jogar baralho, conversar com as colegas, além de participar em concursos de dança e jogos de futebol nas comunidades (nas partidas de futebol, elas participam como espectadoras dos maridos). Em suma, nas comunidades que visitei, ao contrário de muitos relatos de outros pesquisadores quanto à perda de costumes de sociabilidade e ausência de infraestrutura adequada para esses fins⁶⁰, há uma rotina de festas e celebrações em lugares apropriados para a realização desses eventos.

É bastante comum em eventos de sociabilidade que as mulheres contribuam levando um prato de comida. Elas, no geral, se organizam previamente para decidir “o que cada uma vai levar” e, eventualmente, aproveitam esses momentos para fazerem trocas e doações de alimentos cultivados por elas.

⁶⁰Como, por exemplo, nos diversas conclusões de pesquisa do livro organizado por Carneiro e Maluf (2003).

A troca de alimentos também é motivo para a sociabilidade, uma vez que está baseada em razões “práticas” e simbólicas do *ser* agricultora. As razões práticas estão voltadas para o próprio cultivo e preparo dos alimentos. O plano simbólico é permeado pelos valores, pela cultura e pelo modo de vida das agricultoras, segundo Gazolla e Schneider (2007).

Quando voltamos nosso olhar às práticas de sociabilidade relacionadas ao lazer, podemos perceber que nestas situações também existe uma desigualdade de gênero. Nestas ocasiões, geralmente os homens se dedicam exclusivamente às atividades recreativas com seus amigos e/ou parentes, e as mulheres são as responsáveis por preparar e levar para o encontro as comidas e bebidas que serão consumidas, além de serem responsáveis por limpar e organizar o local ao término do evento.

Com relação às visitas à cidade, estas ocorrem esporadicamente. Nessas situações, o objetivo principal é “fazer o rancho” (compras no supermercado) e outras pequenas compras, tais como, remédios na farmácia, sementes e mudas na agropecuária. Em geral, elas aproveitam, também, para realizar consultas médicas. O contrário se observa com os homens, que vão à cidade, quase que diariamente, para resolver questões relativas à atividade produtiva, tais como, a compra de insumos, o pagamento de dívidas, negociar a venda da produção agrícola, assim como para encontrar amigos.

Desta forma, os laços de sociabilidade mantidos pelas mulheres parecem cumprir, em todos os casos analisados, um papel importante para a manutenção e reprodução social nas comunidades em que vivem. Apesar da desigualdade de gênero observada, estas práticas contribuem para reforçar e fortalecer os componentes sociais e culturais do meio rural.

3.2.4. Condição de permanência no campo

Segundo Wanderley e Favareto (2013), os modos de vida das populações no campo se estruturam em torno de alguns eixos de referência essenciais para a condição de permanência no meio rural, dentre eles, e o mais importante, está o patrimônio fundiário, que segundo os autores se refere ao:

Patrimônio eminentemente familiar ou comunitário (no caso de muitas das comunidades tradicionais), do qual sua consolidação – suficiência, segurança e perpetuação – depende a própria permanência, em condições minimamente satisfatórias, no mundo rural. No Brasil, o ideal de

quem vive no campo é ser proprietário – ou dispor sem ameaças – de uma área que lhe permita assegurar a sobrevivência familiar. (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p.43)

Outro eixo de referência diz respeito ao acesso à infraestrutura, ou seja, à necessidade dos habitantes do meio rural de se integrarem a espaços de vida mais amplos, cujo primeiro elo é o próprio município a que pertencem. Ainda segundo os autores,

A presença de bens, públicos e privados, bem como a oferta de serviços na própria área rural não podem ser entendidas, sem maiores precauções, como a perda de substância da ruralidade [...] a busca do acesso aos bens, empregos e serviços disponíveis nas cidades, expressa, na grande maioria das situações, o complemento necessário, ao que é oferecido no campo. (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p.44)

Acrescento, ainda, o acesso às tecnologias agrícolas e não agrícolas no campo. A primeira, necessária para facilitar o trabalho e preservar o corpo dos esforços cotidianos, e a segunda, capaz de proporcionar o incremento na qualidade de vida através do acesso às tecnologias de informação e comunicação, que possibilitam superar o relativo isolamento das famílias rurais em relação a parentes, vizinhos e amigos residentes em outras comunidades e/ou na cidade (através do telefone e Internet), permitindo o fortalecimento de laços de pertencimento a grupos sociais determinados (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Todas as agricultoras que entrevistei não enfrentam problemas de acesso à terra, uma vez que são proprietárias das terras em que vivem com sua família. Em três situações constatei a presença do arrendamento de terras voltado para a expansão da atividade agrícola, que geralmente está relacionada à produção de grãos. No entanto, nenhuma agricultora se considera na condição de arrendatária, ou seja, situação em que a exploração agrícola é realizada, predominantemente, por meio do arrendamento de terras.

Com relação à infraestrutura de serviços públicos, pude observar que a sede do município apresenta infraestrutura suficiente para suprir a necessidade de sua população urbana e rural. O município conta com hospital, escolas de ensino básico, fundamental, médio e técnico, faculdade privada de ensino a distância, infraestrutura de lazer,

biblioteca e comércio. Todas as casas que visitei tinham acesso à energia elétrica, água encanada e saneamento.

Ademais, os hospitais especializados estão localizados em cidades próximas e a prefeitura local concede transporte para a locomoção de pacientes que necessitam de atendimento especializado nesses hospitais. Em Chapecó, por exemplo, a maior cidade da região, foi inaugurado, recentemente, um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul, que faz parte do projeto de expansão e interiorização promovido pelo Governo Federal, para prover acesso público e gratuito ao ensino superior.

As comunidades rurais não se encontram distantes da sede do município - aproximadamente 50 km de distância. Nessas comunidades há pavilhões destinados à realização de atividades recreativas e de lazer, assim como, em algumas dessas, há postos de saúde.

Apesar da deficiência do transporte coletivo (baixa qualidade e infrequência de serviços), as entrevistadas não demonstraram descontentamento em relação aos meios de acesso à cidade. Os meios mais citados foram: o transporte próprio, o transporte público, o transporte escolar (que fornece carona) e as caronas com conhecidos. Isto possibilita a manutenção de uma rotina frequente de visitas à cidade. O transporte coletivo para Chapecó também é frequente e regular, apesar da péssima condição da estrada, que é muito utilizada por caminhões das agroindústrias locais sendo que a viagem dura em torno de uma hora.

Com respeito ao acesso às tecnologias de informação e comunicação, todas as famílias possuem rádio, televisão, telefone fixo e celular. A maioria possui computador com acesso à Internet. As agricultoras relataram utilizar o celular quando estão fora da propriedade, para falar com os maridos e filhos, ou quando o telefone fixo não funciona na localidade. Algumas delas comentaram utilizar o computador para acessar os serviços de *Facebook* e *Skype*, para conversar com parentes e amigos via Internet, permitindo, assim, um contato mais frequente.

Constatai, também, a presença em todas as propriedades de maquinários e implementos agrícolas. Dentre os mais citados estão a ordenhadeira, a máquina para fazer quirela⁶¹, o motor d'água, o trator, a plantadeira e a bomba para aplicação de veneno na lavoura. A compra dessas máquinas foi viabilizada devido ao acesso às linhas de crédito disponibilizadas pelo PRONAF. Segundo as entrevistadas, a atividade

⁶¹ Milho triturado utilizado para alimento de animais de pequeno porte, tais como pintos e aves.

agrícola melhorou muito em função das políticas públicas de incentivo à agricultura familiar.

3.2.5. Condição de instalação dos jovens e questões relativas à sucessão

O tema da situação dos jovens no campo e, principalmente, as questões relativas à sucessão geracional vem emergindo como uma das principais preocupações no que concerne à reprodução social da agricultura familiar. Segundo Stropasolas (2011), o processo sucessório na agricultura familiar é reconhecido como: a transferência de poder e do patrimônio entre as gerações no âmbito da propriedade agrícola; a substituição da gestão do estabelecimento de pessoas idosas para as mais jovens; e a formação profissional de um novo/a agricultor/a.

Neste tópico me concentrarei em descrever a expectativa das agricultoras no que concerne a condição de permanência de seus filhos e filhas no meio rural. Este tipo de recorte analítico cobre parcialmente um assunto que figura como um problema complexo e estrutural da agricultura familiar. No entanto, como as minhas análises recaem sobre as mulheres⁶² e a amostra selecionada é composta por agricultoras adultas⁶³, a intenção aqui é, tão somente, a de evidenciar a expectativa das agricultoras em relação a seus filhos e filhas.

A faixa etária dos filhos das entrevistadas varia entre 10 a 51 anos, sendo que a maioria é adulta, casada e moradora da cidade. Apenas nove jovens solteiros residem e trabalham na propriedade, sendo que quatro residem com os pais e estão em idade escolar.

No que se refere à educação, percebe-se que, comparado com o nível educacional das agricultoras, os filhos apresentam nível de formação superior às mães e pais. A maioria estudou em universidades particulares⁶⁴, em carreiras diversas. São raros os casos de filhos que cursaram ou ainda estão cursando os cursos relacionadas à agropecuária, tais como, agronomia, zootecnia ou veterinária.

O acesso à educação, visto pelos pais como um instrumento necessário para a formação e a ascensão social de seus filhos, coloca um aparente dilema para as agricultoras. O vínculo de seus filhos aos

⁶²Alguns estudos mais completos neste tema, como é o caso de Stropasolas (2006) e Menezes (2012), se dedicam a realizar um diagnóstico adequado da situação dos jovens rurais, considerando a expectativa desse público para a sua permanência na agricultura familiar.

⁶³Em meu trabalho de campo tive a oportunidade de entrevistar duas jovens integrantes do MMC, contudo, não incorporei seus relatos em minhas análises uma vez que ambas, apesar de participarem das reuniões do MMC, não exercem nenhuma atividade agrícola.

⁶⁴A Universidade Federal da Fronteira Sul, primeira universidade pública da região, foi inaugurada apenas em 2012.

estudos impede que eles se dediquem às atividades da agricultura. Ademais, para completarem a formação escolar os jovens necessitam, muitas vezes, migrar para a cidade.

Elas também revelaram satisfação quanto à autonomia financeira de seus filhos, proporcionada pelo emprego fixo mantido na cidade. Foram muitas as menções de orgulho para descrever os bens materiais que seus filhos conquistaram por meio do trabalho remunerado.

Entre as agricultoras, as expectativas em relação ao futuro da atividade agrícola e a possibilidade de trabalho para seus filhos no campo são, quase sempre, pessimistas. As entrevistadas expressam, muitas vezes, almejar que seus filhos completem seus estudos e que não se dediquem à agricultura, evocando a penosidade do trabalho e a baixa remuneração. Os empregos urbanos são preferidos, alternativamente. Esta opinião se mostra contraditória quando as entrevistadas manifestam seus sentimentos positivos quanto ao meio rural e o desejo de que seus filhos permaneçam e deem continuidade ao trabalho familiar na agricultura.

Elas costumam valorizar a vida no campo em detrimento da vida na cidade, destacando a tranquilidade do meio rural, a segurança, a relação com a natureza e os laços de parentesco e solidariedade. Desejam, com isto, que seus filhos possam usufruir dos benefícios do campo em lugar de experimentarem as aflições do meio urbano, representadas pela falta de autonomia e insegurança constantes. Apesar das aparentes ambivalências, manifestadas pelo pessimismo e pelas incertezas em relação ao futuro, o que observei foi uma imagem positiva do rural, mas não da atividade agrícola.

Quando indagadas se gostariam que os filhos ou netos permanecessem ou retornassem para a agricultura, todas as entrevistadas afirmaram que sim. Ou seja, reiteram que no campo os filhos têm “um pedacinho de terra” e, desta forma, não precisam depender de ninguém. Todavia, segundo quase todas as entrevistadas, apesar de desejarem que os filhos permaneçam no meio rural, elas almejam que os filhos tenham autonomia para decidir o seu futuro⁶⁵.

Fazendo alusão à sua história de vida, as agricultoras comentaram que hoje trabalham na roça por não terem tido a oportunidade de

⁶⁵O momento da entrevista proporciona esta aparente contradição, pois ao serem indagadas sobre o seu desejo no momento presente, as agricultoras manifestam seus sentimentos para com os seus filhos desejando que eles permaneçam próximo das famílias e deem continuidade a produção no estabelecimento agrícola. No entanto, quando elas se remetem ao futuro tendem a manifestar uma opinião mais racional, desejando que eles sejam agricultores por opção e não por falta de escolha.

estudar, e mencionam que não gostariam que o mesmo acontecesse com os seus filhos. Elas desejam que os filhos e filhas tenham uma formação adequada e condições financeiras para decidirem sobre seus futuros.

Daí eu digo, vocês tem que aproveitar o estudo. Eu digo, se vocês rodarem vocês não vão mais na aula. Vocês vão na roça ajudar o pai e a mãe. Mas eles sempre foram bom de cabeça. (Entrevistada 1)

A gente deu oportunidade desde já pra ela escolhe a profissão que ela que, né? o estudo que ela que. E desde os três aninho que ela fala em ser veterinária, mas ela sempre diz assim: “mãe, eu quero estudá, mas eu quero morá com vocês. Eu quero trabalhá aqui, eu quero ficar com vocês, né? Aqui nessa casa”. Eu não sei o futuro dela, né? (Entrevistada 13)

Os contatos com os filhos que estão fora da propriedade e as visitas deles aos estabelecimentos são frequentes. As mulheres também afirmaram que mantêm uma rotina de telefonemas e contatos pela Internet. Os filhos costumam visitar os pais pelo menos a cada duas semanas, sendo que são raras as vezes que os pais se ausentam do estabelecimento para ir à casa dos filhos.

Pelo que percebi, são as mães quem estabelecem os contatos mais frequentes. O *care* constante é uma característica dessas mulheres, mesmo que se encontrem distantes de seus filhos. Segundo elas, “a preocupação com os filhos é sempre”. O que evidencia que, apesar da distância, essas mulheres exercem a presença social⁶⁶, uma vez que, segundo Bessin (2010), existe uma disposição moral em satisfazer a necessidade de seus filhos. Esse sentimento é manifestado pelo imperativo de “estar presente nos momentos difíceis”.

Adicionalmente, elas sempre se dedicam a enviar alimentos produzidos na propriedade para os filhos e a preparar as comidas tradicionais da família, quando os filhos estão de visita. Isto sugere que a mãe mantém viva a constante construção dos laços de família. Embora a ida definitiva dos filhos para a cidade seja um fato quase certo, a retribuição através da doação de alimentos e no preparo de comidas atua como um “seguro” contra o risco de que os laços familiares se rompam (MARQUES et al., 2007).

⁶⁶A presença social corresponde à disponibilidade de poder intervir em uma situação, num momento propício, de uma maneira adaptada e contextualizada.

No que se refere aos casamentos, elas manifestaram grande satisfação com os casamentos bem sucedidos e reforçaram o desejo de que filhos/as solteiros/as se casem com agricultores/as, para que possam viver próximos às suas casas. Esta última preocupação é mais evidente nas falas das agricultoras, que têm idade mais avançada, pois suas preocupações estão diretamente relacionadas com a sucessão do patrimônio familiar.

Desta forma, o que foi possível apreender dos relatos em relação aos jovens é que as agricultoras, apesar de incentivarem que seus filhos adquiram autonomia com relação ao seu projeto de futuro, desejam que eles permaneçam ou retornem ao meio rural. Mesmo quando eles encontram-se distantes, a principal referência dos filhos com o lugar natal é representada por suas mães, uma vez que elas estão sempre dispostas a exercer o *care* de seus filhos e continuam mantendo laços essenciais para a manutenção do afeto familiar.

3.3. SEGURANÇA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS E DA SOCIEDADE

Para realizar as análises desta seção, considerarei dois sentidos usuais da função da segurança alimentar: o da disponibilidade e acesso aos alimentos e o da qualidade dos mesmos. Para os fins desta pesquisa, as análises sobre a disponibilidade e a qualidade dos alimentos evidenciam suficientemente a contribuição das mulheres no que concerne à segurança alimentar de suas famílias e da sociedade.

Alguns estudos, como aqueles realizados por Cazella (2003) e Griza, Gazolla e Schneider (2010), utilizam a estratégia metodológica de mensuração do autoconsumo em termos de valor monetário, com o intuito de verificar o valor que o/a agricultor/a gastaria se adquirisse o mesmo produto no mercado. Optei por não utilizar dessa estratégia uma vez que a mensuração econômica da produção para autoconsumo é objeto de controvérsia entre pesquisadores⁶⁷. Neste sentido, a opção por abordar os aspectos qualitativos da segurança alimentar, ao invés dos quantitativos, me pareceu a opção mais adequada. Assim, procurei discriminar os principais alimentos cultivados pelas agricultoras e descrever as práticas predominantes de cultivo, consumo e distribuição (por doação, troca ou venda) desses produtos agroalimentares.

3.3.1. A segurança alimentar das próprias famílias

As agricultoras realizam em 100% dos casos o cultivo para o autoconsumo, prática que figura como uma importante estratégia de segurança alimentar. A produção para o autoconsumo conta com uma

⁶⁷Sobre esta controvérsia, ver Griza, Gazolla e Schneider (2010), p.69.

pequena área para o cultivo e engloba as criações de animais de pequeno porte, hortas, pomares e, em alguns casos, as pequenas lavouras. Apesar de as áreas de cultivo restringirem-se a pequenas áreas dentro das propriedades, esta prática possibilita, em todos os casos analisados, a produção de uma grande variedade de alimentos para as famílias.

Entre os principais produtos cultivados e/ou produzidos⁶⁸ encontram-se: muitas variedades de hortaliças (alface crespa, alface roxa, agrião, rúcula, etc.), mandioca, melancia, melão, laranja, moranga, batata, cebola, radiche, repolho, couve flor, amendoim, cenoura, temperos (cebolinha, salsinha, orégano, dentre outros), beterraba, pepino, pipoca, feijão, uva, chuchu, ovo, carne bovina, carne suína, frango, queijo, pão, leite, nata, manteiga, dentre outros. É comum, também, a conservação dos alimentos, como forma de preservá-los para consumo posterior.

Todas as entrevistadas cultivam hortas e pomares. Porém, as únicas agricultoras que se dedicam ao cultivo da lavoura são as agricultoras agroecológicas (entrevistadas 8 e 17). As demais, quando se utilizam desse espaço produtivo da propriedade, dedicam-se apenas a manter um pequeno canteiro, destinado ao plantio, principalmente, do feijão, da mandioca e da batata.

Quanto à produção animal, apenas uma agricultora idosa (entrevistada 4) não se dedica à criação de suínos e gados bovinos destinados ao consumo da família. As demais mantêm, ao menos, um suíno e um bovino para a engorda. Todas as entrevistadas criam galinhas para a produção de ovos e para o abate.

Com exceção das duas agricultoras idosas (entrevistadas 4 e 15), todas as demais produzem leite para o autoconsumo, assim como produzem seus derivados, tais como, o queijo, a manteiga e a nata, destinadas, também, para o autoconsumo. As entrevistadas idosas, que não possuem vaca de leite, compram o leite e seus derivados de seus vizinhos.

Todas as entrevistadas que criam suínos produzem carne suína e derivados de sua carne, cujo principal produto é o salame. Observou-se,

⁶⁸Em todos os estabelecimentos visitados, as agricultoras se dedicavam orgulhosamente a mostrar certas áreas de cultivo e/ou áreas destinadas para as criações: os quintais (as hortas e os pomares), as roças e as áreas de criação dos animais. Elas descreviam, detalhadamente e animadamente, as espécies cultivadas: diziam os seus nomes; a sua utilidade; as condições de plantio; mencionavam como conseguiram as mudas ou as sementes; mostravam, ainda, outras plantas e animais presentes; explicavam como faziam o controle das pragas; como tratavam os animais, etc.. Todas tinham muito orgulho da diversidade de plantas e animais sob os seus cuidados.

ainda, o costume de utilizar a banha de porco no preparo dos alimentos. Nenhuma das entrevistadas substituiu esse costume tradicional pelo uso de óleo de soja, apesar desse óleo ser adquirido por quase todas as mulheres, é utilizado apenas para o tempero das saladas.

Dos alimentos consumidos pela família, alguns são comprados no supermercado, tais como: arroz, sal, farinha de trigo, farinha de milho, café, erva-mate, óleo vegetal, azeite e algumas variedades de frutas como, por exemplo, a maçã e o mamão. Nota-se que alguns desses alimentos já foram cultivados anteriormente na propriedade, como é o caso do arroz, do trigo e de algumas frutas. A principal justificativa citada para o abandono do cultivo desses alimentos refere-se à mudança climática (falta de chuvas, etc.) e, principalmente, pela falta de tempo. Elas indicaram que, nos últimos anos, “tem sido complicado” produzir arroz, sobretudo, pela escassez das chuvas, e que a elevada carga de trabalho diária, acrescida da falta de mão de obra, tem impossibilitado o cultivo de trigo e a produção de farinhas (de trigo e de milho), assim como de algumas variedades de frutas. Alguns produtos, tais como a erva-mate, o café e os óleos vegetais, nunca foram produzidos na região, sendo necessário comprá-los no mercado.

A farinha de trigo é utilizada em grande quantidade na elaboração de pães, massas e biscoitos. Todos esses produtos são preparados pelas próprias agricultoras nas suas casas. A farinha de milho, também, é utilizada em quantidade elevada, para a elaboração de polenta, pois esse alimento é consumido quase que diariamente, principalmente, pelas famílias de origem italiana.

Outro item, não menos importante, associado ao tema do autoconsumo é a produção de lenha, utilizada como fonte de energia para o preparo dos alimentos e para o aquecimento do ambiente doméstico durante o inverno. As mulheres relataram ser, também esta, uma de suas atribuições, ou seja, são responsáveis por “buscar a lenha” (isto inclui procurar galhos secos e cortá-los).

Na produção de alimentos para o autoconsumo, em todos os casos analisados, as mulheres são responsáveis por todo o processo, ou seja: a decisão da escolha da espécie a ser plantada e do local⁶⁹; o cultivo; o controle de pragas; a colheita; e o processamento dos

⁶⁹Refiro-me ao local apropriado para o cultivo nas hortas, pomares e lavouras. A decisão da localização da horta na propriedade, em todos os casos, é do marido. As mulheres exigem apenas que a horta esteja localizada próxima à casa, porém, segundo os relatos, são os homens que decidem o tamanho da área e a localização exata. Esta ressalva é importante, pois, muitas vezes, os homens acabam destinando áreas pequenas e de difícil manejo para as hortas, tais como as encostas de morros, áreas com muitas pedras, canteiros muito pequenos, etc..

alimentos. Contudo, em todos os casos, os homens são responsáveis pelo abate dos animais. Isto reforça a constatação de diversos estudos, tais como os de Zanetti e Menache (2007) e os de Paulilo e Boni (2014), que a horta e o quintal são lugares femininos.

Quando questionadas se tinham ajuda na horta, todas responderam que não recebem nenhum auxílio. Segundo as entrevistadas, às vezes elas solicitam ajuda, principalmente quando necessitam de uma nova cerca ou de um novo canteiro, pois tais trabalhos são designados por elas como pesados. Porém, os maridos e filhos⁷⁰ raramente se dispõem a ajudar. Algumas demonstraram certo ressentimento pela falta de disposição dos maridos com as atividades delas, tal como o expresso na fala a seguir:

Tá vendo marido, você aí falando que a gente tem que aprender com a natureza, que o João de barro faz a casinha de costas pra chuva, e é assim que a gente sabe da onde tá vindo a chuva... Sabia que o João de barro ajuda a mulher a construir o ninho? Ela [a pesquisadora] me pediu se eu tinha ajuda na horta e eu disse que não e que sempre peço ajuda. Olha só marido, tá vendo como a gente tem que aprender com a natureza. (Entrevistada 5)

Todas as entrevistadas utilizam defensivos naturais para controlar as pragas das plantações para o autoconsumo, tais como, o alho, as cinzas, a urina de vaca, as “ervinhas”, a arruda e a receita de um soro caseiro, divulgado nas reuniões do MMC. A prática de não utilização de agrotóxicos e de outros produtos químicos nos cultivos agroalimentares para autoconsumo é usual entre todas as entrevistadas, conforme expressa algumas falas a seguir:

Não, veneno não. Não posso nem ouvi falá isso. Passá veneno perto da horta, não gosto disso. (Entrevistada 13)

Não, na horta eu não uso... O que é de comer eu nunca uso veneno, desde mandioca, assim... eu nunca uso, nem pra limpar terra, pra nada. É tudo na enxada, tudo manual. Eu não gosto de ponhar veneno. Tudo natural. (Entrevistada 1)

[...] é, plantá as coisas, daí tem que limpá o quê.. a gente não passa veneno pras coisas que a gente

⁷⁰Geralmente os homens, pois as meninas sempre contribuem com os trabalhos de produção para o autoconsumo.

come, né? Daí a gente tem que limpá com enxada. Daí se tu qué colhe tu tem que limpá. (Entrevistada 9)

Veneno dificilmente eu uso aqui em volta da casa, só mesmo quando a coisa aperta, que eu não posso carpi e tal, mas na horta eu não dô, nas fruta também nunca uso veneno, só remédio natural. (Entrevistada 15)

Apesar de não usarem veneno em suas hortas e pomares, muitas entrevistadas relataram que começaram a fazer uso de veneno nos últimos anos para “limpar o mato”. Além disso, em todos os casos estudados, a produção nas lavouras é realizada com insumos introduzidos pela modernização agrícola, tais como: agrotóxicos, sementes modificadas e fertilizantes químicos.

As agricultoras alegam falta de tempo para carpir toda a área ao redor da casa. Sem dúvida, o controle de ervas daninhas e o cultivo sem agrotóxicos exige muito tempo e trabalho, concorrendo com as outras atividades do estabelecimento, que são priorizadas em detrimento das primeiras. As entrevistadas relataram que depois que seus filhos saíram de casa ficou mais difícil para o casal dar conta de tudo. Isto é agravado pelo envelhecimento e pela dificuldade de contratação de mão de obra.

A produção sem uso de agrotóxicos nas lavouras é uma prática realizada por somente duas entrevistadas, as produtoras agroecológicas (entrevistadas 8 e 17). Elas produzem em maior quantidade que as demais e em nenhuma cultura valem-se desses recursos químicos. Segundo a entrevistada 8, fazendo alusão à forma como controla as pragas e cuida de seus cultivos: “é só enxadinha e enxadinha ninguém gosta (...)”.

Quanto à criação de animais, quase todas as entrevistadas tem como prática o emprego de galinhas caipiras e suínos crioulos. As agricultoras preferem estas variedades às espécies introduzidas pelas agroindústrias, justificando suas escolhas em razão da qualidade superior das primeiras. Quando criam galinhas de aviário, geralmente por doação de algum vizinho, engordam o animal por um tempo maior do que o recomendado pelas agroindústrias e as alimentam com a quirela produzida na propriedade, para que a carne fique “mais saborosa e nutritiva”.

A prática de cultivo das agricultoras contribui para a agrobiodiversidade, uma vez que manejam inúmeras variedades de espécies vegetais e animais de forma agroecológica; além de

preservarem as sementes crioulas, para consumo, troca ou venda com outros/as agricultores/as.

Segundo Marques et al. (2007, p.168),

A troca de sementes e materiais de plantio é prática inscrita em estratégias fundantes da sustentabilidade da agricultura e um dos mecanismos mais difundidos em sistemas agrários tradicionais, pois garante a manutenção do conhecimento associado às diferentes espécies e variedades, bem como à diversidade genética, seguro importante contra riscos de frustração de colheitas e perda de recursos alimentícios importantes.

O cultivo de plantas medicinais não foi muito mencionado pelas entrevistadas, apesar do MMC reforçar em seu discurso a importância das ervas medicinais e de promover cursos sobre as variedades destas ervas e de seus benefícios. O MMC, inclusive, mantém no município uma estufa de plantas medicinais gerenciada por agricultoras, dentre as quais participam três das entrevistadas nesta pesquisa. Porém, segundo o relato dessas agricultoras, o espaço da estufa é utilizado muito mais como um local de sociabilidade e troca de experiências do que, efetivamente, como um espaço de cultivo para o autoconsumo.

Neste sentido, o policultivo e a preservação de sementes praticadas pelas entrevistadas são essenciais para a manutenção da segurança alimentar de suas famílias, uma vez que proporciona acesso a alimentos durante todo o ano (alimentos colhidos na hora e a qualquer hora), promovendo a quantidade necessária para suprir as demandas alimentares das famílias, assim como, elevando a qualidade nutricional dos alimentos⁷¹, uma vez que a produção para o autoconsumo é feita sem o uso de agrotóxicos e insumos químicos.

Essas iniciativas são de extrema importância, tendo em vista o cenário mundial atual, no qual a agricultura está baseada na produção de um número cada vez mais reduzido de espécies vegetais e animais. Os estudos de Sunderland (2011), a partir de informes da FAO, constata que, desde 1900, houve uma tendência global de simplificação da dieta alimentar. Atualmente, 98% da demanda por alimentos são resultantes de somente doze espécies de plantas cultivadas e de quatorze espécies

⁷¹Não foi possível incorporar em minha pesquisa uma análise minuciosa do valor nutricional da alimentação das famílias, pois, segundo Maluf (2003), para este tipo de verificação seria necessário se deter detalhadamente nos hábitos e nas práticas alimentares das famílias, tarefa que foge ao alcance de minha investigação. Sendo assim, considero a qualidade nutricional dos alimentos pelo modo como eles são produzidos e não pelo padrão alimentar das famílias.

de animais. Adicionalmente, o consumo de trigo, arroz, batata e milho sozinhos representam cerca de 50% do consumo nutricional mundial.

Além da produção de alimentos, outra questão relacionada à segurança alimentar refere-se ao preparo dos alimentos. É senso comum o fato das mulheres, tradicionalmente, terem sido responsáveis pelo manejo e transformação dos alimentos, por sua conservação e reaproveitamento, atuando como agentes que multiplicam a dinâmica da cultura alimentar, no que concerne a transmissão de hábitos, receitas e saberes através de gerações (MARQUES et al., 2007). As entrevistadas desta pesquisa não afirmaram atuar de forma diferente. Todas são responsáveis pelo preparo da alimentação de suas famílias, majoritariamente com produtos cultivados em suas propriedades.

Apesar de, muitas vezes, não terem sua importância reconhecida, a atuação das mulheres no preparo alimentar vem sendo evidenciada pela preocupação com a insegurança alimentar. A inserção das mulheres no mercado de trabalho acarretou numa drástica diminuição da qualidade nutricional da alimentação da população em geral, principalmente entre os homens e crianças. Como resultado dessa transformação, elevou-se o consumo de produtos industrializados, que contém componentes nocivos à saúde, tais como o açúcar, o sal, as gorduras saturadas e os carboidratos (LELIS; TEIXEIRA; SILVA, 2012, p.524).

Desta forma, a produção para o autoconsumo e o preparo de alimentos, longe de reduzir-se a uma mera atividade doméstica, representa a própria segurança alimentar de suas famílias, além de produzir e reproduzir relações sociais e promover a acumulação de saberes a serem transmitidos na socialização com os seus filhos, parentes e demais pessoas de seus convívios (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

3.3.2. A segurança alimentar da sociedade

Neste tópico analisarei a produção das agricultoras nas hortas, pomares e lavouras destinadas à distribuição de produtos agroalimentares para provimento da sociedade. Assim como na seção anterior, levarei em consideração nessa análise a quantidade de produtos agroalimentares produzida, o acesso e a qualidade dos alimentos, requisitos necessários para suprir a segurança alimentar da sociedade.

Conforme citado anteriormente, todas as agricultoras entrevistadas produzem alimentos que compõem, direta ou indiretamente, a cesta básica alimentar, com destaque para o feijão, o milho, a mandioca, o leite, os ovos, as carnes de aves, suínos e bovinos. A distribuição desses alimentos ocorre, geralmente, após a separação da

quantidade reservada para o autoconsumo, com exceção das produtoras agroecológicas que, apesar de também produzirem para o autoconsumo, se dedicam à comercialização.

O processo de distribuição, no primeiro caso, ocorre, principalmente, por doação e trocas e, eventualmente, por venda aos vizinhos e familiares. O estudo de Grisa (2007) sobre o tema do autoconsumo reforça essa constatação de que, geralmente, os agricultores familiares trocam alimentos com os vizinhos mais próximos e doam para conhecidos e familiares que moram na cidade.

Entre os familiares, o mais usual é a doação de alimentos para os filhos que moram na cidade ou próximo à residência das agricultoras, sendo que a doação para os vizinhos acontece por solicitação ou por excedente. Já as trocas de alimentos ocorrem, geralmente, quando algum conhecido “está precisando de algo” ou quando há um vínculo de reciprocidade com um vizinho ou parente.

As trocas de alimentos com os vizinhos garantem que todos tenham acesso a uma maior variedade de alimentos disponíveis. Geralmente, não há qualquer espécie de cálculo ou de preocupação em medir o quanto e o que foi trocado, ou em se estabelecer valores equivalentes de troca. Nesses casos, conforme aponta Temple (2005 apud Sabourin, 2011), a produção, circulação e distribuição de riquezas dependem, na verdade, de estruturas de reciprocidade.

O trecho das entrevistas a seguir representam essa prática realizada pelas agricultoras:

P: E a senhora chega a vender alguma coisa da horta?

E: Mas eu, dizer a verdade, não vendo. Mas se os vizinho não tem, a gente dá pros vizinho. Dá... assim. Mas vender, não.

P: Mas nunca chegou alguém que falou assim: “Ah, queria tanto comprar”?

E: É, mas daí... esse, açúcar, melado, essas coisa, daí sim. Mas verdura, não.

P: Mas açúcar e melado quando faz, uma parte é pro gasto, uma parte pra vender?

E: É... vender é pouco. Fizemo mais pro gasto, pros filho a gente sempre repassa pra eles, agora esse açúcar e melado daí um pouquinho a gente vende. Não é muito... (Entrevistada 1)

Não. Eu, geralmente... a gente tem uma filha, temo um afilhado, tem as cunhada, aí a gente

acabada dando. Mas vendê mesmo, não”.
(Entrevistada 14)

A gente divide com as vizinha às vez se tem de sobra, né? Se troca, quando uma tem uma coisa, pega e dá pra outra, mas pra vender, não.
(Entrevistada 12)

Como mencionei anteriormente, a venda ocorre de forma esporádica, em geral, por demanda de vizinhos, que não produzem determinado cultivo ou que não tem como prática a produção para o autoconsumo. Foram raros os relatos de agricultoras que comercializam os seus alimentos fora de suas casas, conforme revelam os trechos das entrevistas a seguir:

P: E da horta, alguma coisa vocês vendem?

E: Não. A gente dá, da aí pro vizinho. A gente, quando tem a horta cheia aqui, dá pra vizinha, seis, sete vizinho eu tenho ali. E dá os pé de salada, depois quando elas tem, devolve. Alguma que outra vez se compra...

P: Mas aí chega a vender, quando dá mandioca, feijão?

E: Sim, essas coisa sim.

P: E aí quando vocês vendem quem é que faz a comercialização? Quem é que vai oferecer, dar o preço?

E: Ah, a maioria eles vem aqui, daí vê, acha bonito, quer uns quilo, daí se vende assim... na hora.

P: E aí o preço, quem dá?

E: É eu.

P: Chega a negociar?

E: Sim.

P: O vizinho fala: quero mais barato... não, está muito caro...

E: Uhm... (risos). Com esse preço [que você quer] deixa aqui... (risos). Esse tempo ali com a vizinha também, nós negociava, eu dava queijo, ela dava galinha, eu... negoceio assim também.
(Entrevistada 3)

Vendia... vender aqui, por aqui, pela redondeza aqui. Eu até se saía nas casa, eles já pediam. Tu passou veneno? Não. Daí todo mundo comprava.
(Entrevistada 6)

A venda só não ocorre esporadicamente no caso das produtoras agroecológicas, que tem como principal atividade a comercialização de seus produtos. Ambas as agricultoras vendem uma grande variedade de legumes, hortaliças e frutas; sendo que uma delas produz e comercializa, também, derivados de leite e de suínos.

Ambas comercializam seus produtos de maneira informal, através da venda “de porta em porta” para os vizinhos, que, também, as procuram em suas casas. Somente a entrevistada 8 realiza a comercialização para pessoas residentes na cidade. Essa agricultora costuma ir à cidade utilizando o transporte público, levando uma cesta de produtos. Segundo o seu relato, ela não chega a levar uma grande quantidade de produtos, em função do peso da cesta, mas, mesmo assim, não perde um dia de atividade, pois, todas as manhãs, se prepara, espera o ônibus e parte para a cidade com a sua cesta.

Apesar de essa prática gerar renda para a agricultora, ela afirma que a renda não é suficiente e, também, que, apesar disto, não é a renda que justifica a sua ação. O seu costume em realizar a venda na cidade é motivado pela afirmação: “dar de comer o melhor para as pessoas da cidade”. Segundo essa agricultora, fazendo alusão à dificuldade financeira que passou quando morava no Rio Grande do Sul, afirma:

Eu sempre disse, uma vez só tinha dinheiro pra ir comprar na promoção [alimentos de baixa qualidade na feira]. Comprar só na promoção pra poder comprar um pouquinho de cada um pras piazada. Que meu, nós passemos, mas muita dificuldade. E daí eu disse, agora não, agora eu quero vender o melhor, e os pequeninho vai pra seguro pra mim [para consumo], pras galinha ... e vendê o melhor. É tão bonito... (Entrevistada 8)

Todo mundo me conhece como a mulher da cestinha, porque vou com a cestinha, mas dentro coloco pouca coisa porque, um, dois repolhinho. Agora tem o repolhinho, os radiche, uma bananinha, uma laranja, enche logo a cestinha. Também, duas três casa, já acabou. (Entrevistada 8)

A principal forma de comercialização e, também, uma importante fonte de renda para essa entrevistada, é representada pela venda dos alimentos por meio do PAA. Dentre os alimentos fornecidos pela entrevistada encontram-se a laranja, o abacate, a batata doce, a melancia

e o repolho. O processo tem como intermediário a prefeitura do município, que é responsável pelo recebimento dos alimentos, pelo pagamento e distribuição para as escolas e hospitais.

Essas agricultoras, também, têm como hábito a venda de sementes crioulas. Elas afirmam que vender essas sementes é uma forma de convencer os demais a plantarem sementes boas, assim como a valorizar o trabalho delas que, através das indicações do MMC, foram aprendendo a colher corretamente as sementes e resgatar diversas espécies ameaçadas.

Apesar de a comercialização estar orientada para a geração de renda, percebe-se que as estratégias de venda das agricultoras não estão sujeitas à racionalidade administrativa (instrumental e utilitária), ou seja, as suas decisões estão alheias às regras de precificação do mercado. Este achado de pesquisa é oposto ao relatado por Gazolla e Schneider (2007). Segundo esses autores, baseados nos princípios de *alternatividade* e *flexibilidade* definidos por Garcia Jr. (1983; 1989) e Herédia (1979), a produção para o autoconsumo pode gerar autonomia para o agricultor, uma vez que ele pode analisar o comportamento do mercado e decidir o momento exato de ofertar os seus produtos.

A comercialização protagonizada pelas agricultoras está mais bem vinculada aos princípios da reciprocidade, como constatou Woortmann (1990, p. 58):

O elemento central [desta prática] é a comida. Ela tem um valor grande demais para ser mercadoria. É por seu valor de uso que ela tem valor de troca no contexto da reciprocidade, onde o dinheiro nenhum valor de troca tem porque [não] pertence ao domínio do mercado. No campo da reciprocidade quanto maior o valor de uso, tanto maior o valor de troca que possui a coisa trocada [...].

A reciprocidade ocorre não somente através da doação e troca de produtos agroalimentares. Ela também faz parte da atividade de comercialização das agricultoras. Apesar de a relação mercantil ser colocada, geralmente, em oposição à relação de reciprocidade, estudos contemporâneos, como os de Sabourin (2011), apontam para a existência de formas de práticas mercantis, que não estão fundadas em princípios utilitaristas da redistribuição pelo intercâmbio livre.

Os mecanismos de reciprocidade, segundo Vinha (2001), facilitam a emergência de princípios de solidariedade, cooperação, confiança e credibilidade. No caso dos alimentos comercializados pelas

agricultoras entrevistadas, podemos encontrar valores simbólicos atrelados à confiança, tradição e solidariedade.

Assim, podemos concluir que a contribuição das agricultoras para a segurança alimentar da sociedade apesar de estar presente, não é expressiva. Embora produzam diferentes variedades de legumes, verduras e frutas, a quantidade destinada à troca, doação e venda não é suficiente para afirmar que supre a segurança alimentar de grandes contingentes, mesmo nos casos das agricultoras que se dedicam exclusivamente à venda de produtos agroecológicos.

Com relação ao acesso aos alimentos, este também é bastante restrito, uma vez que a prática de distribuição é realizada em ambiente circunscrito aos laços consanguíneos e sociais das entrevistadas. Isto se difere apenas no caso da agricultora que vende seus produtos através do PAA. Nessas situações os públicos atendidos pelas escolas e hospitais do município são beneficiados com seus alimentos.

Por último, com respeito à qualidade dos alimentos, outra função da segurança alimentar, todos os produtos cultivados na realidade estudada são produzidos de forma agroecológica, ou seja, sem a utilização de adubos químicos e agrotóxicos, o que garante que os consumidores destes produtos se alimentem com valor nutricional superior, quando comparado aos alimentos produzidos através da agricultura convencional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação pretendeu, inicialmente, problematizar a situação de invisibilidade e a falta de reconhecimento da mulher no meio rural, refletindo sobre as possibilidades de superação de sua condição aos olhos da sociedade e da própria família rural. Para tanto, foi proposta a adoção de uma nova perspectiva analítica para tratar dessa realidade, que pudesse priorizar os aspectos multifuncionais da agricultura, com o objetivo de ir além das abordagens de orientação meramente produtivista, oriundas da visão econômica dominante, que tende a naturalizar a economia, isto é, a considerar os arranjos econômicos como naturais e necessários.

Isto, geralmente, ocorre devido a dificuldade em se caracterizar o trabalho que as agricultoras realizam em torno do conceito de trabalho produtivo, reconhecido pela visão econômica dominante como única configuração de trabalho possível. Esta visão é reforçada pelo processo histórico de hierarquização do trabalho dentro das famílias, advinda da divisão sexual do trabalho, na qual cabe ao homem as atividades do trabalho produtivo e as atribuições do âmbito da esfera pública; e à mulher, as atividades reprodutivas, vinculadas à esfera privada.

Os efeitos diretamente percebidos da invisibilidade das mulheres estão relacionados com a caracterização das agricultoras como “ajudantes” na produção agrícola, independentemente da quantidade de horas trabalhadas em relação aos maridos ou, igualmente, quando executam as mesmas atividades que eles. Assim, também, pela absoluta falta de reconhecimento das tarefas realizadas no âmbito privado, relacionadas aos trabalhos doméstico e de *care* - que englobam também a os trabalhos com as hortas, pomares e quintais-, que apesar de serem essenciais para a manutenção da vida, para a reprodução biológica e social e para o bem-estar, são consideradas atividades inerentes do “ser mulher” e, por este motivo, não são passíveis de reconhecimento.

Por sua vez, as implicações indiretas relacionam-se ao fato de que as mulheres, apesar de ocuparem papéis centrais na produção agrícola da unidade familiar, têm a sua importância marginalmente reconhecida. Sendo que, muitas vezes, não são nem sequer consideradas agricultoras. Como consequência desse processo de alijamento, são historicamente e sistematicamente excluídas do acesso à terra, em função de aspectos culturais, que reservam tal privilégio ao filho homem, beneficiado pela herança da família. Neste sentido, conforme aponta Carneiro (2008a), é possível afirmar que o acesso da mulher à terra por herança depende tanto da sua posição específica no processo produtivo, quanto dos valores que sustentam esta posição.

Em continuidade a tais reflexões, procurei problematizar, brevemente, a trajetória da agricultura brasileira com o objetivo de verificar de que maneira a configuração atual, fortemente marcada pela modernização da agricultura, influencia as novas concepções do rural que emergem na sociologia rural.

Desta forma, foi possível encontrar no debate acadêmico realizado a partir da década de 1980, novos direcionamentos analíticos sobre o meio rural, evidenciados pelo fato de que o campo não poderia ser mais concebido somente como um setor agrícola, ou seja, restrito simplesmente ao seu aspecto produtivo (dimensão econômica), mas, principalmente, deve ser apreendido por meio de suas especificidades históricas, sociais, culturais e nas suas relações com a natureza. Portanto, o espaço rural, segundo esta nova perspectiva, passa a ser considerado como um “modo de vida”.

Neste sentido, as análises passaram a construir um novo olhar sobre o meio rural, ampliando-se para além das questões relacionadas aos impactos produtivos decorrentes da modernização agrícola e passando a incorporar as discussões sobre o meio ambiente, a sustentabilidade e as particularidades da população do meio rural. Nesta

nova concepção, a agricultura familiar é tratada como importante categoria social. A dinâmica do mundo rural, com sua complexa rede de agentes sociais passa a ser, então, analisada na perspectiva das *novas ruralidades*, como um processo geral de desenvolvimento da sociedade para além da velha dicotomia campo-cidade, reconhecendo as funções desempenhadas pelas famílias rurais.

A partir desta nova abordagem, procurei introduzir e incorporar às minhas análises a noção de multifuncionalidade agrícola, enfoque que teve origem na União Europeia e que procura evidenciar a agricultura familiar através de suas “funções” sociais, ambientais e culturais, sem deixar de lado a sua importância econômica. A adoção da multifuncionalidade como lente analítica não significa o descarte da importância da produção mercantil de base familiar, mas, pelo contrário, reposiciona o aspecto produtivo agrícola, agora associado a outras dimensões, que não apenas a econômica.

A noção de multifuncionalidade da agricultura familiar representa uma tentativa de reconhecer a maneira como a unidade produtiva familiar e, portanto, como os agricultores e agricultoras, estabelecem as suas estratégias de manutenção e reprodução social. Segundo a bibliografia especializada, o enfoque da multifuncionalidade agrícola possibilita tratar a realidade estudada em seus três níveis de análise: as famílias rurais, o território e a sociedade.

Neste meu estudo concentrei-me, principalmente, na família rural, sendo este o meu foco de observação sociológica. As análises relacionadas à sociedade foram consideradas apenas marginalmente. Ao eleger a família rural como minha unidade de análise central - entendida como uma unidade que sustenta uma rede de relações sociais diversificadas - procurei não vincular minhas análises exclusivamente aos componentes econômicos constituídos por essas relações, que acabam por igualar a exploração familiar a qualquer outra exploração (CANEIRO, 2008a). Em linha com a noção da multifuncionalidade agrícola, evitei considerar a sua dinâmica sob a ótica de mercado, pois este tipo de análise obscurece, a meu ver, o papel dos membros da família, que exercem atividades não reconhecidas formalmente pelo conceito de trabalho.

Contudo, levando em consideração a situação hierárquica da família rural, advinda da divisão sexual do trabalho, tornou-se imperativo considerar a diversidade de interesses em jogo, decorrente das diferentes posições ocupadas por seus membros na hierarquia familiar. Decidi, portanto, priorizar o meu olhar em relação à mulher rural.

Ainda na perspectiva da multifuncionalidade agrícola, me dediquei a descrever as funções desse constructo teórico, escolhidas para a análise nesta dissertação: a reprodução socioeconômica e a segurança alimentar. Ao revisar teoricamente estas funções me concentrei em discuti-las através de uma perspectiva de gênero, incorporando, assim, contribuições teóricas que auxiliam a evidenciar o papel da mulher rural. Meu objetivo nesta compreensão foi trazer à luz contribuições da literatura feminista para a perspectiva da multifuncionalidade agrícola, pois, até o presente estudo, as referências teóricas consultadas que se dedicaram a esta temática, carecem de considerar a perspectiva de gênero em suas análises.

Neste sentido, discorri, por um lado, sobre os trabalhos doméstico e de *care*, cuja abordagem vem sendo debatida no âmbito da sociologia do trabalho. Procurei evidenciar que o papel exercido pelas mulheres na esfera privada, materializada nos trabalhos doméstico e de *care*, é de extrema importância para a manutenção e reprodução da vida humana e, por este motivo, devem ser reconhecidos, quando são consideradas as estratégias de manutenção e reprodução social da agricultura familiar.

Por outro lado, no que diz respeito à segurança alimentar, destaquei a importância da produção para o autoconsumo e da manutenção da biodiversidade, por meio de práticas, tais como, o fomento à diversidade de cultivos e a preservação de sementes crioulas. Da mesma forma que na função anteriormente analisada - a reprodução socioeconômica - privilegiei a perspectiva de gênero. Nesta função procurei evidenciar a importância dos cultivos para o autoconsumo realizado, majoritariamente, por mulheres, como uma importante função para a manutenção e reprodução social da agricultura familiar.

Por fim, me dediquei a realizar a análise dos resultados obtidos no campo empírico. Contudo, antes de avançar para os resultados, reitero que as estratégias de manutenção e reprodução social são práticas tradicionalmente realizadas pela população residente no meio rural, em diferentes contextos sociais e em distintas dinâmicas da agricultura. Apesar de sua heterogeneidade, tais mecanismos de reprodução baseiam-se em diferentes ações, tais como: o alinhamento com estratégias empresariais ou mercantis; a continuidade da histórica luta pela terra; ou, mesmo, pela produção para o autoconsumo e subsistência. Neste sentido, como resultado deste processo, a agricultura familiar, em muitas regiões rurais, ao contrário de desaparecer ou definir, segue fortalecida como categoria social.

Assim, com vistas a responder as perguntas de partida e perseguindo os objetivos específicos desta pesquisa, no último capítulo

desta dissertação me concentrei em analisar os resultados de meu trabalho de campo. As análises partiram das informações obtidas através de entrevistas semiestruturadas, nas quais formulei perguntas voltadas para a descrição das atividades cotidianas das agricultoras participantes do MMC e residentes no município de Quilombo em Santa Catarina. O fato de a pesquisa empírica ter se restringido a um público bastante específico impossibilita a generalização dos resultados para além do contexto pesquisado. No entanto, creio que estudos futuros sobre os comportamentos de mulheres integrantes e não integrantes de movimentos sociais possam lançar novas luzes para a compreensão dos efeitos do engajamento político na vida de mulheres agricultoras.

Em relação à função da reprodução socioeconômica, procurei dividir didaticamente as análises em subtópicos relacionados entre si. São eles: as fontes geradoras de renda; os trabalhos doméstico e de *care*; a sociabilidade; a condição de permanência no campo; e a condição de instalação de jovens e as consequentes questões relativas à sucessão. Por seu turno, as análises realizadas na seção sobre a função da segurança alimentar, foram divididas em duas diferentes seções: segurança alimentar das próprias famílias e segurança alimentar da sociedade.

Dentro deste contexto de análise, podemos afirmar que a lente da multifuncionalidade funciona como uma poderosa ferramenta que possibilita visibilizar o papel da mulher no campo, principalmente porque contribui para evidenciar as atividades agrícolas de cunho não produtivo. Pude verificar que as agricultoras têm papel fundamental no que concerne à manutenção e reprodução social da agricultura familiar, uma vez que as suas atividades cotidianas estão relacionadas integralmente às suas famílias e a seus estabelecimentos agrícolas.

Na perspectiva das atividades geradoras de renda, importantes para a manutenção financeira da família, as agricultoras atuam diuturnamente em quase todas as tarefas da unidade produtiva familiar. Além disso, são responsáveis pelos trabalhos doméstico e de *care*, que permitem a manutenção da vida e bem-estar das famílias; além de protagonizarem as práticas de sociabilidade em torno de seus estabelecimentos e comunidades. Adicionalmente, são, também, responsáveis por manterem os laços familiares que vinculam os jovens ao meio rural.

No espaço produtivo, ainda que observado uma desigualdade de gênero quanto à divisão do trabalho, as mulheres tomam a frente ou participam de todas as atividades que lhes são atribuídas: seja na atividade leiteira, a qual elas são responsáveis por quase todo este

processo produtivo; seja na produção de grãos, que elas afirmam auxiliar os maridos apenas quando são solicitadas.

Já os trabalhos doméstico e de *care* recaem integralmente e exclusivamente sobre elas, pois as mulheres são as responsáveis pelo cuidado, pela manutenção da força de trabalho, pelo bem-estar e reprodução social das famílias. Além desse recorrente trabalho cotidiano, no qual o *care*, muitas vezes, se confunde com o trabalho doméstico, elas também são responsáveis pelo “cuidado necessário” de parentes idosos e enfermos.

No que se refere à sociabilidade, a condição de permanência e instalação de jovens e às questões relativas à sucessão, os resultados desta pesquisa indicam que as mulheres rurais protagonizam a maioria das tarefas relacionadas aos laços familiares e de sociabilidade. Nestes casos, o *care* sempre está presente, seja no relacionamento com a comunidade ou com a família, mesmo em situações em que as mulheres encontram-se distantes das pessoas que recebem o *care*. Neste sentido, é difícil conceber um cenário em que a constituição da sociabilidade na comunidade, assim como o vínculo dos jovens com o meio rural possa ocorrer sem a presença das mulheres.

A função da reprodução socioeconômica, quando analisada à luz da multifuncionalidade agrícola, possibilita que a sociedade e as próprias famílias rurais reconheçam o papel central que as agricultoras exercem, pois as atividades realizadas pelas mulheres são retiradas do seu ocultamento. Contudo, se o reconhecimento é importante, ele não é suficiente. Existem barreiras significativas que as mulheres ainda têm de enfrentar. Uma delas refere-se à divisão das tarefas com os companheiros e os filhos no âmbito dos trabalhos doméstico e de *care*. A outra se constitui na presença ainda precária do Estado em investimentos em infraestruturas e na elaboração de políticas públicas adequadas a este segmento específico.

No âmbito da segurança alimentar, podemos dizer que as mulheres constituem a própria segurança alimentar de suas famílias e, em parte, da sociedade. Ou seja, é por meio das práticas de cultivo agroalimentares e de preparo dos alimentos que suas famílias e, em certa medida, alguns pequenos grupos da sociedade, têm acesso a alimentos na quantidade necessária, a todo o momento. Além de poderem consumir alimentos de qualidade nutricional superior aos vendidos no mercado.

A produção para o autoconsumo é responsável por manter a segurança alimentar das famílias, a transmissão de saberes e a reprodução social, uma vez que é baseada em tradições agrícolas que

vêm sendo reproduzidas através de várias gerações. O trabalho de diversificação da produção, a preservação de sementes crioulas e o uso de defensivos naturais para controle de pragas, têm relevância não só para a segurança alimentar, mas, também, para a manutenção da biodiversidade, para a preservação da natureza e para a conservação de um modo de produção agroecológico. Interessante observar, como aponta algumas correntes teóricas ecofeministas (SHIVA, 1998; ARGAWAL, 2000), que o *care* também está presente na relação da mulher com a natureza, pois, quando cultiva e maneja a terra, a mulher não tem apenas uma preocupação com a qualidade do alimento que está produzindo, mas sim, preocupa-se com a manutenção da qualidade da terra e preservação do meio ambiente.

Podemos afirmar que sem a atuação das mulheres na produção para o autoconsumo, a segurança alimentar das famílias rurais e, em certa medida, de alguns pequenos grupos da sociedade, estaria ameaçada. Alguns estudos que analisam a qualidade nutricional de famílias urbanas relacionam a insegurança alimentar das famílias com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, haja vista que elas, ao trabalharem fora do lar, não dispõem de tempo suficiente para o cuidado com a alimentação de suas famílias. Como consequência, tendem a adquirir “comidas prontas”, de má qualidade nutricional, em restaurantes e supermercados (LELIS, TEIXEIRA e SILVA, 2012, p.524; WAGNER, MARQUES e MENASCHE, 2007, p.76).

Por fim, este estudo teve como intenção principal contribuir para o processo de visibilização das atividades exercidas pela mulher rural. Não obstante a histórica falta de reconhecimento acerca do papel das mulheres na agricultura, suas atuações como sujeitos políticos por meio da participação no MMC, por exemplo, têm permitido afirmar suas identidades e articular os seus interesses.

Acredito que a abertura de espaços políticos, como os realizados pelos movimentos sociais de mulheres, e estudos que auxiliem a compreender o papel da mulher no meio rural, a partir de enfoques analíticos que não priorizem somente a função econômica da agricultura, poderá subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas para a realidade das mulheres do campo.

As atuais políticas públicas destinadas ao meio rural - em que pese as transformações sofridas ao longo do tempo, com o objetivo de atender as agricultoras (como, por exemplo, no PRONAF-Mulher) - têm se revelado insuficientes e inadequadas, pois não contemplam suas particularidades e vivências específicas, pelo fato de serem incapazes de dar centralidade às mulheres do campo no conjunto de suas ações. Neste

sentido, oferecem soluções que acolhem apenas marginalmente seus interesses, ou seja, constituem-se num apêndice de uma política pública masculina, meramente adaptada para as mulheres.

O ato de redirecionar o nosso olhar para o meio rural, a partir da lente analítica da multifuncionalidade da agricultura, possibilita enxergá-lo através de novas perspectivas, que consideram a manutenção e a reprodução social da agricultura familiar como eixos fundamentais para a produção agrícola, para a preservação do meio ambiente, para o fortalecimento de redes sociais e como condição de cidadania. Neste movimento, encontramos um caminho para o desvelamento de relações de desigualdade de gênero, mantidas historicamente na nossa sociedade, assim como, localizamos novas possibilidades de reinterpretação e ação para as mulheres no meio rural.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: Agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** Brasília: Nead/IICA, 1998.
- _____. **O futuro das regiões rurais.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.
- ABRAMOVAY, Ricardo; MORELLO, T. **A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras.** Brasília: ICA, 2010.
- AGARWAL, Bina. Conceptualising environmental collective action: why gender matters. **Cambridge Journal of Economics**, v.24, p.283-310, 2000.
- ALTMANN, Rubens. **Informe Conjuntural. Crise na suinocultura ou crise da pequena agricultura?** Florianópolis: Epagri, 2003. Disponível em <http://cepa.epagri.sc.gov.br/>
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 4 ed.
- BITTENCOURT, Gilson Alceu; BIANCHINI, Valter. **A agricultura familiar na região sul do Brasil. Quilombo - Santa Catarina: um estudo de caso.** Florianópolis: Epagri, 1996.
- BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas: o Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina e suas práticas.** Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 1996.
- _____. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BORIS, Eileen. Produção e Reprodução, casa e trabalho. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n.1, 2014.
- BRASIL. **Comitê Nacional para a Cúpula Mundial de Alimentação.** Brasília (DF): Ministério das Relações Exteriores, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1996/Dnn3909.htm . Acesso em 25 de janeiro de 2015.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas de Estudos Feministas**, Florianópolis, 2004.
- BRUMER, Anita; DOS ANJOS, Gabriele. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v.11, n.12, p.6-17, 2008.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não - remunerado? **Revista brasileira Est. Pop.** São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez, 2006.

CAMPOS, Indio. História econômica da colonização do extremo oeste catarinense 1920/1980. **Papéis do NAEA**, Belém, 2013.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1979. 5ª ed.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Rurais**, v. 2, março, 2008.

_____. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 2, p. 11-22, 1994.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Introdução In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs) **Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, , p.17-26, 2003.

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: Vara, Maria Jesús (Orgs.). **Estudios sobre género y economía**. Madrid: Aka, p. 29-62, 2006.

_____. **Estadísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres**. São Paulo: SOF Sempre viva Organização Feminista, 2012. 160p.

_____. Tiempo de Trabajo, tiempo de vida. Las desigualdades de género en el uso del tiempo. In: AGUIRRE, Rosario; SAINZ, Cristina García; CARRASCO, Cristina. **El tiempo, los tiempos, una vara de desigualdad**. Santiago del Chile: Nações Unidas/CEPAL, p.51-79, 2005.

CARRASCO, Cristina; MÀRIUS DOMÍNGUEZ, M.M.; ALABART, A. **Trabajo con mirada de mujer**. Madrid: Consejo Económico y Social, 2004.

CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNOS, Teresa. Introducción: el trabajo de cuidados: antecedentes históricos y debates actuales. In: CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina, TORNOS, Teresa (Eds.) **El trabajo de cuidados, historia, teoría y políticas**. Madrid: Catarata, 2011.

CAZELLA, A; BONNAL, Philippe e MALUF, Renato. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, A. et al. (Orgs.) **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2009.

- CAZELLA, Ademir A.; MATTEI, Lauro. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais.** Florianópolis, 2003.
- DA CRUZ, Suenya. O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar. **Revista Serviço Soc. Social**, n.110, p.241-269, 2012.
- DE GRANDI, Alessandra. **Relações de gênero nas famílias agricultoras associadas a miniusinas de leite no estado de Santa Catarina.** Dissertação de mestrado em sociologia política. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 1999.
- DELGADO, Nelson Giordano. **Papel e Lugar do Rural no Desenvolvimento Nacional.** Brasília: IICA/MDS, 2009.
- FNDE, 2009. <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) **O Estado Mundial de la agricultura y la alimentación.** Roma: FAO, parte I, 2011.
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). Curso a distância sobre a Agricultura Familiar, módulo sobre **Segurança alimentar**, 2014. Disponível em www.rlc.fao.org/cursos/af. Acesso em 20 de Novembro de 2014.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder.** Porto Alegre: Editora Globo, 1977, 4ª ed.
- FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, A. (Org.) **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres.** Brasília: MDA, 2009.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal.** São Paulo: Global.2003.
- GARCIA JR., A. R. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra: 1983, 236p.
- _____ **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** Brasília: Editora Universitária de Brasília,1989. 285p.
- GAVIOLI, F.; COSTA, M. As Múltiplas Funções da Agricultura Familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Piracicaba, v. 49, n. 2, p. 449-472, 2011.
- GAZOLLA, Márcio e SCHNEIDER, Sérgio. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do PRONAF crédito de custeio e

- investimento no Rio Grande do Sul. **Revista Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, Brasília Jan./Mar, 2013.
- GAZOLLA, Márcio e SCHNEIDER, Sérgio. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, (UFRRJ), v. 15, p. 89-122, 2007.
- GELINSKI, Carmen. **Mulher, casa e família**. São Paulo: FCC e Vértice, 1990.
- GELINSKI, Carmen; PEREIRA, Rosângela S. Mulher e Trabalho Não Remunerado. **Mulher e Trabalho**, v.5, 2005. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br>>.
- GRISA, Catia. Para Além da Alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria/ UFSM, Ano XIV, jan- dez, 2007.
- GRISA, Cátia; GAZOLLA, Márcio e SCHNEIDER, Sérgio. A “produção invisível” na agricultura familiar:autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Revista Agroalimentaria**. v. 16, n. 31, p. 65-79, julho-dez, 2010.
- GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. Cuidado e Cuidadoras: O trabalho de *care* no Brasil, França e Japão. **Revista Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 1, p. 151-180, 2011.
- DURAN, M. A. Uso del tiempo y trabajo no remunerado. **Revista de Ciências Sociais**, n. 18,p. 56-69, 2000.
- GAVIOLI, Felipe; COSTA, Manoel. As Múltiplas Funções da Agricultura Familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 49, n. 02, p. 449-472, abr/jun. 2011.
- GRAZIANO SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.
- _____. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- GROSSI, M.; HEILBORN, M.L.; RIAL, C. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v.6, n.1 1998.
- HIRATA, Helena. Divisão social e processo de trabalho na sociedade japonesa. Estudos Japoneses. **Revista do Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo**. São Paulo, v. 8, p. 35-42, 1988.
- _____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. Gênero, Tecnologia e Trabalho. **Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho**. Rio de Janeiro, ano 4, n. 7, 1998.

_____. Teorias e Práticas do *Care*: Estado Sucinto da Arte, Dados de Pesquisa e Pontos de Debate. In: FARIA, Nalu; MONTEIRO, Renata (orgs.) **Cuidado, Trabalho e Autonomia das Mulheres**. São Paulo: Editora Sempreviva, 2010.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez., 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1999. 26^o ed.

HUYLEBROECK, Guido; VANDERMEULEN, Valerie; METTEPENNINGEN, Evy; VERSPECHT, ANN. Multifunctionality of Agriculture: A Review of Definitions, Evidence and Instruments. **Living Rev. Landscape Res.**, v.1, n. 3, 2007.

JELLIN, E. Família y Género: notas para el debate. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 394- 413, 1995.

PRADO JR., Caio. **Evolução Política no Brasil e outros Ensaio**s. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

KERGOAT, D. La division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, J. et al. (Orgs.). **Le Monde du Travail**. Paris: La Découverte, 1998.

LELIS, Cristina; TEIXEIRA, Karla; SILVA, Neuza. A inserção feminina no mercado de trabalho e suas implicações para os hábitos alimentares da mulher e de sua família. **Revista Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 523-532, out./dez, 2012.

MAGALHÃES, R. A “masculinização” da produção de leite. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 47, n. 1, 2009.

MALUF, Renato. Multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira” In: CARNEIRO, Maria José.; MALUF, Renato S. (Orgs.) **Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, p.135-152, 2003.

_____. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2009. 2. ed.

MARQUES, Flávia Charão; MENASCHE, Renata; TONEZER, Cristiane; GENESSINI, Alex. Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: MENASCHE, RENATA (Org). **A Agricultura Familiar à Mesa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

MARTINS, José de Souza. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 15, outubro, 2000.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: Quem faz? **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr, 2009.

MENEZES, Marilda Aparecida De. Família, juventude e migrações. **Revista Antropológicas**, v. 23, n.1, p. 119-143, 2012.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flavia Charão; ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**. Campinas, Puccamp, n. 21 (suplemento), p. 145-158, jul./ago, 2008.

NEVES, D; MEDEIROS, L. (Orgs.) **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

PAIM, Elison A. Aspectos da constituição da região oeste de Santa Catarina. **SACULUM -Revista de História**. João Pessoa, n. 14, p. 121-138, jan./jun, 2006.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 5, n.28, p. 64-70, 1987.

_____. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. 3ª Ed.

_____. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In. Paulilo e Schmidt (Org.). **Agricultura e espaço Rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

_____. FAO, Fome e Mulheres Rurais. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, 2013.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, C. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis v.15, n.2. p. 240, 2007.

PAULILO, Maria Ignez, DE GRANDI, Alessandra Bueno e SILVA, Marineide Maria. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira e SCHMIDT, Wilson (Orgs.) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PAULILO, Maria Ignez; BONI, Valdete. Movimentos de Mulheres Agricultoras e Ecologia **Oficina Agricultura familiar: atuais perspectivas e futuro**. Brasília: MDA, 2014.

PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália e GODINHO, Tatau. Pesquisas de uso do tempo no Brasil e reflexões sobre desigualdades de gênero na alocação de tempo em trabalho pago e não-pago. **Apresentação oral no Seminário Internacional Trabalho, cuidado e políticas sociais: Brasil-França em debate**. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas. 28 e 29 de agosto, 2014

POLI, Jaci. Caboclos: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, n. 23, p. 149-187, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**-Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. São Paulo: Edusp, 1973.

RAMOS, Daniela Peixoto. Pesquisas de Usos do Tempo: Um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.3, p. 861-870, setembro-dezembro, 2009.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM**. Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, p.221-258,1995.

ROVER, Oscar. Gestão política e desenvolvimento na região oeste de Santa Catarina. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, n. 30, p. 101-117, 2009.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

_____ Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **Tomó**, v.7, p.75-103, 2004.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. 16, n. 3, p. 15-34, 2007.

_____ A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação In: GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ VALLE, Lucian (Orgs.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**, Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, v. 1, p. 132-161, 2009.

SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, A. P. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, p. 227-263, 2014.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99,1995.

SHIVA, Vandana. **El saber propio de las mujeres y la conservación de la biodiversidad**. La praxis del ecofeminismo. Biotecnología, consumo, reproducción. Barcelona: Icaria Editorial, 1998.

_____ **Cosecha robada**: el secuestro del suministro mundial de alimentos. Barcelona: Paidós, 2003.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminismo**. Lisboa, Instituto Piaget. 1997.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres Agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamento iberoamericano**, v. 9, p. 169-184, 2011.

SILIPRANDI, E. Políticas de segurança alimentar e relações de gênero. In: FARIA, N; NOBRE, M. (Orgs.). **A produção do viver**. São Paulo, 2004.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

_____. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**. v. 8, n. 1, março, 2011.

SUNDERLAND, T.C.H Food security - why is biodiversity important? **International Forestry Review**, v. 13, n. 3, 2011.

SZALAI, Alexander (Ed.). **The Use of Time**. The Hague: Mouton, 1972.

TRONTO, Joan. Assistência Democrática e Democracias Assistenciais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007.

_____. Un monde vulnérable. Pour une politique du care. **Textes à l'appui/philosophie pratique**. Paris, la Découverte, 1993. 238p.

VAN DER PLOEG, J.D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.13- 54.

VINHA, Valéria. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica. **Econômica**, v.3, n.2, p.207-230, 2001.

WAGNER, Saionara; MARQUES, Flávia Charão; MENASCHE, Renata. Agricultura familiar à mesa. In: MENASCHE, RENATA (Org). **A Agricultura Familiar à Mesa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. **Estado da Arte no Brasil**. A singularidade do Rural Brasileiro: Implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), 2013

WANDERLEY, Maria Nazareth. **Um saber necessário**. Os estudos rurais no Brasil. Editora Unicamp, 2011.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO (Org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, v.2, p. 21-55,1999.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, p. 87-145, 2000.

Prefácio In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.) **Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro, MAUAD. 2003. p.9-16.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Revista An Antropol.** V. 87, p. 11-73, 1990.

ZANETTI, Cândida e MENASCHE, Renata. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: Menasche, Renata (Org.) **Agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

ANEXO I - QUESTIONÁRIO

Questionário nº _____

Data: _____

- 1) Nome da agricultora:
- 2) Ascendência da família da agricultora (Origem étnica):
- 3) Idade:
- 4) Desde quando a senhora participa do MMC (1ª vez e se voltou, quando)?
- 5) Estado Civil:
- 6) Ano do casamento (atual):
- 7) Número de filhos:
- 8) Quantas pessoas residem na propriedade:

Parentesco com a mulher	Nome	Sexo	Idade	Estado Civil	Netos	Mora na casa? (filhos e netos)	Estuda?	Último ano que estudou	Trabalha? (P) Propr./ (FP) For a da Propr.

- 9) Local de Residência (Município/Comunidade):
- 10) Vocês são donos da propriedade? Arrendam terra? Se sim, para quem ou de quem?
- 11) Quanto tempo mora nesta propriedade?
- 12) Você gostaria que seus filhos continuassem na propriedade (sucessão)?
- 13) Quais são as fontes de renda (agricultora e família)?

Aposentadoria	Programas do governo (BF, outros)	Comercialização de productos	Trabalho fora da propriedade	Renda dos filhos ou agregados	Outras

- 14) Qual a renda mais importante?
- 15) Participa de algum Programa do governo voltado para agricultura? Se sim, qual PRONAF, PAA, PNAE ou PNAPO?
- 16) A senhora tem conta no banco? Se for conta conjunta: A senhora tem cartão ou cheque?
- 17) Se agricultora trabalhar fora da propriedade, onde trabalha? Quantas horas?
- 18) No caso de comercialização de produtos, quais produtos vende (propriedade)?
- 19) A senhora cuida dos animais? Quais?
- 20) Se tiver animais domésticos (cachorro, gato, passarinhos), quem alimenta os animais?
- 21) A senhora trabalha na roça? Com que frequência?
- 22) Tem horta próximo da casa?
- 23) E ajuda na horta, a senhora tem?
- 24) Como foi escolhido o pedaço da horta?
- 25) A senhora separa as sementes? O que faz com elas, troca ou vende?
- 26) Se vende as sementes, para quem? O que faz com esse dinheirinho, fica só pra senhora ou põe junto com os outros?
- 27) A senhora faz artesanato? Sozinha ou com a família? Quando faz (com que frequência)?
- 28) Onde a senhora ou a sua família vende o artesanato? Quem faz a comercialização?

29) Descreva o seu dia de ontem

	Período	O que você fez?	Onde? (1) Em casa (2) Na propr. (3) Fora da propr.	Com quem? (1) Sozinha (2) Filhos/agregados (3) Marido	O que mais você estava fazendo? (atividades simultâneas)
Hora que acordou					
	Manhã				
Hora do almoço					
	Tarde				
Hora da Janta					
	Noite				
Hora que dormiu					

30) A senhora chegou a sair da propriedade ontem? Se sim, onde foi?

31) Na semana passada (ou nesta semana) a senhora foi até a cidade? Quantas vezes e porquê (o que foi fazer)?

- 32) Na semana passada (ou nesta semana), a senhora fez alguma coisa que é da comunidade, da escola ou da igreja?
- 33) Quantas vezes a senhora trabalhou na horta na semana passada?
- 34) Qual a melhor hora de ir para a horta?
- 35) Quando a senhora está fora da propriedade, como a senhora faz com a casa?
- 36) Quem cuida da casa quando a senhora está fora?
- 37) O que a sua família produz em sua propriedade?
- 38) O que a senhora planta na horta?
- 39) O que a senhora usa para controlar as pragas da horta? E na roça, o que sua família usa?
- 40) Que maquinário vocês têm? Alugam algum?
- 41) Do que vocês comem, o que tem que comprar?
- 42) O resto vem da propriedade (alimentação)?
- 43) A senhora vende o excedente de sua horta?
- 44) Quais produtos vende? Para quem (comercialização)?
- 45) Quem faz a negociação da comercialização da horta? E da roça?
- 46) O que a senhora faz quando precisa de um dinheirinho?
- 47) Tem algum dinheirinho que a senhora administra sem ter que explicar muito?
- 48) Que tipo de compra na casa e na propriedade é responsabilidade sua? O que a senhora escolhe?
- 49) Quem paga as contas mensais (luz, internet, celular, telefone)? Como vocês fazem?
- 50) A senhora precisou usar o telefone ou a internet na semana passada/nesta semana? Quanto tempo a senhora acha que gastou com esta atividade?
- 51) Quando a senhora está fora de casa, a senhora fala muito com a sua família pelo celular? O que falam?

Questões de controle:

- 1) O que a senhora nunca faz na propriedade?
- 2) Qual foi a última reunião do MMC que a senhora participou?

- 3) Qual é a época com mais atividade no campo, para a senhora e para sua família?
- 4) Tem atividade em outras épocas do ano que a senhora gosta de participar?
- 5) E sua família que atividade eles gostam mais?
- 6) Você gostaria que seus filhos seguissem na agricultura?
- 7) A senhora e seu marido fazem algum investimento na propriedade para seus filhos?
- 8) E pras suas filhas, o que a senhora gostaria para elas?
- 9) Se alguma filha sua gostar da agricultura, a senhora gostaria que ela se casasse com um agricultor?